

Consulta pública CGI.br

Relatório com manifestações na audiência pública realizada em 17/11/2017 no Rio de Janeiro, RJ

Data: 07/12/2017
Versão: 1.0

ÍNDICE

Eixo 1 – Competências do CGI.br.....	3
Eixo 2 – Composição do CGI.br.....	24
Eixo 3 – Eleições e Mandatos.....	48
Eixo 4 – Transparência e Eixo 5 – Outros Temas.....	70

Eixo 1 – Competências do CGI.br

Relatoras do Eixo 1: Daniela Cruz e Mariana Ruivo

Revisado por: Monica Maia Ribeiro e Ricardo Matheus

Imagem e áudio da Primeira parte da audiência pública podem ser acessadas em
<<https://www.youtube.com/watch?v=tUayYvE2JH0>>

Abertura da audiência:

Sérgio Amadeu

Guia de abertura para todos nós podermos iniciar efetivamente a audiência, a consulta pública. Primeiro bloco que é de competências do CGI.br, sobre as diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento para a estrutura de governança da internet no Brasil, que tem como tema as competências do CGI.br. As atribuições do CGI.br foram definidas pelo decreto 4.829/2003 e incluem: 1. O estabelecimento de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da internet no Brasil; 2. O estabelecimento de diretrizes para a administração de registro de nomes de domínio usando .br e de alocação de endereços de internet; 3. A promoção de estudos de padrões técnicos para a segurança da rede e serviços de internet; 4. A recomendação de procedimentos e padrões técnicos operacionais para a internet no Brasil; 5. A promoção de pesquisas e desenvolvimentos relacionados à internet incluindo indicadores de estatísticas, estimulando sua disseminação em todo o território nacional.

1

SETOR: GOV

NOME: Miriam Wimmer

ORGANIZAÇÃO: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC - Brasília-DF)

TEMPO: 00:37:05

Bom dia gostaria de iniciar cumprimentando os membros da mesa e todos aqui presentes. Meu nome é Miriam Wimmer, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e estou falando pelo setor governamental. Gostaria de começar fazendo uma fala mais geral, não me referindo ao eixo específico deste segmento, mas recapitulando um pouquinho o processo que nos levou a audiência pública. Como muitos aqui sabem, em agosto deste ano, a MCTI deu início ao processo de consulta pública por meio do portal participa.br por entender que era um momento para iniciar uma reflexão acerca das competências, do papel, da composição, e do modo de funcionamento do GCI.br. Essa consulta pública ficou no ar durante 30 dias. As contribuições recebidas estão abertas para que qualquer um possa consultá-la, e foram também encaminhadas ao próprio CGI.br. Em paralelo, o Comitê fez uma reflexão acerca da maneira pela qual ele próprio participa dessa discussão e em nota técnica do dia 18 de setembro, o CGI entendeu por bem fazer a sua própria consulta pública, a presente audiência pública, como elemento de contribuição e reflexão do próprio debate em andamento. Eu não gostaria, neste momento, de entrar em propostas do governo, mesmo porque o governo não apresentou, não colocou a mesa nenhuma proposta. A consulta pública governamental foi formulada na forma de perguntas abertas, tocando em diferentes eixos que julgávamos relevantes a serem debatidos, e que são os mesmos que o próprio CGI identificou como centrais. Eu queria apenas recordar algumas premissas que o governo elencou ao lançar a sua consulta pública. Então os temas que nos orientaram e vão nos orientar no processo de discussão a cerca da eventual revisão do Decreto 4.829/03. Em primeiro lugar, a importância de se repensar as competências do CGI a luz do intenso

processo de transformação digital pelo qual passamos atualmente, com o surgimento de novas tecnologias e os novos modelos de negócio, novas pautas, não existentes em 2003 quando foi publicado o Decreto 4.829/03. Em segundo lugar, a importância de se debater o aprofundamento da transparência, publicidade, participação neste fórum tão relevante. Em terceiro lugar, o reconhecimento da importância do CGI.br como instância multissetorial voltada para a definição de diretrizes para o desenvolvimento da internet. E em quarto lugar de maneira muito importante e muito central a importância da preservação do caráter multissetorial deste fórum, preservando a posição minoritária do governo no comitê. De modo que eu concluo aqui minha fala dizendo que o governo está presente aqui hoje para ouvir as posições que vem dos diferentes setores. Na nossa consulta recebemos sugestões dos três demais setores e hoje estamos aqui principalmente para ouvir. Muito obrigada.

2

Setor: TS

Nome: Gustavo Paiva

Organização: Grupo de Estudos de Direito da Internet

Tempo: 00:39:45

Bom dia, ontem a tarde deve uma reunião dos jovens tanto do programa Youth, como também jovens do programa e também *aluminis* do programa Youth. E ao longo dessa reunião chegamos a diversos consensos sobre os vários tópicos e eu lirei um dos consensos ao qual chegamos. Que é: deve ocorrer a manutenção das atuais competências do CGI especialmente os estabelecidos no artigo 1º, inciso 8ª do decreto 4829, de 3 de setembro de 2003 e também as competências previstas no marco civil da internet e seu respectivo decreto. Resumindo, não ocorrer nem a retirada e nem acréscimos de atribuições. Esse foi o consenso ao qual chegamos. Meu nome é Gustavo Paiva e eu sou do grupo de estudos de direito da internet.

3

SETOR: EMP

NOME: Ildeu Borges

ORGANIZAÇÃO: FEBRATEL

TEMPO: 00:40:55

Consideramos que o Comitê deve se manter como um organismo de assessoramento técnico do Estado no desenvolvimento técnico da Internet no País. Esta posição encontra respaldo do Marco Civil da Internet que deixa claro, no artigo 28, que cabe ao Estado, periodicamente, formular e fomentar estudos, bem como fixar metas, estratégias, planos e cronogramas, referentes ao uso e desenvolvimento da internet no País. O mesmo Marco Civil reforça esse papel de assessoramento ao estabelecer em seu artigo 9º que o CGI deve ser ouvido na regulamentação da eventual discriminação ou degradação do tráfego e em seu artigo 24, quando estabelece as diretrizes para a atuação da União e de todos entes da federação no desenvolvimento da internet no Brasil. Isso inclui a promoção da racionalização da gestão técnica, expansão e uso da internet, com a participação do CGI. Consideramos muito importante a manutenção de um modelo de governança

multistakeholder no âmbito do CGI que, como um organismo de assessoramento técnico, deve viabilizar entre seus membros a discussão de problemas, desafios, oportunidades, ameaças à manutenção da inovação, ao fomento da transformação digital brasileira, ao aumento da penetração dos brasileiros que usam a Internet, garantindo a liberdade de expressão e ao mesmo tempo uma Internet segura, educativa, desenvolvedora de talentos e capacidades, alinhada à nossa legislação e promovendo a conscientização de todos os Internautas de que, mesmo ao navegarem nessa rede mundial, ainda estão sujeitos ao ordenamento legal, jurídico. Entretanto, na discussão de pontos tão complexos entre representantes de setores diversos, com distintos interesses presentes no CGI, é comum que não se consigam soluções consensuais. A questão da governança será tratada por nós no eixo de composição, mas é importante mencionar a importância de uma composição equilibrada, e que cabe ao Comitê atuar com transparência nas suas manifestações e recomendações, principalmente nos casos em que não alcance o consenso ou mesmo uma maioria absoluta, informando aos órgãos do governo, responsáveis pelas decisões e implementações de programas e políticas públicas voltadas para a Internet, a posição dos diferentes setores mais impactados por tais decisões. Pelo exposto, defendemos que há necessidade de que no instrumento de formalização da reestruturação do CGI seja deixado muito claro o papel técnico e de assessoramento que o mesmo deve ter. Rejeitamos qualquer iniciativa de transformar o Comitê em uma entidade com competências de um Órgão Regulador. Defendemos um CGI atuante, vibrante, atuando no importante papel de assessoramento técnico do Estado porém, sem a criação de competências para fiscalizar, determinar, regulamentar, organizar e estruturar a Internet Brasileira.

4

SETOR: CT

NOMES: Nelson Pretto

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

TEMPO: 00:44:13

Como Professor titular da Faced de educação da Universidade Federal da Bahia, conselheiro e coordenador do GT Democratização da mídia da SBPC e falando em nome das sociedades científicas da área da educação e ciência da informação (ANPED, ANPAE, ABPEDUCOM e ANCIB), conforme já postamos no sistema de consulta, reforçamos aqui, publicamente, a nossa defesa intransigente de uma internet pública e democrática como patrimônio da humanidade e para tal, em relação ao CGI, defendemos que ele seja fortalecido enquanto espaço multisetorial, paritário e, para garantir a democracia, indicamos que suas reuniões sejam abertas e transmitidas online e o decreto que o reestruturará seja submetido à consulta pública.

5

SETOR: TS

Nome: Carlos Afonso

Organização: Instituto NUPEF, presidente da Internet Society

Tempo: 00:45:29

Eu gostaria de reforçar a manutenção de todas as atribuições previstas em leis e decretos para o CGI.br, reforçar a importância de seguir caracterizando a Internet como serviço de valor adicionado não sujeito a legislação de telecomunicações, reforçar a importância do Marco Civil da internet e do decreto que o regulamenta. Nós não podemos correr o risco de cair no mau exemplo dos EUA, que muda a cada troca de governo ou de presidente e muda o famoso “TI to do” da legislação de telecomunicações, porque eles não tem marco civil e não tem a mesma estrutura de governança que a nossa, por padrão tudo cai nas costas da Anatel deles que é a FCC. Defender uma maior institucionalização para o CGI.br nos termos que já foram ditos pela comunidade acadêmica, nenhuma competência a menos.

6

SETOR: EMP

NOME: Alexander Castro

ORGANIZAÇÃO: SINDITELEBRASIL

TEMPO: 00:46:46

Bom dia, meu nome é Alexander Castro, eu represento a SINDITELEBRASIL (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal) que por sua vez, que representam todas as prestadoras de telecomunicações que oferecem o acesso de Internet em banda larga fixa ou móvel. Em primeiro lugar, o Sinditelebrasil vem reforçar a manutenção do papel de assessoramento do CGI. Apoiamos integralmente o posicionamento da FEBRATEL. As competências do CGI devem ser na linha de propor recomendar, estudar, sempre no interesse do desenvolvimento da Internet no Brasil. Gostaríamos de colocar que o instrumento que vai formalizar a reestruturação do CGI, fique colocado de forma, de maneira clara a necessidade que o regimento interno do CGI contemple o conceito e o exercício de governança para fins de recomendações e manifestações públicas. Sempre com decisão por consenso ou por maioria absoluta. Levando em consideração a participação dos segmentos afetados pelas propostas. Definição e delimitação da governança exercida pelo CGI de forma compatível com seu papel de assessoramento. Implementação e controle de processos de governança com estabelecimento de critérios que garantam o equilíbrio e pluralidade na composição de Grupos de Trabalho, câmaras de assessoramento, representação nacional e internacional do comitê, promovendo obrigatoriamente um rodízio entre coordenadores e membros do referido colegiado. A obrigatoriedade do detalhamento e da publicidade do processo eleitoral, a forma de atuação do comitê e suas responsabilidades representação. Critério a serem obedecidos pelos conselheiros para se apresentarem e para falarem em nome do comitê. Necessidade de existência de um código de conduta e padrões éticos a serem observados por todos os membros do CGI, conselheiros e funcionários. Para promover e contribuir com o desenvolvimento da Internet, a competência do CGI não deve se confundir com outros órgãos ou agências reguladoras. A responsabilidade pelas atividades de fiscalização e regulamentações quando necessária para ecossistema da internet, deve ser feita pelo Estado Brasileiro, por meio de uma agência específica, como indicam as tendências internacionais. Quanto a responsabilidade sobre nomes e domínios, podem ser mantidas pelo NIC.br ou absorvidas pela mesma agência. Por fim, o

CGI deve se abster de posicionamentos políticos e ideológicos, sua atuação e recomendações devem ser pautados em pareceres e relatórios técnicos, aprovados por seus representantes, titulares e suplentes, pautados em suplentes. Conhecimento técnico do CGI deve ser sua principal característica de cooperação para o desenvolvimento da internet.

7

Setor CT - Comunidade científica e Tecnológica

Nome: Marcos Dantas

Organização: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Tempo: 00:49:56

Bom dia todos e todas, sou Marcos Dantas, professor titular da escola de comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro. Sou membro do comitê gestor como um dos representantes da CT, na verdade vou apenas expor aqui uma posição que já está colocada na plataforma, inclusive com apoio da SOCICOM. Basicamente, trata-se de não retroceder um milímetro sequer das competências já estabelecidas para o comitê gestor, mas, por outro lado, considerando o que está na lei que o comitê gestor precisa ser ouvido, escutado, na relação das questões relativas à internet. Mas o comitê não tem nem está colocado que tenham poderes fiscais, executivos e outros que são próprios das agências, PROCON, Ministério Público, Anatel, ANCINE, CAD, etc. O comitê gestor pode ser e deve ser ao ser escutado, ao tomar suas resoluções, ao ter suas normas aprovadas, através do poder executivo que está lá dentro também, ter uma orientação mais clara para que essas agências cumpram, executem e implementem as nossas decisões. Estamos em um cenário que nós vimos neste fórum nos últimos dias que cada vez mais um conjunto de contradições, conflitos e problemas que estão na sociedade, porque internet hoje é a sociedade, a internet hoje é usada por milhões de pessoas, milhões de empresas. Todos os programas que estão colocados, que são colocados também no cenário internacional, estão exigindo uma postura mais efetiva, exigindo que as posições do nosso órgão assumam mais efetividade no cumprimento e execução do Marco Civil e essa efetividade se dará na medida em que nossas orientações possam ser transmitidas para os órgãos que precisam executá-las conforme a gente decida coletivamente num plano consensual, por maioria, que seja. Mas que as nossas decisões passem a ser efetivamente políticas de governo. É nesse sentido que eu e a SOCICOM e eu encaminhou uma proposta na plataforma. Muito obrigado.

8

Setor: TS

Nome: Renata Mielli -

Organização: Centro de Estudos Mídia Alternativa Barão de Itararé/SP

Tempo: 00:52:52

Bom dia todos e todas, meu nome é Renata Mielli, eu sou do centro de estudos da mídia alternativa Barão de Itararé e sou coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e participo da Coalizão Direitos na Rede por uma internet livre, democrática, com neutralidade de rede para todos. Há muitos anos, pelo

menos desde 2011, uns 7 anos, que a sociedade civil vêm de diversas formas se organizando e debatendo a necessidade de conferir maior protagonismo a participação da sociedade no interior do CGI. Como disse o professor Marcos Dantas, a internet diz respeito a toda sociedade brasileira, os dilemas e contradições envolvendo o interesse público, o interesse das corporações, interesse de estados é uma realidade internacional que envolve a internet. Por isso o modelo multissetorial de governança da internet e o nosso CGI é uma referência internacional como espaço de diálogo, concertação, proposição de diretrizes, debate de temas relevantes para o bom funcionamento da internet no nosso país. Nesse sentido, nós recebemos com muita apreensão a iniciativa unilateral do governo de lançar uma consulta pública para fazer uma modificação no modelo de governança da internet no Brasil. Soltamos notas e nos posicionando, apoiando que este comitê fizesse sua consulta a partir de um modelo de debate participativo, multissetorial. Queria saudar a realização dessa audiência que permite que mais pessoas possam entrar em contato com esse tema. A lógica de discussão sobre internet no Brasil e no mundo hoje só poderá ocorrer com bases sólidas se ela for feita de maneira democrática. Por isso nós consideramos fundamental essa audiência e achamos que o decreto que virá a partir das contribuições que foram encaminhadas pelos vários segmentos também deverá ser colocado em consulta pública, à luz do que foi considerando a trajetória do marco civil da Internet, teve uma construção participativa, da mesma maneira como foi o decreto do Marco Civil da Internet cujo texto da lei foi submetido ao escrutínio da sociedade. Portanto, o decreto que sairá como síntese dessas contribuições também deve ser colocado em consulta pública, para que a gente possa construir coletivamente um melhor modelo de governança da internet, e um CGI.br com nenhuma competência a menos. Muito obrigada.

PEDIDO DA ASSESSORIA (Texto a ser encaminhado ao email assessoria@cgi.br)

9

SETOR: EMP

NOME: Fábio Valente

ORGANIZAÇÃO: Oi.SA em recuperação Judicial

TEMPO: 00:56:27

Bom dia, eu sou Fábio Valente, representante da Oi e vou ler aqui a posição da Oi à consulta pública. A Oi considera que as responsabilidades das atividades que são as diretrizes estratégicas ao uso e desenvolvimento da internet, regulamentação quando aplicável e necessária, e fiscalização do ecossistema da internet, fique com o Estado brasileiro, conforme o Marco Civil, nos seus artigos 28, 09 e 24 e um órgão único, que também execute essas mesmas atividades para o setor de telecomunicação e o motivo para isso é muito simples, principalmente tem-se que há uma forte relação entre os setores de telecomunicações e a utilização da Internet para os diversos aplicativos OTT, onde qualquer decisão relativa a um desse setor poderá provocar um efeito negativo a outro setor, o que os economistas chamam de externalidade negativa. Na literatura econômica, a melhor forma de trazer eficiência para a decisão é "internalizar" este efeito, ou seja, é considerar, no momento da decisão regulatória do setor, o impacto que esta

decisão gera em outro setor, assim, nada mais óbvio que ter um único agente que seja responsável pela regulamentação dos dois setores. Importante observar que esta relação entre os setores de telecomunicações e os serviços de OTT já foi objeto de estudo pelo BEREC, no *Report on OTT Service*, de Janeiro de 2016, estabeleceu uma tripla classificação para os serviços de OTT, quais sejam: OTT-0, OTT-1 e OTT-2. As empresas OTT-0 são aquelas que competem diretamente com as prestadoras de telecomunicações, prestando serviços como, por exemplo, chamadas de voz utilizando na terminação a rede pública de telefonia. Já as empresas OTT-1 são aquelas que também competem diretamente com as prestadoras de telecomunicações, prestando serviços como envio de mensagens instantâneas, que, ainda que não alcancem a rede pública de telefonia acabam por substituir o serviço de telecomunicações sob o ponto de vista do usuário. Por fim, as empresas de OTT-2 são aquelas que prestam serviços diferentes de telecomunicações e utilizam apenas a infraestrutura de acesso à internet para o alcance dos seus serviços, como, por exemplo, os serviços de transporte de passageiros. Fundamental perceber que a Anatel também concorda com esta segmentação, conforme defendeu o presidente da Agência em evento da ABDTIC, realizado ainda no ano de 2016. Portanto, resta evidente que a regulamentação das prestadoras de telecomunicações, das prestadoras de serviços OTT e das aplicações de IoT deve ocorrer sob o guarda-chuva de uma única Agência Reguladora, para que a política pública seja efetiva para o desenvolvimento destes setores

10

SETOR: CT

NOME: MARK DATYSGELD

ORGANIZAÇÃO: UNESP SP

TEMPO: 00:59:54

O que eu gostaria de trazer é a capacidade do CGI de dar vozes aos setores. Então, o que acontece, com o conselho eleito que representa os setores diferentes da sociedade, multissetorial, no entanto, depois que esse conselho é eleito, não existe esforço tão claros de consulta à comunidade. Então, adquire um caráter de personalismo no sentido que o conselheiro vai adicionar sua expertise, sua capacidade, não a capacidade construtiva da comunidade que o colocou lá. Então, nesse sentido, ele deveria ser repensado nessa nova fase do CGI, já que é uma possibilidade porque existe uma comunidade, um stakeholder, no qual isso acontece, de uma maneira bastante efetiva. As comunidades se reúnem dentro de seus próprios grupos e os pares discutem, para que depois o seu conselheiro leve ao board essa sua decisão. E esse sistema tem funcionado bastante bem. Então, por que não pensar num mecanismo em que as comunidades possam ter um input mais direto que não dependa de conhecer seu conselheiro ou fazer parte de sua base eleitoral, ou que não dependam de pertencer a uma associação de classe que contribua tão diretamente e consiga ter o impacto que certas coalizões tem. É possível que as pessoas contribuam de forma individual, que não é algo que deveria ser, de alguma maneira, menor, do que as instituições que tem capacidade de falar enquanto coletivo. Então, isso possibilitaria uma voz coletiva de um setor se expressar por meio de conselheiros, e não somente a legitimidade do conselheiro viesse diretamente de sua

eleição. Portanto, o que eu gostaria de pensar e não propor, pensar o coletivo, como o CGI pode se tornar um veículo maior da voz dos setores e como podemos trabalhar juntos para fazer posicionamentos sem essa legitimidade setorial. Encerro meu comentário por aqui e agradeço a presença. Obrigado.

11

SETOR: TS

NOME: Percival Henriques Neto

ORGANIZAÇÃO: Associação Nacional para a Inclusão Digital

TEMPO: 01:02:17

Bom dia a todos e a todas, eu sou Percival Henriques, estou aqui em nome da Associação Nacional para a Inclusão Digital, e antes de mais nada eu queria fazer uma observação aqui, isso me remete a uma série de frases, que diz: “Que tudo o que é sólido, se desmancha no ar.” Então, a partir dessa premissa e, entendendo essa necessidade que a internet é um organismo dinâmico, que necessita de uma melhoria contínua, eu quero saudar a iniciativa do governo e do CGI de colocar essa consulta pública independente do formato. Nós só chegamos aqui neste momento em função dessa consulta ter sido colocada. Depois, lembrar que o CGI é um modelo único, não mais, porque já começou a ser seguido por outros países. Eu defendo que o CGI, além das atribuições atuais, ele continue sendo farol nesse processo de aprimoramento. O processo de transformação que vem por aí, é um processo extremamente poderoso, nos bits ritmos da indústria que precisa defender seus interesses dentro de uma plataforma que a gente não poderia fechar, porque senão, fatalmente, nasceria outra plataforma e acabava com a WEB. Essa decisão só é possível porque não é só a indústria que tem o bastão lá no W3C, lá no IETF. Eu gostaria que, como qualquer outra decisão, qualquer processo de decreto ele seja submetido a consulta pública e que seja considerado esse caráter multisetorial, participativo da sociedade que se transformou o CGI.

12 -

Setor: CT -

Nome: GABRIEL SOUTO

Organização: Programa Youth

Tempo: 01:04:55

Bom dia, meu nome é Gabriel Souto, eu sou participante do Programa Youth do Forum.Br, programa fundamental para participação de jovens no âmbito da discussão da governança da internet. Eu sou pesquisador também do LAPIN da UNB. No dia de ontem nós discutimos um pouco sobre o que a juventude brasileira acha do Conselho Gestor da Internet e das competências que podem ser desenvolvidas e podem ser dadas uma manutenção melhor. Eu faço coro primeiramente às palavras de meu colega Gustavo da manutenção das competências do CGI e gostaria de acrescentar que o Programa Youth acredita na reativação do fluxo de trabalho das câmaras de consultoria. Assim como já existe na Câmara de Segurança e Direitos na internet, as câmaras de consultoria devem criar, implementar termos de referência estipulando seus objetivos, formas de composição, medidas de transparência e supervisão, roadmap e entregáveis, bem como

suporte financeiro do CGI aos trabalhos das câmaras. Tendo por fim também, nós priorizamos a privacidade e proteção de dados pessoais, tendo em vista a possibilidade de risco de captura de competências para outros órgãos e a provável falta de uma previsão legal. O CGI então, irá se debruçar sobre o debate relativo à criação de uma autoridade garantidora e independente de proteção de dados pessoais. Por fim, sugerimos que tal debate tenha lugar na câmara de segurança da internet. Muito obrigado.

13

SETOR: TS

NOME: Veridiana ALIMONTI

ORGANIZAÇÃO: Intervozes

TEMPO: 01:06:30

Gostaria de ressaltar que o marco civil da internet a define – um elemento importante para nós – como o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes. Essa definição da internet, que se diferencia de telecomunicações. A lei geral de telecomunicações não trata de internet. O CGI está totalmente relacionado à noção de uma diferenciação entre serviços de valor adicionado e serviços de telecomunicações. Portanto é uma estrutura multissetorial de governança da internet, vinda de baixo para cima, democrática, plural e diversa, que estabelece não só questões absolutamente técnicas que são relevantes, mas estabelece diretrizes estratégicas que estão relacionadas a políticas públicas com participação de diferentes setores: sociedade civil, academia, empresas e governo, na intenção de tornar essa governança o mais democrática possível. Portanto essa é uma diferenciação relevante, que já está prevista claramente na Lei Geral de Telecomunicações e que é detalhada na Norma 004, com o serviço de conexão à Internet, e que deu abertura prum processo que é um marco mundial em governança democrática e participativa. Nesse sentido, para nós é muito relevante que a discussão desse modelo, que como já foi colocado pela Renata, foi iniciada de maneira unilateral pelo governo, mas que agora está passando por um processo participativo de discussão se mantenha assim e por isso nós ressaltamos a importância de que o texto do decreto a ser aprovado seja colocado em consulta pública, muitas pessoas aqui já se manifestaram nesse sentido, e seria importante ouvir do governo esse compromisso, de colocar o texto do decreto em consulta pública, antes da sua aprovação passando por um processo como esse. E em relação à importância desse processo, o próprio marco civil já estabelece que toda essa discussão deve ser feita de maneira participativa e que o CGI.br em todas as elaborações relacionadas a internet deve ter papel fundamental. Por isso, então a Coalizão Direitos na Redes, a qual a Intervozes participa se coloca de forma absolutamente contrária a uma única agência reguladora regulando telecomunicações e internet.

14

SETOR: EMP

NOME: Thiago Ayub
ORGANIZAÇÃO: UPX TECHNOLOGIES
TEMPO: 1:08:28

Ao ouvir os colegas dos outros setores que me precederam e os do meu setor, o empresarial, que me precederam, percebi o risco de que seja entendido como consenso ou majoritário em nosso setor o entendimento que as atribuições do CGI.br precisam ser reformadas ou reduzidas. Trabalho para uma empresa nacional, de capital nacional, fazendo mitigação de ataques DDoS, CDN e trânsito IP. Atividades essas que em algum grau também são exercidas pelas grandes empresas que me precederam no microfone. É graças a um conselho multissetorial, na distribuição atual de assentos que os interesses coletivos dos usuários e participantes da internet brasileira são garantidos. Se não fosse por esse papel, a maioria dos que nos assistem ao vivo online enfrentariam engasgos, alta latência e perda de pacotes pois o tráfego deste vídeo provavelmente sairia do nosso país para depois regressar aos lares de nossos internautas. O que não ocorre graças aos pontos de troca de tráfego. Para uma empresa como a UPX, sistema autônomo de número 52863, o CGI.br com suas atuais atribuições proporcionou os importantes resultados para nosso setor, para muito além de governança e educação. Chega também na operação da internet brasileira. Nossa posição está alinhada com muitas do terceiro setor e do acadêmico-científico que as atribuições do CGI.br não sejam reduzidas, sequer em um milímetro, artigo ou letra.

15
SETOR: CT
NOME: Kimberly Anastácio
ORGANIZAÇÃO: UnB
TEMPO: 01:09:46

Eu sou Kimberly Anastácio, eu sou mestranda em ciências políticas da UNB, pesquisadora do LAPIN/UNB, entre outras coisas. Estou aqui para poder reforçar a ideia de que a gente não pode pensar na hipótese de redução das atribuições do CGI, manifestadas dentro da Portaria interministerial de 95, do Decreto regulamentador Presidencial de 2003, do marco civil da internet e do Decreto Regulamentador do marco civil da internet. Todas as competências que são do CGI são manifestadas também nas entidades e centros de pesquisa que estão sob o guarda-chuva do NIC.BR, e que tem realizado, sim, um trabalho de excelência para a comunidade da internet do Brasil. E aqui eu estou pensando nas pesquisas realizadas pelo CETIC, nos padrões do CEWEB, no trabalho que o CERT tem feito para a segurança e também na questão do PTT.br que o nosso colega do setor empresarial acabou de comentar. Todas as atividades e competências e atribuições que o CGI possui e que tem feito para a comunidade da internet, expandindo um pouco a sua atuação, que não são presentes em muitas das outras organizações de outros países que lidam com domínios de código de países. Ou seja, só para reforçar que as atribuições do CGI que a gente tem são bastante completas. A gente não pode regredir, retirando nenhuma das atribuições, nenhuma das contribuições que o CGI tem feito. Precisamos sim reforçar o papel que o CGI tem aqui dentro do nosso país. Obrigada.

16

SETOR: TS -

NOME: Florence Poznascki

ORGANIZAÇÃO: Internet sem fronteiras

TEMPO: 01:11:15

Bom dia a todos e todas, sou Florence Poznascki, sou integrante da ONG internet sem fronteiras Brasil, membro da Coalizão Direito na Redes e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Sabemos que essa consulta acontece no momento em que o governo brasileiro está redefinindo suas estratégias digitais com objetivo de adaptar o país as evoluções das novas tecnologias das comunicações e também as novas demandas no âmbito das coletividades. Nesse sentido, considerando que a separação entre sistemas de telecomunicações e internet é mais do que fundamental, na medida em que internet não constitui só um espaço de comercialização de serviços mas um direito humano universal a ser defendido e respeitado e que não se integre em estratégias de comercialização. O exemplo do satélite geoestacionário onde o espaço destinado para universalização da banda larga, em espaços de pouco acesso, onde também pra atender pessoas com renda muito baixa, foi um exemplo muito claro da falta de consulta do CGI, na medida em que, o próprio espaço destinado à universalização da banda larga foi leiloado ao setor comercial. E o CGI não foi em nenhum momento consultado nesse sentido. A mesma ameaça pode acontecer agora com a venda do cabo EllaLink que é uma parceria da América Latina e a União Europeia, onde uma banda com cerca de 25 a 30% está destinada para a rede não-comercial de pesquisa ao nível continental em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa. E vemos isso com muita preocupação a possibilidade de que esse espaço também possa de novo ser usurpado e destinado ao setor comercial. Nesse sentido, vemos que na perspectiva de ampliação de novas políticas públicas para a conectividade no Brasil, a garantia da manutenção e ampliação das competências para que o CGI possa zelar o respeito do interesse de caráter público e comercial da internet é fundamental. Também que não haja políticas públicas onde o CGI não possa ser consultado, a fim de nos garantir que a ampliação das políticas públicas na internet possam permitir sempre que nossa sociedade seja mais justas e menos desigual.

17

SETOR: EMP

NOME: Alexander Castro

ORGANIZAÇÃO: Sinditelebrasil

TEMPO: 01:13:50

Gostaria de pedir licença para concluir minha fala já que o espaço do setor empresarial não alcançou os 6. Gostaria de cumprimentar o MCTIC por abrir a discussão dessa reestruturação, oportuna, tempestiva e que só agrega valor ao desenvolvimento da internet no Brasil. Também quero cumprimentar o CGI por ter aberto o espaço para ampliar e dar mais uma oportunidade a sociedade de maneira geral de se manifestar. É importante que a gente tenha em mente que, de 2003 até hoje, 2017, a Internet passou por mudanças profundas. Seu crescimento foi explosivo tanto em relação ao número de

usuários que fazem uso da rede mundial, também quanto o ponto de vista da importância que as inúmeras aplicações, que aplicações desenvolvidas para serem suportadas pela Internet têm para cada cidadão, para o exercício da sua cidadania, para o aumento da produtividade econômica, para a gestão de recursos públicos, para a oferta de serviços e-gov, para o entretenimento, para a educação, para a saúde, para a liberdade de expressão, entre outras. Toda a transformação do papel da Internet já experimentada na sociedade e na economia de cada país vai se intensificar e se aprofundar com a Internet das Coisas, Cidades Inteligentes e alcançará todos os segmentos econômicos. Por essa razão, a composição do CGI precisa de significativas alterações, ajustes, aperfeiçoamentos, para refletir adequadamente esta nova realidade assim como suas competências, proporcionando uma representatividade equilibrada e de todos os setores envolvidos no web sistema da Internet.

18

SETOR: CT

NOME: Thiago Novaes

ORGANIZAÇÃO: ABRADIG

TEMPO: 01:15:51

Bom dia, eu sou o Thiago Novaes, pesquisador de pós-doutorado, vinculado à Universidade Federal Fluminense e atualmente exerço a função de secretário-geral da Associação Brasileira do Rádio Digital. Primeiramente, sobre a ideia de diminuir as atribuições do CGI, gostaria de me posicionar totalmente contra, como vários colegas têm se posicionado. Na verdade sugerir a necessidade de ampliação do escopo de atuação do CGI, no sentido de entender que boa parte das tecnologias que hoje transitam via internet, trânsito de dados, etc, se faz sob o espectro eletromagnético. E se não houver uma incidência sobre o espectro eletromagnético nós teremos uma redução ou cada vez mais dificuldade para comunidades longínquas, onde não há o interesse comercial de provimento de serviços, tenham realmente o acesso. A brecha digital hoje que existe, ela se dá justamente porque é focada, o atendimento a essas comunidades se dá, sobretudo, por meio do interesse comercial. E a internet funciona muitas vezes como backhaul, por exemplo, de provedores comunitários de celulares, rádio digital também pode proporcionar esse tipo de tecnologia, de modo que a gestão dinâmica do espectro que é apontada para o futuro próximo, que torna estados obsoletos na gestão do espectro, deve sim, talvez ser objeto iminente de incidência do CGI para garantia de direitos fundamentais, como direito a cultura, a manifestação cultural nos rincões do Brasil, seja também mais uma vez um exemplo como tem sido o CGI pro mundo, de defesa dos interesses da população como um todo, não apenas de interesses de mercado.

19

SETOR: TS

NOME: Flávia Lefèvre

TEMPO: 01:17:35

Sou Flávia Lefevre da PROTESTE da associação de consumidores que integra a Coalizão de Direitos na Rede. Eu gostaria só de destacar aqui que a despeito de CGI ter

sido criado em 95 e o Decreto que o regulamentou com mais detalhes em 2003, nós temos o marco civil da internet, o decreto 8771 de 2016, que atribuíram uma série de competências para o CGI atualizando o organismo multissensorial ao novo cenário. Então, ainda que nós concordemos com uma revisão na estrutura de representação do CGI, no que diz respeito às competências, nós temos mais preocupação com que o CGI cumpra com as competências que já tem. E que nós entendemos que a muito a ser feito, inclusive pelo reconhecimento do MCTIC e outros organismos públicos quando tratam de políticas relacionadas a internet, como é o caso do Plano Nacional de Internet das Coisas e Informação e não envolve institucionalmente o CGI. O artigo 24, inciso 1 e 2 do marco civil da internet que trata dos poderes públicos, a parte da lei que trata dos poderes públicos, diz o seguinte: São diretrizes: a instituição de mecanismos de governança da internet multissetoriais e diz que para o desenvolvimento e o uso da internet no Brasil o CGI deve participar. Então, venho aqui reafirmar o que já foi dito anteriormente, de que a gente reforce as competências, a separação entre TELECOM e internet, porque TELECOM é uma questão muito específica e a internet afeta direitos fundamentais de larga abrangência que merecem um tratamento multissetorial fora de organismos regulatórios tradicionais. E por fim, quero reiterar a necessidade de que o decreto a ser apresentado pelo governo depois do processo de consulta seja submetido a consulta pública e quero dizer por fim, que ainda que seja bom que a gente reveja a forma unilateral como essa consulta pública começou, contraria o que está no marco civil da internet no que diz respeito a uma governança multissetorial. Obrigada.

20

SETOR: CT

NOME: Nelson Pretto

ORGANIZAÇÃO: FACED/UFBA

TEMPO: 01:20:25

Nelson Pretto, professor e pesquisador da Faculdade de Educação da UFBA. Eu queria reforçar a ideia de que a forma como foi proposta pelo governo contraria frontalmente a democracia, pelo fato do próprio governo ter assento dentro do CGI e não fazer a proposta através do CGI. Então, eu gostaria de parabenizar o CGI por ter tomado às mãos essa consulta pública e agora está fazendo com ampla participação da sociedade. Segundo aspecto que eu queria destacar é da importância na estruturação do CGI, as câmaras setoriais sejam mais valorizadas e que a via de ligação entre o trabalho das câmaras setoriais e o pleno do CGI esteja mais garantida do que está hoje. Na verdade, hoje o que se vê é que as câmaras trabalham e esse resultado depende de outras razões para que ele possa efetivamente ser submetido ao pleno e com isso seja considerado. Por último, queria insistir no aspecto que o CGI já fez, vem fazendo, mas que precisava ser fortalecido, que é um olhar para o futuro e com isso, um olhar mais prospectivo de investigação. Ou seja, que o CGI também tivesse uma preocupação mais intensa com a pesquisa no campo do futuro da internet. E por último, dizer que o decreto precisa ser submetido a consulta pública pelas razões que estamos vendo com a forma como este governo vem trabalhando ultimamente.

21

SETOR: TS

NOME: Thiago Tavares

ORGANIZAÇÃO: SaferNet

TEMPO: 01:22:25

Bom dia todos e todas, eu gostaria, em reforço a muito do que já foi dito, propor o exercício de que nós imaginemos, apenas para fins hipotéticos, uma realidade onde as atribuições definidas pelo decreto que está sob análise, elas fossem modificadas e elas, por alguma razão, tivessem impacto naquilo que já é feito pelo CGI.br através do seu braço executivo que é o NIC.br. Imagine os senhores se não existissem pontos de troca de tráfego, se não existisse um Internet Exchange, que hoje tem um tráfego de mais de 3 terabytes por segundo (são trocados no Internet Exchange) e esse projeto beneficia ODTs, beneficia operadores de telecomunicações, provedores de acesso, provedores regionais, provedores pequenos. São mais de 1500 sistemas autônomos conectados aos PTTs. Imaginem também as senhoras e senhores se não existissem também as pesquisas e são mais de 40 publicações feitas pelo Cetic.br, que é o braço de pesquisa, que produz indicadores e séries históricas de mais de 15 anos sobre o uso e apropriação de TICs no Brasil. Pesquisas essas que não são produzidas pelo mercado, pelo contrário, o mercado se vale, se utiliza, dessas pesquisas para poder pensar o seu modelo de negócios e definir as suas estratégias, e sobretudo o poder público, que utiliza essas pesquisas para poder formular e pensar políticas públicas. Imagine o que seria dos incidentes da rede no Brasil se não existisse o CERT.br que há mais de 20 anos desenvolve um trabalho de excelência, formando milhares de profissionais em todo o país, para atuar no tratamento e resposta a incidentes de segurança. Esse cenário apocalíptico pode se materializar, caso haja uma decisão equivocada de alterar as atribuições do CGI.br ou mesmo caso haja uma decisão equivocada de transferir o registro de nomes de domínio (porque todo esse trabalho é financiado em prol do interesse público) para alguma outra entidade privada, ou mesmo pública, que venha assumir essa condição. apenas pense sobre esse cenário hipotético e reajam a ele.

22

SETOR: EMP

NOME: Paulo Todeschini

ORGANIZAÇÃO: InternetSul

TEMPO: 01:25:33

Bom dia a todos, represento a InternetSul, são 150 entidades que estão sendo representadas aqui. Somos a favor da manutenção do CGI.br no seu estado atual, com aprimoramentos, é óbvio, mas deixamos registrado aqui a manifestação pública.

23

SETOR: CT

NOME: Sergio Amadeu

ORGANIZAÇÃO: UFABC

TEMPO: 01:25:57

Eu queria complementar uma proposta feita por várias pessoas aqui, de que qualquer alteração materializada num decreto do governo, sobre a governança da Internet no Brasil, além de ser submetida a uma consulta pública on-line, no mínimo ela deve redundar também em audiências públicas em, pelo menos, uma cidade em cada região do país. Eu queria formalizar essa proposta porque esse tema "a Internet" é cada vez mais importante, não só para o mercado, é importante também para as comunidades. Nós estamos vendo a dificuldade da região norte em participar das coisas da governança da Internet, não porque não necessite, não porque não utiliza, não porque eles não tenham propostas, é porque o nosso país é muito grande e os custos são elevados. E nós estamos vivendo num momento onde a comunidade científica e tecnológica está sendo afetada por um corte brutal de verbas cometido pelo governo. Então nós precisamos ouvir o país quando se trata de mudar a estrutura, ou melhorar a estrutura de governança. Então eu complemento a proposta da Veridiana, do Nelson Pretto, da Flávia, da Renata e de outros que sugeriram essa audiência pública. Que o decreto do governo seja submetido uma audiência pública, ou melhor, uma consulta pública on-line e, eu insisto, também em audiências presenciais, em, pelo menos, uma cidade em cada região do país. Esse é o meu complemento e eu agradeço a oportunidade. Obrigado.

24

SETOR: TS

NOME: Percival Henriques de Sousa Neto

ORGANIZAÇÃO: Associação Nacional para Inclusão Digital (ANID)

TEMPO: 01:28:10

Eu queria complementar a minha fala, naquela mesma linha do multilateralismo, da experiência única e pioneira, inclusive de espaço não existente em outros setores, outras áreas e outras entidades estabelecidas no Brasil. Queria inclusive discordar um pouco da forma como até alguns companheiros colocam aqui. Que me preocupa quando a gente coloca tudo em cima da legislação, ordenamentos jurídicos, cita leis, decretos, normas, enfim, mesmo a norma 4 que é cara para todos nós. Tudo isso pode ser mudado até que o decreto do CGI seja mudado. E, no modelo atual, mudado unilateralmente, ou num acaso mais complexo ainda, mudado pelo congresso nacional, que não tem um processo tão eficaz do ponto de vista de escutar a população, do ponto de vista de seguir, aliás, como o próprio presidente do congresso disse, que lá não é cartório, que não precisa carimbar onde a população quer. E por outro lado quando as ações, quando o consenso, quando a mediação é feita com os setores da sociedade, esse sim, pode-se, olhando pro futuro, construir novas normas, novos decretos, novas coalizões. Em nome disso que eu quero colocar essa necessidade de transformação do CGI, no processo de melhoria contínua, de que se mantenha esse espaço de coalizão, para se discutir inclusive questões de todas as áreas. Por exemplo, onde o setor empresarial teria, de forma legítima, uma discussão com toda a sociedade sobre reforma tributária, que eu acho que no setor de telecomunicações, no setor de Internet é extremamente essencial, porque hoje, por exemplo, nos estados o ICMS trata Internet e telecomunicações como bem de luxo, assim como já tratou sabonete. O sabonete era taxado muito caro porque era de luxo. Então, discussões como essa, discussões que afetam toda sociedade deve envolver

toda a sociedade, porque o governo é transitório, os governos são transitórios, os setores, o formato dentro de um processo de melhoria contínua, um processo de avanço da sociedade são transitórios, mas o convencimento, a vontade popular não é, e vc só pode falar de vontade popular, só pode falar de coalizão com a população com toda a população incluída e todas as atribuições do CGI mantidas e melhorada.

25

SETOR: CT

NOME: José Luiz Ribeiro Filho

ORGANIZAÇÃO: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) RJ e CGI.br

TEMPO: 01:31:15

Quero reiterar aqui o papel histórico em primeiro lugar da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) ao longo desses 25 anos, desde a criação do primeiro *backbone* nacional, em 1992, e na construção desse modelo multissetorial, que permite à participação e opinião dos diversos setores da sociedade na definição do destino da Internet brasileira e com isso reiterar a importância de que o CGI.br mantenha o seu papel autônomo, independente, como gestor do “.br” e que permita que se possa evoluir, através de discussões como essa no seu papel, tornando à Internet no Brasil ainda mais participativa. Percebemos que no mundo e no Brasil, cada vez mais setores são afetados pelas atividades da Internet, e cada vez menos, um único setor tem responsabilidade única sobre o destino daquela organização. E eu posso testemunhar para vocês historicamente, ao longo desses 25 anos, que o setor telecomunicações, em particular, sempre se mostrou extremamente reativo a todas as propostas de evolução que eram trazidas em termos de tecnologias, aplicações, houve sempre uma restrição, uma posição negativa à evolução do processo. Caminhamos, evoluímos, e eu diria, apesar do setor de telecomunicações, que sempre correu atrás do prejuízo, e sempre se posicionou contra a inovação e às modificações necessárias à evolução desse processo.

26

SETOR: TS

NOME: Marcio Patusco

ORGANIZAÇÃO: Clube de Engenharia RJ

TEMPO: 01:32:40

Inicialmente gostaria de parabenizar o CGI.br por tomar pulso desta discussão que foi iniciada pelo governo. O modelo multissetorial do CGI.br é referência internacional, porque estabelece uma democrática participação dos diversos setores da sociedade nas decisões e escolhas dos caminhos da internet no Brasil. Como há uma dinâmica de transformações técnicas e sociais no mundo atual, acreditamos que se possa discutir e revisar mediante consultas e audiências públicas as atribuições e competências das entidades que lidam com esses aspectos, no entanto, no momento atual não vemos necessidade de mudanças nas atribuições e competências do CGI.br.

27

SETOR: EMP

NOME: Hegle Machado Zalewska

ORGANIZAÇÃO: Kaunert & Zalewska Sociedade de Advogadas

TEMPO: 01:33:45

Meu nome é Hegle, trabalho na Kaunert & Zalewska Sociedade de Advogadas, e eu gostaria de manifestar no sentido do que foi repetido aqui diversas vezes, da necessidade de mais audiências e consultas públicas, inclusive de forma regionalizada, e aproveitando isso, gostaria de mencionar à necessidade de maior publicidade das consultas, audiências públicas, e de uma forma geral das atividades do cgi.br. Muitas pessoas no país não conhecem o órgão e suas competências, e minha sugestão é que se aumente à publicização, inclusive nas TVs, para divulgar o que vem sendo feito.

28

SETOR: TS

NOME: Priscila

ORGANIZAÇÃO: Instituto EducaDigital

TEMPO: 01:34:38

Sou Priscila, do Instituto Educadigital que é uma organização que trabalha pela educação aberta na educação digital e eu venho aqui reforçar o que meus colegas do terceiro setor e da comunidade acadêmica falaram da importância da manutenção do caráter multissetorial do CGI.br e que de preferência, essas cadeiras de representantes sejam igualitárias para todos os setores. Reforço o que foi dito pela Hegle, o quanto o CGI.br é desconhecido da área de educação, uma vez que os profissionais da área não conhecem a importância do órgão como instância e precisamos pensar mais nisso em como publicizar, em como divulgar melhor as ações do CGI para que a educação possa se engajar cada vez mais. E queria também reforçar uma questão da transparência, porque não vou estar aqui no período da tarde, o CGI tem um papel muito importante no financiamento de projetos relacionados à educação aberta, relacionados aos recursos educacionais abertos, é a única instância hoje que poderia de fato apoiar essas ações para que tudo que o governo gasta de recurso público, seja de fato público e disponível para toda a sociedade, mas acho que ainda faltam critérios que sejam criados de uma forma colaborativa que sejam transparentes para a sociedade quando a gente precisa pedir um financiamento para o CGI. Reforço o caráter multissetorial, é muito importante a manutenção do CGI tal qual ele foi criado conforme o decreto que todos os meus colegas já falaram aqui.

29

SETOR: EMP

NOME: Eduardo Parajo

ORGANIZAÇÃO: Abranet

TEMPO: 01:36:00

Bom dia a todos, Eduardo Parajo, da Abranet, faço parte do CGI.br, mas falo em nome da Abranet e pessoal. Acho que hoje as competências definidas no decreto e as competências que o CGI.br vem adotando nesse tempo, já são suficientemente

abrangente e suficiente para as questões da internet. Entendemos que manter as competências atuais é realmente necessário.

Acredito que não devemos ir muito além, porque à internet já é bastante ampla e existe muita coisa à ser feita, e nesse sentido somos favoráveis à manutenção das atuais competências e em relação ao caráter multissetorial que o cgibr representa é importante manter esse cenário.

30

SETOR: CT

NOME: Marcos Dantas

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

TEMPO: 01:37:00

Queria apenas reforçar além das propostas que já foram feitas, à necessidade de qualquer decreto futuro deva ser submetido a audiências e consultas públicas, porque isso é importante para os debates, para a Constituição Federal e para a democracia. Gostaria também de aproveitar o momento para aprofundar uma discussão em cima das lições do Fórum. Tivemos vários e vários painéis e workshops em que vimos como está o debate na sociedade, como a Internet vem colocando um conjunto de novas questões. A questão dos dados, em que já se fala não apenas de leis, e sim da criação de uma autoridade responsável por fiscalizar, normatizar e regular à utilização dos dados e defender à privacidade do cidadão. As questões que estão sendo levantadas e conflitos, pelas plataformas financeiras e de mercado, inclusive, com questões ou decisões na comunidade europeia, multando as plataformas, seja por conteúdos, seja por presenças significativas e monopolistas no mercado há um conjunto amplo de questões que cada vez mais terá de fazer parte da agenda do CGI.br e teremos que a partir da discussão, cuja grande vantagem é justamente ser multissetorial, trazendo diferentes segmentos da sociedade, num sistema como vemos aqui, paritário, cuja grande vantagem é o governo poder participar diretamente, num conceito até gramsciano do Estado ampliado, onde à sociedade civil participa em debates com o governo na construção de políticas, mas que devem ser efetivadas pelo Estado.

31

SETOR: GOV

NOME: Cristiane J.

ORGANIZAÇÃO: Cabedelo/PB

TEMPO: 01:39:00

Represento um governo municipal do governo da Paraíba, eu acho que o espaço multissetorial permite que os governos municipais participem do processo de governança da internet. Eu cito, por exemplo, a Escola de Governança da Internet, do CGI. Obrigada!

32

SETOR: TS

NOME: Tetsuo Takita

ORGANIZAÇÃO: Coletivo In-Put

TEMPO: 01:39:34

Com respeito à fala anterior (Eduardo Parajo), temos que tomar cuidado porque ao mesmo tempo que questões sobre privacidade e interferências nos conteúdos da internet começam a surgir, existem dois lados nas discussões em relação ao governo.

Quando dizemos que o governo pode ajudar, sabemos que o Executivo Federal e Legislativo pode interferir, até mesmo em forma de censura, e cerceando as liberdades dos cidadãos. Então creio que devemos tomar cuidado, porque é algo muito relativo, porque é quase impossível proteger a privacidade, como vimos nos casos Prism nos EUA, e nos casos de espionagem da Ex-Presidente Dilma. Então não precisamos de mais privacidade, porque é algo quase impossível. Precisamos cuidar, para que isso não se torne uma censura. Essa desculpa de que o governo está ajudando na privacidade, na verdade ele está cerceando à liberdade.

33

SETOR: CT

NOME: Sérgio Amadeu

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do ABC (UFABC)

TEMPO: 01:41:22

Gostaria de colocar uma proposta, que é uma das atribuições que o CGI.br em geral vem fazendo, mas não de forma sistemática, mas é algo vital. Deve ser atribuição do CGI.br acompanhar e participar de comitês, grupos, coletivos técnicos, forças-tarefas de definições de padrões, protocolos e definições relativas a formatos da Internet. Ele deve fazer isso internacionalmente, isso não é algo simples, é uma atividade que precisa ter acompanhamento, financiamento, porque participar de uma força-tarefa dessas requer dinheiro, para envio de técnicos e especialistas, e nós, no passado, por conta dessas participações, trouxemos um escritório do W3C para o Brasil, que define padrões de formato para a web, mas à internet, que está passando sempre por mudanças, precisa desse acompanhamento de forma vital.

34

SETOR: TS

NOME: Thiago Tavares

ORGANIZAÇÃO: SaferNet

TEMPO: 01:42:56

O tema dessa sessão são as atribuições e me parece que à fala do Sérgio Amadeu está inserida aqui, em uma das atribuições atuais que é, do CGI.br ser representado nos fóruns técnicos nacionais e internacionais relativos à internet. De modo que à manutenção dessa e das demais atribuições é fundamental. Eu pedi a palavra para complementar rapidamente o item que se refere a estabelecer diretrizes para a organização das relações entre governo e sociedade na execução do registro de nomes de domínio e na alocação dos números IPs, no melhor interesse do desenvolvimento da Internet no país. Isso faz toda a diferença, gostaria, ainda no meu exercício hipotético, de propor aos senhores que pesquisem os modelos existentes nos outros países, como a Argentina, por exemplo, que possuía um registro público de domínios, que era realizado pelo Ministério das Relações

Exteriores e isso durou alguns anos e fracassou, virou uma bagunça o registro argentino, e o que foi feito? Seja por questões burocráticas, viram que não era vocação do poder público realizar, o poder público não tem dinâmica para acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Depois de dez anos, a Argentina recuou e copiou o modelo brasileiro. Outros países também fizeram isso, mas também existe o terceiro modelo, exclusivamente gerido pelo setor privado. Grandes empresas estão inseridas e hoje estão comprando registros de países, como por exemplo, o “.co” da Colômbia, que deixou de ser um domínio gerido em prol dos colombianos e passou a ser gerido em prol da empresa que adquiriu o domínio. Recentemente também foram comprados códigos em países do leste europeu. Então é fundamental que isso seja levado em consideração, até mesmo do ponto de vista da legalidade. Obrigado.

Eixo 2 – Composição do CGI.br

Relatora e Relator do Eixo 2: Monica Maia Ribeiro e George Freitas

Revisado por: Monica Maia Ribeiro e Ricardo Matheus

Imagem e áudio da Primeira parte da audiência pública podem ser acessados em
<<https://www.youtube.com/watch?v=tUayYvE2JH0>> **(a partir de 02:25:00)**

1

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Bia Barbosa

ORGANIZAÇÃO: Intervozes / DF

TEMPO: 02:29:12

Bom dia a todos e todas! Meu nome é Bia Barbosa, eu sou do Coletivo Intervozes de Brasília, DF. Primeiro a gente queria reafirmar aqui a importância do caráter multissetorial do CGI, que já foi dito bastante aqui na primeira rodada de diálogo da audiência pública. Mas a gente entende hoje que há um desequilíbrio entre os setores dentro do comitê. Então, no âmbito de alguns diálogos que foram feitos pela sociedade civil, principalmente pela Coalizão de Direitos na Rede, que reúne mais de trinta organizações que atuam nesse campo, a gente queria trazer uma proposta que a gente defende é que o pleno do CGI fosse composto por vinte e uma cadeiras, mas equilibradas de uma maneira paritária, cinco cadeiras para cada um dos setores: cinco para o governo, cinco para sociedade civil, cinco cadeiras para o setor empresarial, cinco cadeiras para a academia e um assento que a gente entende como fundamental que hoje é ocupado pelo professor Demi, que a gente acha seria interessante que não fosse algo designado nominalmente, mas que fosse uma cadeira fixa para o presidente do NIC.br. Entendendo o NIC.br como um braço executivo do CGI e que seria fundamental de estar sempre participando desse pleno do CGI, no sentido de contribuir para a definição das diretrizes e os debates que estão acontecendo ali. Dentro do âmbito do setor empresarial, a gente sabe que há uma grande discussão sobre que setores estariam representados ali, a gente acha que o setor empresarial pode muito bem discutir isso internamente. Do ponto de vista do governo, a gente gostaria de fazer algumas sugestões de alguns órgãos que nos parecem importantes de estarem representados no CGI, como a Anatel, como o Ministério da Justiça, por que o próprio decreto do Marco Civil da Internet aponta neste sentido e o Ministério de Ciência e Tecnologia. Então, a gente acha que há necessariamente uma mudança mais significativa a ser feita do ponto de vista das cadeiras do governo, mas a proposta central é que mantenha o número de 21 cadeiras, sendo cinco para cada um dos setores e uma fixa para a presidência do NIC.br. Acho que a gente manteria um número razoável para tomada de decisões e para o funcionamento do comitê e a gente equilibrada no sentido mais positivo esses setores que hoje estão representados no CGI. É isso, obrigada!

2

SETOR: Empresarial

NOME: Eduardo Parajo

ORGANIZAÇÃO: ABRANET / Conselheiro CGI.br

TEMPO: 02:31:53

Eduardo Parajo da Abranet, depois de uma longa discussão, acho que o tema da composição do CGI é extremamente relevante. A gente tem visto durante todo este

tempo, pelo menos que eu estou como conselheiro, “n” iniciativas que o próprio CGI fez, no sentido de ampliar a participação da sociedade dentro do comitê. Uma dessas iniciativas foram as Câmaras Temáticas que foram criadas no passado aonde a gente tentou através de temas trazer mais participação para dentro do CGI, envolver mais a sociedade dentro da discussão. Acredito que fazendo uma análise o que acabou acontecendo foi que as câmaras, se nós tivéssemos criado, em vez de câmaras temáticas, câmaras setoriais, talvez a gente tivesse atingido um pouco mais a questão da participação. Nesse sentido, e aproveitando o momento puxado pelo governo nessa questão para que a gente pudesse ampliar a participação, com a ajuda de várias pessoas que colaboraram neste documento aqui, nós postamos hoje de manhã no site do CGI uma proposta nova de como seria o funcionamento e composição do Comitê Gestor. Basicamente sempre mantendo a questão do multissetorialismo e mudando algumas coisas que hoje não acontecem no CGI, que é o caso do sistema bottom-up. Quer dizer hoje na verdade, se discute no conselho do CGI questões que chegam, mas isso não vem da sociedade, não vem por baixo, essas demandas. E aí na nossa proposta evidentemente um aspecto que está sendo bastante comentado também é a questão da transparência, a questão da accountability e evidentemente sempre privilegiando a questão de consenso como uma regra para que a gente possa delinear as discussões. Então na nossa proposta a gente criou uma camada estruturante, que é da seguinte forma: são dois níveis basicamente, o Conselho do CGI permanece, hoje com 21 posições, as cadeiras acredito que a gente vai ter uma discussão e na nossa proposta essa discussão ela estava inserida para que ocorra durante o ano que vem e embaixo nós criaríamos conselhos setoriais. Então teríamos um conselho do setor público, um conselho do setor empresarial, um conselho do terceiro setor e um conselho da comunidade científica e tecnológica; e embaixo teria a participação da sociedade dentro desses conselhos e a gente traria essa discussão de cima lá, do conselho maior do CGI, para esses conselhos setoriais para que estes conselhos setoriais possam ter realmente a participação efetiva da sociedade e dos interessados, tragam temas específicos dentro desses conselhos e aí depois numa composição que a gente ainda vai definir que está na nossa proposta como cronograma, a gente trabalha isso ano que vem para poder implementar em 2019. Obrigado!

3

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Fabrício Solagna

ORGANIZAÇÃO: UFRGS

TEMPO: 02:35:01

Eu sou Fabrício da UFRGS, sou doutorando, pesquisador na área de governança da Internet do Brasil, falo em nome próprio, em nome de um pesquisador da área e a minha contribuição vai no sentido de que é fundamental para melhorar e aprimorar o caráter multissetorial do CGI corroborando com as outras contribuições que já foram ditas aqui, é que haja uma paridade entre todos os setores. Nenhum setor hoje tem a maioria do conselho, mas é claro que há diferentes números de cadeiras distribuídos em diferentes setores. A mim, como pesquisador me parece que é fundamental a gente equilibrar essa

distribuição. Em segundo lugar, queria contribuir dizendo que creio que seria fundamental criar instâncias de participação em que entidades ou mesmo indivíduos possam continuamente acompanhar ou mesmo contribuir em discussões, em questões colocadas para o CGI para que inclusive a participação seja mais efetiva e não somente em períodos eleitorais, aumentando assim a accountability, inclusive o engajamento e a importância da entidade na sociedade como um todo. Minha última contribuição é que eu creio que seria importante para o aprimoramento do caráter multissetorial, que a coordenação do CGI também fosse rotativa em que os quatro setores pudessem definir em tempos iguais quem seria o coordenador do CGI. Muito obrigado!

4

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Renata Mielli

ORGANIZAÇÃO: Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé / SP

TEMPO: 02:37:08

Bom dia! Meu nome é Renata Mielli, sou do Barão de Itararé, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Primeiro queria dizer como é saudável este modelo multissetorial e mostrar que nem sempre a sociedade civil discorda do setor empresarial, por exemplo. Eu queria saudar o espírito da proposta, que o Eduardo Parajo apresentou aqui, da Abranet, porque ela vem dentro da perspectiva da gente ampliar a participação do CGI para a sociedade e criar instrumentos de efetivar essa participação. Já há bastante tempo, por exemplo, a sociedade civil discute como seria fundamental que as entidades, que compõem o colégio eleitoral para eleição dos conselheiros pudessem ter uma participação mais efetiva no CGI não apenas se envolver para votar num conselheiro e depois essas entidades ficam completamente sem nenhum acompanhamento, sem nenhum envolvimento nas ações do CGI, a não ser que próprio setor dialogue com aquelas entidades e nós do Terceiro Setor procuramos manter esse diálogo sempre dinâmico. Mas era importante que o CGI institucionalizasse isso, então eu acho que essas comunidades de base, que compoem essas comunidades por setor são muito importantes. Acho que você criar um espaço setorial de coordenação, portanto quatro Câmaras Setoriais para fazer essa coordenação dessa ampla base seria muito importante e ter também um espaço intermediário entre o comitê gestor e estas câmaras seria multissetorial também para poder, a gente levar as preocupações desses setores para um espaço mais amplo, antes disso chegar no CGI. Acho que estes são mecanismo de aprimoramento do diálogo, de ampliação da participação e de maior empoderamento, por exemplo, a gente vê aqui – infelizmente – uma pequena participação do poder público e aqui não me refiro apenas a participação do poder federal, a gente tem que compreender poder público como municipal, estadual... Cadê a presença desses setores tão fundamentais para a governança da Internet, nos espaços do CGI? Então, a constituição dessas câmaras pode proporcionar uma maior participação, um diálogo maior e isso também gera transparência, pois essa participação mais ampla efetivamente resulta numa transparência maior em como são tomadas as decisões e eu acho que isso só fortalece o CGI, só fortalece esse comitê gestor que nós estamos querendo construir e que eu concordo que deva ser paritário entre os setores.

5

SETOR: Empresarial

NOME: Ildeu Borges

ORGANIZAÇÃO: Federação Brasileira de Telecomunicações (FEBRATEL)

TEMPO: 02:40:14

Bom dia! Eu sou o Ildeu Borges da FEBRATEL – Federação Brasileira de Telecomunicações. O setor de telecomunicações exerce um papel fundamental no desenvolvimento da Internet, pois suas redes dão o suporte necessário para transportar todas as informações. Dessa forma, precisa estar adequadamente representado, principalmente se considerarmos que o acesso à Internet pode ser ofertado por provedores de diferentes portes, diferentes tecnologias (satélite, rádio, etc), por diferentes serviços de telecomunicações, como é o caso do SCM – Serviço de Comunicação Multimídia para acesso fixo e o SMP – Serviço Móvel Pessoal para acessos móveis. Em um outro lado, estão os provedores de aplicação, que são usuários das redes de telecomunicações e não devem ser colocados no mesmo segmento que os provedores de infraestrutura, apenas por serem do setor privado. A experiência prática nas discussões mantidas no CGI, desde a sua criação, demonstra claramente que a manutenção de ambos provedores no mesmo segmento privado gera um enorme desequilíbrio e compromete a gestão multistakeholder, onde um setor acaba não tendo a sua merecida representatividade. Dessa forma, a FEBRATEL apoia incondicionalmente a proposta de composição a ser apresentada pelo SINDITELEBRASIL. Adicionalmente, é preciso registrar que atualmente, os representantes da sociedade civil são eleitos a partir da composição de colégios eleitorais, para mandatos de 3 anos, sem limites de reeleições. Propomos a manutenção dos mandatos de 3 (três) anos, sendo permitida apenas uma reeleição. É necessária uma revisão nos critérios de cadastro das entidades no colégio eleitoral, com a necessidade de comprovação da inserção das entidades dentro das atividades previstas para cada membro do Conselho. Além disso, propomos que no colégio eleitoral sejam aceitas apenas entidades com ao menos 3 anos de atividade prévia à eleição e que não tenham suas atividades restritas a nível municipal e estadual (com exceção para as universidades na comunidade acadêmica, técnica e científica). Obrigado!

6

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Sérgio Amadeu

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do ABC (UFABC)

TEMPO: 02:42:38

Sou Sérgio Amadeu da Silveira, professor da Universidade Federal do ABC. Eu queria concordar com a proposta do Parajo. Eu acredito que o CGI precisa ter mais que uma camada. Eu acredito que o CGI vai ganhar em participação, vai ganhar em acompanhamento da sociedade se nós pudermos ampliar a participação dos vários segmentos que o compõem nas decisões e nas discussões. Por causa disso eu queria apenas aprimorar, sugerir na verdade que a gente criasse nessa camada de base, a

figura da organização filiada ao CGI e quero justificar o porquê. Muitas entidades e organizações fazem parte do colégio eleitoral no momento propício, o colégio eleitoral que é montado um ano antes e num processo muito longo, muito exaustivo. Hora, se essas entidades podem compor o colégio eleitoral, por que, que elas não podem permanentemente acompanhar as atividades do CGI? Por que, que o CGI não tem permanentemente a obrigação de prestar informações para essas entidades? Por que essas entidades não podem compor essa base enorme, que eu concordo plenamente com a proposta do Parajo e que permita alimentar as discussões debaixo para cima? Então, qualquer discussão importante sobre a governança da Internet no Brasil não envolveria apenas aquelas e essa camada também intermediária. Então, eu queria dizer que a proposta de entidades filiadas reforça o acompanhamento dos setores, das entidades, que compõem estes setores das discussões que estão havendo no CGI. Então, eu acho que isso deve ser formalizado. Por fim, eu queria também reforçar a seguinte ideia, se nós de fato somos multistakeholder ou se de fato a gente defende essa mobilização multissetorial como fundamental para a governança, ela deve ser paritária. Não tem nenhum sentido, que um setor tenha mais membros que o outro. Muito obrigado!

7

SETOR: Governamental

NOME: Luiz Fernando M. Castro

ORGANIZAÇÃO: Conselheiro CGI.br / SP

TEMPO: 02:45:26

Bom dia a todos, sou o Luiz Fernando Martins Castro, conselheiro do CGI e eu tenho também uma formação como advogado e presidente de uma comissão da OAB. Quanto a questão da formação do governo eu entendo a presença do governo no CGI com o passar do tempo eu acho importante que haja uma reavaliação dos ministérios ou dos órgãos governamentais mais pertinentes para a atuação e para o futuro da Internet. Então, acho que seria saudável uma reanálise dos constituintes dentro do governo, mas eu também queria chamar a atenção para um ponto, a gente ouve falar muito da questão da participação do Ministério Público e do Poder Judiciário, acho que é um grande equívoco imaginar que são esses elementos ou esses órgãos que representam a sociedade. Eles têm um papel muito importante institucional, que é de julgar, de fazer, o cumprimento das leis, mas quem é o povo? Quem representa o cidadão? Quem é o verdadeiro coletivo, que há mais de cinquenta anos representa os princípios do Estado democrático? O princípio da participação social, o respeito aos direitos humanos é a advocacia, somos mais de um milhão de advogados no Brasil e somos nós que estamos na lida diária com o povo, que sofre com todos esses problemas que aqui são retratados. Então, eu queria deixar aqui como sugestão que fosse reconhecida a importância da advocacia como um todo e que ela merecesse um cargo permanente, no terceiro setor. Muito obrigado!

8

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Percival Henriques de Souza Neto

ORGANIZAÇÃO: Conselheiro CGI.br / PB

TEMPO: 02:47:11

Eu sou Percival, membro do CGI pelo Terceiro Setor e sou presidente da Associação Nacional pela Inclusão Digital. Nessa questão da composição do CGI e diante de algumas falas aqui até agora, eu queria citar uma frase do Michel Levy que diz o seguinte a exclusão está para o excluído assim como o vidro, que separa a mosca do mundo lá fora. O fato de você ser excluído de um determinado processo e dentro de um processo evolutivo não significa que você deva ser excluído do processo da participação nessa evolução. Porque primeiro, todos os organismos morrem no processo de evolução e alguns evoluem e alguns se extinguem, então a morte é certa, mas não a extinção. Então, se você não vai determinar que o governo ou que o poder constituído do país ele faça com o quê no município lá de Coxixola, zona rural que não tem Internet e Manoel da Bodega vai colocar um impedimento qualquer, eu tenho o Instituto Federal de Educação e uma empresa não vai se determinar que essa empresa obrigue a emitir nota fiscal eletrônica e para emitir nota fiscal eletrônica é preciso ter Internet, eu não posso excluir essa comunidade da discussão do futuro da Internet do Brasil, nem da manutenção. Essa é uma coisa que tem que ficar muito clara, que a Internet somos todos nós. Quem faz a Internet é o Brasil inteiro, desde a pequena comunidade, que não é mais e nem menos importante. Eu poderia aqui evocar a importância de quem está excluído, exatamente pelo fato de estar excluído, mas estou colocando no mesmo nível de igualdade. O CGI deve, além de manter as atribuições, deve ter esforço para que cada vez mais a população inteira possa ser incluída, nenhum processo de exclusão é admissível. É importante que todos nós, nos esforcemos para que os setores do governo, os setores municipais, estaduais, mais o setor de empresas, inclusive, as pequenas e aquelas grandes empresas que estão fora do processo, entrem no CGI e o processo de transparência para isso é extremamente importante. Então, qualquer modelo que venha a ser pensado, tem que pensar nessas duas questões: a inclusão da população como um todo e a vinculação... [microfone cortado].

9

SETOR: Empresarial

NOME: Alexander Castro

ORGANIZAÇÃO: SindiTelebrasil / DF

TEMPO: 02:50:17

Obrigado! Bom dia a todos! Meu nome é Alexander Castro, represento o SindiTelebrasil, que por sua vez representa a todas as prestadoras de telecomunicações que oferecem o acesso à Internet por meio da banda larga fixa ou móvel. Em primeiro lugar, gostaria de registrar que o SindiTelebrasil apoia toda e qualquer discussão no sentido de buscar uma composição do CGI mais equilibrada, mais alinhada com a representatividade de todos os agentes privados ou não que atuam na cadeia de valor da Internet. Então, estamos trazendo uma proposta aqui, mas estamos abertos a discutir outras. A gente defende que esta que a gente está apresentando aqui contribui para a melhoria do processo e para o equilíbrio da atuação dos setores. Bom, a gente está apresentando uma proposta com a manutenção das 21 cadeiras divididas em cinco grupos: um grupo do setor empresarial

de infraestrutura e equipamentos, que teria quatro membros, esses membros seriam um provedor de grande porte, de acesso à Internet fixa ou móvel; um provedor de acesso à Internet via satélite, com a segunda cadeira; um provedor de pequeno porte até 50 mil acessos à Internet fixa ou móvel; e provedores de serviços e representantes da indústria usuária, que ficaria com a quarta cadeira. O segundo grupo também seria representado pelos provedores de conteúdos e aplicações de serviços de Internet: a primeira cadeira seria ocupada por representantes de empresas que provêm conteúdo ou produzem conteúdo; uma outra cadeira a ser ocupada por um representante de empresa que prestem ou desenvolvam serviços suportados primariamente pela Internet; a terceira cadeira a ser ocupada por representantes de empresas que pertencem originalmente a setores tradicionais da economia que estão em processo de inclusão de parte de seus negócios na Internet, seja pela evolução da mesma ou seja pelo uso de tecnologias IoT; e a última cadeira deste grupo seria ocupada por provedores de bens de informática ou de software. O quarto grupo seria relativo aos usuários e cidadãos. Primeira cadeira seria um representante de uma entidade do terceiro setor, que representa os interesses dos usuários de serviços da Internet. Uma outra cadeira pelos representantes dos direitos civis, representantes dos interesses dos grupos de proteção de direitos fundamentais e dos direitos do consumidor. Uma outra cadeira por um representante dos interesses da educação do Brasil e telecomunicações. Um representante de entidade do terceiro setor que atue diretamente com temas que envolva telecomunicações. O quarto grupo seria da comunidade acadêmica técnica e científica, que teria também quatro membros, um a mais do que o número atual. O meu tempo está acabando e eu vou ter que complementar no final da fila.

10

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Élisson Diones

ORGANIZAÇÃO: Observatório da Juventude / BA

TEMPO: 02:53:22

Bom dia! Meu nome é Élisson Diones, sou de Salvador, Bahia e estou aqui representando o Observatório da Juventude, mas falando da minha capacidade pessoal. Eu vou ler a posição dos jovens participantes e ex-participantes do Programa Youth. Quanto a composição, devido a sobreposição de competências relativas aos órgãos governamentais presentes na composição do CGI e especialmente pelas comprovadas ausências de conselheiros governamentais nas reuniões do CGI, ao longo dos últimos anos. Defendemos a redistribuição das vagas governamentais ociosas para os demais setores com o intuito de estabelecer uma paridade entre múltiplas partes interessadas. Dessa forma, a nova composição do CGI deverá contar com cinco membros, de cada setor, no caso comunidade científica e tecnológica, terceiro setor, governamental, empresarial e mais um representante de notório saber. Quanto a questão das faltas, eu fiz uma análise na última semana, de vinte nove atas, das últimas vinte nove reuniões do CGI e com isso eu pude comprovar uma ausência enorme do setor governamental nas reuniões. Foram vinte e nove atas analisadas de janeiro de 2015 a setembro de 2017. Tudo bem que os setores têm quantidades diferentes de membros, mas o terceiro setor

teve um total de seis faltas, durante vinte e nove reuniões, a comunidade técnica vinte faltas, empresarial doze faltas e governamental sessenta e nove faltas, sendo que o MDIC faltou dezenove reuniões e o CONSECTI faltou dezesseis reuniões e o CNPQ faltou somente seis, porém ele só fez oito intervenções em vinte e nove reuniões, então está simplesmente ocupando um lugar de voto porque não está contribuindo em nada.

11

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Flávia Lefèvre

ORGANIZAÇÃO: PROTESTE /SP

TEMPO: 02:55:32

Bom dia, ainda! Eu sou Flávia Lefèvre da Proteste – Associação de Consumidores de São Paulo. Eu queria reiterar aqui, o que já foi dito pelo Intervozes e pelo Barão de Itararé, no sentido de que a gente em consonância com o princípio do multissetorialismo, com o que consta no Decálogo de Princípios do Comitê Gestor da Internet e com os princípios do NETmundial, que o pleno do CGI se mantenha com vinte e uma cadeiras, como foi dito aqui e que obrigatoriamente no setor governamental haja uma distribuição para que Ministério da Justiça, Anatel, MCTIC e o MRE também por conta da dimensão internacional da Internet estejam presentes e que a quinta cadeira, a gente entende que deva ser definida pelo governo. A nossa proposta, queria destacar aqui que a nossa proposta está em consonância, não só com os princípios do Decálogo e do NETmundial, mas com o funcionamento bottom-up e democrático, colaborativo, guiado por processos de construção de consenso, abertura e transparência, pluralidade, diversidade e respeito aos direitos humanos e ao Marco Civil da Internet, preservação da funcionalidade, da estabilidade, da segurança e da abertura e da democracia na Internet e respeito e alinhamento de qualquer ação a duração do mandato vigente da composição atual, resultado da última eleição e que esse mandato então, caso o decreto seja editado ainda este ano promova todo o processo de transição do atual modelo para o próximo modelo. Obrigada!

12

SETOR: Empresarial

NOME: Eduardo Parajo

ORGANIZAÇÃO: Conselheiro CGI.br

TEMPO: 02:57:38

Só para completar dentro dos três minutos o que eu coloquei com a nossa proposta, a proposta já está no site da consulta e aberta para todos verificarem, e também coloquei no twitter com o # (hashtag) do Fórum, mas assim até complementando um pouco o que o Sérgio Amadeu perguntou a respeito da proposta, na camada base é a participação da sociedade como um todo, quer dizer pode ser entidade ou até pessoas físicas, o importante é o seguinte que pensamos em todos que estavam envolvidos na discussão, é realmente não criar nenhum critério que pudesse inibir a participação de qualquer pessoa ou entidade dentro de qualquer setor, o objetivo principal deste documento, dessa proposta é deixar aberto e ai como eu estava explicando na questão do cronograma da

que a gente tá propondo também junto a proposta é que essa discussão já se inicie em janeiro até com sugestão do próprio Thiago que me ajudou em algumas questões, mas não só dentro do CGI que estará dentro do processo e criando um grupo de trabalho, mas imediatamente já chamar todos os setores interessados para uma reunião aberta, para que isso possa já começar a vir os subsídios de cada setor interessado, de como vai se dar esse processo, de como vai se dar esse processo como um todo, porque é muito complicado a gente achar e eu acho que o Percival colocou uma coisa muito importante, que a gente consiga achar que vai atender todas as demandas que a gente consiga imaginar que possa atender a todas as demandas, mas a gente tem que ir ao máximo para atender isso e deixar o espaço aberto para discussão. A ideia é transformar num modelo bottom-up, que a gente já defende em outros fóruns da Internet fora do Brasil, transformar o poder de decisão e as propostas saindo da sociedade, sendo discutido dentro desses conselhos setoriais, e esses conselhos setoriais subindo como demandas para que o próprio CGI.br possa estar complementando. Acho que dessa forma a gente vai inverter uma pauta que hoje dentro do comitê é bastante complicada, e às vezes sem estar atendendo anseios e necessidades que a sociedade traz e dessa maneira a gente vai conseguir ter uma participação maior da sociedade como um todo, seja ela empresariados, seja ela do setor público, seja do terceiro setor ou da comunidade científica tecnológica. Obrigado.

13

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Mark Datysgeld

ORGANIZAÇÃO: UNESP/ SP

TEMPO: 03:00:14

Eu além de reforçar o que já foi dito pelo professor Sérgio e pelo Eduardo Pajaro e expressar a minha concordância com essa aproximação, eu gostaria de debater o papel da comunidade científica e tecnológica dentro desse potencial acordo, porque atualmente se produz um volume cada vez mais expressivo de pesquisa dentro do Brasil relativo a esse setor, no entanto olhando a maneira como essas pesquisas interagem com o CGI e o seu Comitê e suas funções, parece que há um certo distanciamento entre a pesquisa que é produzida. Na verdade o NIC.br possui um setor de pesquisas excelente que gera dados quantitativos que são extremamente relevantes para a pesquisa que nós conduzimos, mas para além disso existem outras pesquisas sendo feitas nas áreas de Governança da Internet, de interoperabilidade, uma série de documentos extremamente interessantes que seriam muito interessantes de serem considerados pela comunidade como um todo, toda comunidade científica e tecnológica que poderia posteriormente por meio de sua representação e ai sim tornando o papel do representante acadêmico ainda mais valioso, podendo trazer essa pesquisa de uma maneira debaixo para cima que contribua e dê mais insumos para que os debates sejam informados pelo tipo de pesquisa que está sendo conduzida pela comunidade acadêmica e científica nesse momento, que é algo que passando pelas atas do cgi talvez não esteja tão bem expresso, existem claro, essas decisões são informadas, mas seria ainda mais valioso que as contribuições que nós fazemos pudesse ser de uma maneira mais sistemática debatidas e trazidas para os

Conselheiros para que o debate fosse mais informado de todos os lados e que nós soubéssemos que todas essas pesquisas tivessem um fim positivo e bom aproveitamento e que indo para frente haverá uma maior integração entre os setores. Esse é o meu comentário, muito obrigado.

14

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Thiago Tavares

ORGANIZAÇÃO: SaferNet Brasil / BA

TEMPO: 03:02:29

Eu gostaria, tendo em vista que esse é o momento de discutir composição, eleição e mandato no próximo bloco, depois do almoço, eu gostaria de recordar que os temas que estão colocados, são complexos e que não podem ser discutidos fora de um ambiente modelo multissetorial. Seria impensável abdicarmos de um foro colegiado com o CGI.br na sua composição multissetorial para um foro qualificado para fazer discussão dos temas que envolvem Internet atualmente. E eu queria apenas rapidamente, fazer um rápido parêntese para dizer o seguinte o professor Luiz Fernando fez um comentário sobre a OAB. A OAB participa do processo eleitoral do CGI, ela na eleição passada se candidatou, conseguiu eleger um suplente, nessa última eleição se inscreveu no colégio eleitoral e acabou não participando, não indicando um candidato, ou seja, a OAB tem um histórico sim de participação nos processos eleitorais. O fato dela ter sido eleita ou não ter sido eleita, é o fruto do próprio processo, mas ela participa e a OAB ela tem a função, o advogado exerce função essencial à justiça, mas cabe o Ministério Público ao contrário do que foi dito, cabe o Ministério Público de acordo com a Constituição Federal, a defesa dos direitos sociais individuais e disponíveis, a defesa da ordem público e a defesa do regime democrático e, assim como a OAB, vários segmentos do Ministério Público, incluindo a Associação Nacional do Ministério Público, e a CONAMP que é a nacional que reúne todos os Ministérios Públicos estaduais do país, participaram do processo eleitoral, indicaram candidatos e também estão representados atualmente no CGI.br. Em que pese eu entender e concordo com a proposta do Parajo que nessa reformulação daquilo que chamamos de setor governamental deveria ser chamado de setor público, porque nós entendemos que esses atores têm um papel cada vez mais relevante nos debates sobre tudo e em relação aos direitos humanos, relação, efetivação e proteção dos direitos humanos na Internet e deveriam estar representados no segmento do próprio setor público. De modo que, nessa intervenção, eu gostaria de destacar a necessidade de manutenção da composição multissetorial e acho que é fundamental que nós consideremos essa proposta de paridade entre os setores, cinco do setor público, cinco do setor empresarial, cinco da academia e da comunidade técnica, e cinco do terceiro setor. Obrigado.

15

SETOR: Empresarial

NOME: Mário Brandão

ORGANIZAÇÃO: ABCID / RJ

TEMPO: 03:05:35

Eu faço parte de uma Associação de Lan Houses e Cybercafes eu tenho uma lan house desde 2002 e em 2011 quando soubemos do processo de eleição, nós em 2012 começamos a participar, eu fui eleito suplente em 2013 e eu gostaria dentro de uns 30 segundos, só falar um pouquinho da minha experiência como suplente do CGI, acho que resumo em três segundos {silêncio}, pronto, isso é o que um suplente faz, nada, assim nada absoluto, não participa de reunião, não sabe do que está acontecendo, são 21 cadeiras principais e 21 suplentes. Os vinte e um suplentes são absolutamente figurativos. A gente participa de um processo eleitoral, a gente se legitima, a gente consegue os votos necessários para poder fazer a suplência e a gente não tem poder de veto, poxa maravilhoso, poder de voto muito bom, mas é ruim porque a gente não tem nem voz, a gente não consegue nem chegar em qualquer tipo de reunião e falar um "ai". Poder chegar e falar: "gente o CGI.br tem uma cartilha de instrução e orientação para Internet que fala cuidado com Lan House, é um espaço perigoso, não vai lá, não usa não". É absurdo que o próprio CGI.br no sentido de educar, deseduca e eu não consigo falar isso nem como suplente do próprio colégio do CGI.br. Eu acho que a estrutura está errada, eu acredito que no lugar do suplente sendo uma pessoa figurativa que eu era suplente do Parajo que é um tremendo de um caxias, em vez de eu ficar torcendo para o cara morrer e para eu poder fazer alguma coisa. A gente tinha que poder fazer alguma coisa, então esquece esse negócio de suplente, passa para gente de repente dentro dessa estrutura que ele mesmo está propondo e que eu acho ótimo e graças a Deus a coisa está caminhando nesse sentido, uma lá no principal e outras cinco embaixo em cada uma representando o setor, porque os setores também não se entendem. O cara que está aqui atrás do setor empresarial, provedor de acesso, lindo, mas ele não faz acesso, ninguém fala de telecentro. Gente, a gente existe lá na ponta quem coloca a mãozinha do mouse no pessoal e bota e ensina o pessoal usar, é a gente e os cursos. Esquecer do nosso papel dentro do processo, do que é Internet no Brasil é não conhecer a Internet, é não entender o que é que é Internet no Brasil e qualquer modelo de representatividade que ignore e tudo que já fomos 80% dos acessos e hoje a gente é cinco, beleza, a gente entrar por cota, mas mesmo que a gente seja minoria a gente é pobre, preto, favelado, ok, lindo! Lan House, ok. Mas a gente merece o direito de ser ouvido, nós merecemos o direito de ter nossas demandas ouvidas, e por favor, nos deem essa oportunidade se o momento é esse, que assim seja.

16

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Raquel Gatto

ORGANIZAÇÃO: Internet Society / SP

TEMPO: 03:08:41

Eu falo em nome da Internet Society e para quem não conhece nós somos o guarda-chuva administrativo do IETF que define a partir de um desenvolvimento aberto protocolos de Internet, mas também atuamos na defesa dos princípios fundamentais da Internet. E nossa experiência na governança da Internet só é efetiva quando os processos são inclusivos e transparentes e com isso insistimos na importância dessa construção de

mecanismos multissetoriais nacionais para gerar um impacto real nas decisões políticas públicas. O CGI.br é um desses mecanismos multissetoriais de governança da Internet, assim como um modelo de gestão de nomes de domínio que já vem consolidado há muitos anos e que serve de referência, uma das referências mais influentes no mundo. Além disso, o CGI.br vale lembrar, foi um dos organizadores da reunião NETmundial em 2014, que desde o princípio trouxe na sua construção e em toda formalização até uma declaração histórica, a consolidação e o reforço desse modelo multissetorial, inclusive com esse formato é de participação no microfone, então esse modelo tem um valor significativo e um valor significativo não só para a comunidade brasileira como para a comunidade internacional. E essa não a única razão, a comunidade brasileira ela se tornou muito influente nos espaços internacionais de governança da Internet. É uma dessas características, o resultado desse processo ele tem um impacto não só doméstico, como internacional, eu acho que vale a pena frisar isso. Esperamos, também, que o governo brasileiro fará todo esse processo de revisão adote todas as medidas possíveis para assegurar a participação de todos os atores e que a comunidade brasileira como um todo, encontre uma maneira de avançar e aproveitar está oportunidade para continuar e melhorar as características multissetoriais e colaborativas desse mecanismo de governança. E que se torne o tempo que for necessário, as instâncias que forem necessárias com as propostas que nós vimos de colocar o Decreto de maneira pública também em consulta pública, no texto final do resultado dessas audiências e dessas consultas, para assegurar a ampla participação. Porque somente trabalhando de maneira aberta com todos os atores locais será consistente com o prestígio e os antecedentes do Brasil nessa área. E por fim, porque o tempo está acabando, acreditamos fortemente que apenas com a participação de todos os atores será possível elaborar políticas que a sociedade necessita para manter a Internet como uma ferramenta para o desenvolvimento humano, social e econômico. E para enfrentar de maneira bem-sucedida os múltiplos desafios que surgem como consequência da evolução tecnológica e da crescente inovação, quaisquer evoluções desse processo devem contribuir... [microfone cortado].

17

SETOR: Governamental

NOME: Luiz Fernando M. Castro

ORGANIZAÇÃO: MCTIC / Conselheiro do Comitê Gestor do Brasil

TEMPO: 03:11:52

Voltando rapidamente, pois fui citado pelo Thiago Tavares, eu queria chamar atenção no seguinte, o Ministério Público tem um papel institucional relevantíssimo, mas ele já é quase um quarto poder instituído, então a participação deles está acima disso. Quanto a participação da OAB no processo eleitoral, até o que o Mário falou tem um pouco de sentido, esse processo eleitoral para ser objeto da próxima mesa no começo da tarde, ele precisa ser revisto para que ele traduza a representatividade, insisto na questão porque se a OAB quiser também aparelhar o processo eleitoral pode até eleger também, mas não é essa a lógica que a gente defende. Então, eu acho importante agora o que o Mario falou e o outro colega falou antes, sobre a ausência do órgão dos representantes do governo,

eu estou há um ano e três meses no CGI.br e eu acho que praticamente não há nenhuma ausência de membros do Governo nas reuniões. Pode ser que alguém fale menos porque nós não temos o mandato que outros têm, nós temos mandatários que estão há oito, há dez, há doze anos, então há alguns representantes de governo que chegam lá e ainda estão tomando um pouco a mecânica da dinâmica do CGI.br. Então, um pouco até, porque os espaços já estão ocupados e ocupados por pessoas loquazes, inteligentes que a gente tem no meio e que acabam sobressaindo um pouco no volume, mas eu acho que o volume de fala não é qualidade, então eu quero marcar posição do governo que está presente, que o governo participa e quanto a suplência, no governo ao contrário do que o Mário falou, nossos suplentes quando necessários eles participam, porque estão alinhados dentro de uma lógica. Como o processo eleitoral é de tal forma feito que o suplente dos demais setores são aqueles que foram vencidos no processo eleitoral, há uma evidente resistência dos titulares em abrirem os espaços para os seus suplentes, mas acho que isso deve ser objeto da discussão na próxima mesa. Obrigado.

18

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Veridiana Alimonti

ORGANIZAÇÃO: Coletivo Intervezes / SP

TEMPO: 03:14:16

Sobre isso eu gostaria de comentar novamente defendendo a paridade no novo pleno, o que parece, com algumas exceções, ser algo bastante presente na fala de diferentes setores. Tratar de duas questões, uma relacionada ao setor governamental e outra relacionada à proposta do Alex do SindiTelebrasil. Em relação ao setor governamental eu acho que seria interessante levar em consideração esse estudo que foi feito, que tem o período de mais ou menos um ano e meio de análise das reuniões e das atas, seria interessante que fosse encaminhado ao CGI, a gente até pede ao do terceiro setor aqui do intervezes e da coalizão que também seja encaminhado para nós, é importante que o CGI reflita sobre isso, considerando esse apelo por paridade, isso deveria ser considerado pelo setor governamental para que de fato fossem incluídas as cadeiras que estão nas principais discussões, a gente na nossa proposta já lista quais seriam, deixando uma cadeira sem definição. Com relação à proposta do SindiTelebrasil, eu gostaria de ressaltar que hoje já há uma diferenciação entre provedor de acesso, e aí a gente defende que houvesse uma cadeira específica para provedor de conteúdos e aplicações, que seria a quinta cadeira, uma cadeira específica de provedores de infraestrutura de telecomunicações, outra de indústria de bens de informática, bens de telecomunicações e software, e o setor empresarial usuário. Eu faço um convite ao Sinditelebrasil para que repense essa proposta, porque considerando que a internet tem na vida de todos, seja na academia, seja no terceiro setor, seja até no próprio setor governamental, se todos nós quiséssemos fazer um exercício de fracionamento de o que a internet significa em cada um dos setores, certamente nós teríamos muitas outras cadeiras para colocar em cada um, então nós estamos aqui num momento de tentar chegar a uma proposta comum em relação ao que deve ser o pleno e a composição, e faço um convite para tentarmos chegar num ponto comum de que cinco cadeiras, pelo menos do pleno, são

representativas, considerando as outras camadas que foram apresentadas aqui, reforçando que para o terceiro setor é absolutamente fundamental que haja uma camada intersetorial, mas sem dúvida, a internet está cada vez mais presente, se a gente for entrar num exercício de fracionamento, não haverá cadeiras suficientes, e o setor empresarial pretender ter oito cadeiras de vinte e uma, sem dúvida nenhuma está longe de ser algo democrático e paritário naquilo que a gente está conversando aqui agora. Por fim, nos meus quinze segundos finais, eu gostaria de defender a proposta de que a coordenação do CGI.br também seja eleita internamente, seja rotativa, e que o presidente do CGI.br, o coordenador também seja alterado ao longo do tempo. É isso, obrigada.

19

SETOR: Empresarial

NOME: Alexander Castro

ORGANIZAÇÃO: Sinditelebrasil / DF

TEMPO: 03:17:20

Luiz Carlos, uma questão de ordem aqui, só um esclarecimento antes de começar a contar o meu tempo, parece que ou houve uma confusão ou a gente não entendeu direito. Parece que o que a gente tinha entendido é que nesse eixo aqui seriam discutidos duas questões, a questão da composição e a questão das eleições, à tarde ficaria só o eixo de transparência e depois um eixo de outros temas, não será assim?

[Luiz Carlos / Mediador da mesa] O tema dessa mesa é a questão da composição multissetorial do CGI, eleição tem depois do almoço, né? Eleição é depois do almoço.

Setor Empresarial - [Alexander Castro / Sinditelebrasil / DF] Eleição vai vir junto com transparência? Porque o Carlinhos Cecconi tinha me explicado diferente, falando que ia junto competências, composição com coisa, mas se mudou...

[Resposta dada fora do microfone, não foi possível registrar]

Setor Empresarial - [Alexander Castro / Sinditelebrasil / DF] Obrigado pelo esclarecimento meu nome é Alexander Castro, eu represento o SindiTelebrasil e eu queria então concluir a minha proposta, a proposta do nosso setor, em relação à composição do CGI. Queria só mencionar que com relação à fala da Veridiana, eu queria mencionar o seguinte: se a gente quer realmente, um real equilíbrio, não um faz de conta, não uma coisa que parece, mas que não é de fato, se a gente quiser um real equilíbrio entre todos os agentes que atuam na cadeia de valor da internet, o modelo atual não está eficaz, porque os provedores de conteúdo, aplicação, equipamentos, bens e serviços, os diferentes tempos de provedores de infraestrutura, eles têm realidades bastante distintas, interesses bastantes distintos e na verdade o foco tem que ser baseado nos agentes. Eu tinha mencionado aqui de cinco grupos, já tinha falado do grupo com quatro membros do setor empresarial de infraestrutura e equipamentos, depois os provedores de aplicações e serviços com mais quatro membros, depois os usuários e cidadãos com mais quatro, falei da comunidade acadêmica e científica com mais quatro, aqui temos um ponto importante a ser mencionado que a atividade do setor do grupo acadêmico seria consultiva. A gente entende que deveria ser a atuação desse grupo, deveria ser semelhante as deliberações do Conselho da ICANN, onde hoje a ICANN possui quatro dos seus vinte membros sem direito a voto e esse grupo então, seria um grupo que atuaria no sentido de apoiar e trazer

suporte técnico aos demais grupos. No último grupo, o grupo governamental teriam cinco membros, a gente tá propondo dois membros para o MCTIC, um para STE e outro para SEPIN, um para o Ministério da Justiça, um para o Ministério das Relações Exteriores e outro para ANATEL. Cada um desses grupos com exceção do grupo da academia, teria o direito a um voto tá certo? Então, as discussões ocorrem dentro de cada grupo e esse grupo teria direito a um voto, e as decisões deveriam ser sempre por consenso ou por maioria absoluta. Basicamente como eu quero reiterar aqui que estamos abertos a discussões e volto a falar que efetivamente levem um real equilíbrio da cadeia de valor da Internet na atuação de todos os agentes. Gostaria de agradecer e colocar a disposição a SindiTelebrasil para futuras discussões.

20

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Thiago Novaes

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal Fluminense (UFF)

TEMPO: 03:21:05

Sou pesquisador vinculado a Universidade Federal Fluminense (UFF), fui pesquisador da TV Digital interativa em 2013 e é em pouco em cima desse conhecimento que eu gostaria de fazer um comentário, uma sugestão na ideia de inclusão. Eu teria um comentário de transparência, mas enfim, eu agradeço aí a distribuição dos temas, talvez a tarde eu posso contribuir com mais precisão a possibilidade de uso da tv digital interativa para inclusão. Se a gente tem um país com um acesso tão desigual à internet, me parece que o colégio eleitoral, via Internet, onde associações que estão na Internet tem refletido, vide esse fórum aqui a desigualdade desse acesso e um mecanismo de inclusão dessas populações onde não há Internet, talvez pudesse ser feito por meio de uma tecnologia que está para ser incluída aí, especialmente nas famílias mais pobres do Brasil, há doze milhões de receptores de tv digital sendo distribuídos gratuitamente para o Bolsa Família e que poderiam ser utilizados para divulgação de dados. A tv digital não é a mera melhoria da qualidade do sinal preto e branco para o colorido e agora para o super colorido, tal como querem fazer parecer as emissoras comerciais. A tv digital tem uma capacidade de fluxo de 13 megabits por segundo, que é mais que o dobro da média brasileira. Um fluxo de dados intenso dessa forma poderia sim abarcar no set top box da população brasileira menos favorecida, um conjunto de informações que hoje não está disponível, que está escondido em sites que se dizem transparentes na Internet. Então fica aqui uma sugestão a respeito do uso das tecnologias contemporâneas que estão atingindo a população brasileira que mais precisa ser incluída, para que ela também possa compor sua representatividade junto ao CGI.br, junto aos governos, junto às tomadas de decisão que são de interesse público.

21

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Tanara Lauschner

ORGANIZAÇÃO: União Brasileira de Mulheres / AM

TEMPO: 03:23:04

Eu sou Conselheira do CGI.br, do Terceiro Setor, sou professora na Universidade Federal do Amazonas, mas estou aqui falando pela União Brasileira de Mulheres, eu penso que a importância do multissetorialismo foi colocada por todos aqui, acho que ninguém discute isso, mas a importância do multissetorialismo passa pela paridade da composição dos membros do CGI.br, então eu quero corroborar com o que já foi dito aqui sobre o número de representantes, sendo cinco para cada setor e um para a diretoria do NIC.br, e eu queria que usando o que o Thiago falou aqui, vamos fazer um exercício de imaginação. Se nós replicássemos o que a gente tem aqui na reunião do CGI.br, nós deveríamos ter mais um microfone para o governo, porque daí teríamos mais ou menos o que nós temos a composição do CGI.br hoje e o que já foi colocado aqui pela Renata, o Governo poderia falar mais e não é só o Governo Federal, os governos municipais, estaduais, acho que seria importante que eles valorizassem mais esse espaço do FIB e que trouxesse não só suas propostas, mas que ouvissem também o que está sendo dito aqui e aí eu queria parabenizar principalmente o setor empresarial que está aqui trazendo sua proposta e colocando suas ideias. E falando do que a Miriam mesmo colocou aqui que o ministério está aqui para ouvir o que eu acho excelente, mas eu espero na verdade que não seja só ouvir, que seja levar em consideração que está sendo dito aqui. Então nesse sentido, eu acho que nós temos que ter a paridade, gostei muito da proposta colocada pelo Sérgio, que a gente tem que ter um rodízio nos coordenadores do CGI.br e ressaltar a proposta que foi colocada também de nós termos camadas, mas sem perder o caráter multissetorial, porque qualquer camada que o CGI.br venha a ter ou qualquer estrutura de governança venha a ter precisa ser respeitado o multissetorialismo, então eu não acho que a gente deva ter plenárias ou conselhos setoriais que indiquem decisões ao CGI.br. Em relação, eu acho que também que a gente não deve carimbar cadeiras e se eu tiver tempo depois eu explico.

22

SETOR: Empresarial

NOME: Thiago Ayub

ORGANIZAÇÃO: UPX TECHNOLOGIES/ SP

TEMPO: 03:26:05

Nós somos um sistema autônomo. A composição multissetorial do CGI.br é em nossa visão é inegociável, o presente e o futuro da Internet brasileira dependem dessa característica multissetorial. Estamos interessados nas propostas de reforma, sobretudo a proposta trazida aqui pela ABRANET, mas registramos que não encontramos efetividade nos assentos hoje ocupados pelo setor governamental e na quantidade que possuem. Nosso entendimento é que a comunidade científica e tecnológica lado a lado conosco do setor empresarial, cria a tecnologia que dá suporte a Internet e que o terceiro setor é principal berço das políticas do nosso ramo que protege, educa o usuário, e temos talvez, um terceiro setor no ramo digital, um dos melhores do mundo e agora o setor governamental, no nosso cotidiano eles recolhem impostos e como acabamos de saber são campeões em faltas nas atividades do Conselho, defendemos as propostas que coloquem o setor governamental em paridade com os demais setores, ressalto que o

setor empresarial não é composto por empresas de Telecomunicações, Internet não é telecomunicações. Obrigado.

23

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Kimberly Anastácio

ORGANIZAÇÃO: Universidade de Brasília (UnB) / DF

TEMPO: 03:27:15

Reforçando aos consensos que têm surgido ao redor das propostas tanto do Parajo em contrapartida também com a da sociedade civil, da questão de você ter em pé de igualdade dentro do CGI.br, o que implicaria numa redução da quantidade de cadeiras que hoje o governo representa. Vindo de um espaço de fala que valoriza bastante a interação entre países dentro do contexto de governança da Internet global, eu vejo como muito necessário realmente haver essa redução para a gente efetivamente ter os setores dentro desse ambiente da governança da Internet no Brasil em pé de igualdade. Você teria representantes do governo ocupando apenas cinco vagas. Importante também reforçar a ideia do coordenador, ele ser eleito pelos pares, ou seja, pelo próprio Conselho pleno e não de forma potencialmente autoritária vindo de uma decisão governamental também colocando em um espaço de poder novamente o setor de governo em contrapartida com os demais. Também acho excelente a ideia de você aumentar a participação para comunidades de internet como um todo, criando maiores espaços de interação. Nesse sentido, eu acho que caberia também, medidas para alcançar, medidas de outreach, para alcançar também essas potenciais pessoas interessadas que possuem o .br, ou seja, que são compradores de .br. E em nada normativo, mas apenas um esforço de também de angariar essas pessoas que efetivamente já conhecem em alguma medida que acontece o CGI.br para participarem dos espaços de debate.

24

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Flávia Lefèvre

ORGANIZAÇÃO: PROTESTE /SP

TEMPO: 03:28:44

Eu só queria aqui detalhar um pouco mais a proposta que foi feita aqui por várias entidade que compõem a Coalizão, especificamente com relação à composição. De acordo com a nossa proposta, a composição do CGI.br, portanto a estrutura de governança da Internet, a estrutura dura, decisória, passa e por isso li aqui os princípios, a questão de bottom-up de os assuntos e os temas serem tratados por um impulso que vem da base de participação ampla da sociedade e aí queria dizer para o Mário Brandão que, é isso que a gente quer criar uma base no máximo possível fixa e aberta, sempre fixa por entidades que estejam vinculadas e envolvidas pelos temas todos, então essa seria uma base da estrutura, acima da base grupos de coordenadores definidos por setor, dentro de cada um desses grupos um representante do NIC.br, para envolver o braço executivo do CGI.br com a discussão de políticas a chegarem no pleno, a chegarem no topo da estrutura de governança, uma terceira camada multissetorial para promover o fluxo de informação

entre o pleno que se manteria com vinte e um representantes, cinco por setor, paritário. Deixaríamos de ter o notório saber, mas passaríamos a ter o Presidente do Nic.br e um fluxo de informações, temas, debates constante mediado por essa segunda camada para garantir que questões como as quais você colocou passem a estar incorporadas na atividade do CGI.br e reiterar que a grande importância de que a coordenação do CGI.br, do pleno o que a gente entende que o CGI. seria o todo dessa estrutura, mas que a coordenação do pleno seja eleita *interna corporis* e não definida por uma decisão do governo. Obrigada.

25

SETOR: Empresarial

NOME: Eduardo Parajo

ORGANIZAÇÃO: Conselheiro CGI.br

TEMPO: 03:31:18

Só para aproveitar aqui, tem que completar de três em três né, mas eu vou ser breve aqui. Respondendo a uma questão e que o Sérgio colocou eu acho importante já consta no nosso documento, as pessoas, as entidades ou as pessoas serão membros associados de cada conselho setorial, isso é importante mesmo, é muito importante que exista vínculo de quem se apresenta para participar e fique realmente associado e participante daquele Conselho específico seja do terceiro setor, empresarial, comunidade científica tecnológica e tudo mais até para que exista mais critério de que justamente estar selecionando os participantes que estão dentro de cada conselho. Na proposta a gente não avança em detalhes disso, porque a gente entende, que por exemplo, o conselho do setor empresarial pode ter regras diferentes, por exemplo do que vai ter o do terceiro setor. E a nossa proposta é que a gente comece a discussão logo em janeiro para que a gente possa escutar cada setor individualmente, olhar as suas particularidades, para que a gente possa avançar. Por fim, além da ABRANET, eu queria agradecer a Internet Sul pelo apoio já na nossa proposta, pessoas que já se manifestaram aqui. A FECOMERCIO SP está apoiando a proposta, o Conselho Federal de Contabilidade está apoiando nossa proposta e o Conselho Federal das Associações Comerciais Empresariais e eu espero voltar aqui o dia inteiro e espero que a gente possa construir mais coisas e agregar mais, para que a gente possa ter um documento base que a gente possa encaminhar junto ao CGI.br para que a gente propicie e a ampliação da participação de todos. Obrigada.

26

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Élisson Diones

ORGANIZAÇÃO: Observatório da Juventude / BA

TEMPO: 03:33:16

Bom dia novamente, apenas para reforçar o que eu falei anteriormente da questão da paridade entre os setores e para responder a fala do representante do setor governo, em relação a quantidade de participação nas reuniões, foi apenas um dado a mais que eu trouxe não que quantidade signifique qualidade, apesar da diferença entre os setores é

enorme, quanto a participação, mas ok, quantidade não é qualidade, mas aqui está a prova da quantidade de faltas, não foi um achismo, simplesmente vinte e novas reuniões, estamos vendo aqui que o MCTIC só participou de dez, eu contei pessoalmente e passei semanas fazendo toda essa revisão nas atas, não é simplesmente achismo, está tudo provado o link foi divulgado para vocês, quem quiser ter acesso e recontar, pode ter acesso a isso.

27

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Renata Mielli

ORGANIZAÇÃO: Centro de Estudos da Mídia Alternativa / SP

TEMPO: 03:34:37

Eu queria lembrar que estamos fazendo um debate muito importante e dizer que ao longo do último período o CGI.br buscou construir mecanismos de ampliar a sua participação. Eu sou integrante da Câmara de Universalização e Inclusão Digital do CGI.br e que veja no último ano não conseguiu se reunir nenhuma vez, então o CGI.br construiu outras câmaras, acho que esse foi um movimento importante e nós temos que ao criar esses novos movimentos, essas câmaras setoriais, essa comunidade embaixo, esse setor multisetorial intermediário entre as câmaras setoriais e o CGI.br, dotados de estrutura, cronograma, para que eles efetivamente funcionem e que a gente não acabe construindo uma proposta que vai depois vai acabar acontecendo como aconteceu com as câmaras temáticas que eu acho que era uma experiência que poderia ter avançado muito. Queria dizer que nós da sociedade civil considerados que é importante indicar a paridade, mas sem carimbar para que segmento cada vaga vai ser destinada, nós consideramos fundamental o rodízio. A internet como foi dito várias vezes é de toda a sociedade, não existe apenas um ponto de vista no terceiro setor empresarial, não existe apenas um ponto de vista no terceiro setor, o setor governamental público como foi colocado aqui é muito amplo, então também é muito positivo a possibilidade de haver rodízios e se você carimba essa cadeira destinada para o setor de direito do consumidor, então você não tem outros segmentos que atuam na sociedade, por exemplo, usei apenas um exemplo para citar. E por fim, queria chamar a reflexão do SindiTelebrasil que trouxe aqui a proposta do setor acadêmico não ter direito de voto, acho que seria um equívoco acho que todos os segmentos organizados da sociedade e contemplados no modelo multisetorial devem ter sim direito a voz e voto no CGI.br, porque criar setores com pesos diferentes? Nós fazemos uma crítica grande ao fato de, por exemplo, no modelo da ICANN os governos não terem direito, a uma posição mais clara, os governos têm que ter posição, então acho que a gente precisa criar um modelo multisetorial que seja equilibrado, paritário e com direitos iguais para todos os segmentos na tomada de decisão.

28

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: José Luiz Ribeiro Filho

ORGANIZAÇÃO: Conselheiro do CGI.br / RJ

TEMPO: 03:37:45

Sou Conselheiro do CGI.br, um dos três representantes da Comunidade Científica e Tecnológica e trago aqui a posição da RNP em relação aos princípios de composição do CGI.br. Primeiro lugar representação multissetorial assegurada, paridade nos setores do pleno do CGI.br, pluralidade na representação de cada setor na linha do que a colega acabou de colocar e não podemos correr o risco de termos cinco representantes dentro de um mesmo setor falando sobre um único tema, então é importante que qualquer que seja de estabelecer essa pluralidade e ela deve existir dentro de cada setor, estrutura multicamada, como aquela apresentada pela proposta da ABRANET, nós estamos de acordo com essa proposta. Adicionalmente eu quero destacar, a necessidade do balanceamento dos temas da pauta do CGI.br, eu sugiro aos colegas que estão fazendo a pesquisas sobre as pautas que incluam um levantamento sobre os temas estabelecidos nas pautas que vão perceber que ao longo do tempo cada vez menos o tema tecnológico científico tem feito parte das discussões não que os outros temas não tenham importância, e tem enorme importância, mas gradualmente as questões tecnológicas, as questões de importância técnica tem sido delegadas ao NIC.br, não que o NIC.br não faça um bom trabalho, mas tem saído e deixado de participar da pauta e isso leva também uma questão como essas pautas são montadas. Eu já estou no meu terceiro mandato do CGI.br e ainda não tenho clareza. de como as pautas são montadas, e por último, uma consideração sobre a proposta do setor telecom em relação a participação do setor acadêmico reflete com clareza a importância e o tratamento que vem sido dado ao governo e por alguns setores empresariais sobre o valor da ciência, tecnologia para o desenvolvimento do nosso país.

29

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Larissa Carreira

ORGANIZAÇÃO: Produtora Colaborativa do Pará / PA

TEMPO: 03:39:56

Sou professora do curso de comunicação da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do núcleo de estudos amazônicos, a minha proposta é que haja tanto uma paridade de gênero na composição do CGI.br, quanto uma diversidade regional como é colocado nas próprias chamadas do evento, então eu entendo que o CGI.br considera isso importante, eu acho que todo mundo porque a discussão sobre a governança da Internet no Brasil, ela é de importância para todos os brasileiros, então todos os brasileiros, inclusive nós da Amazônia temos que estar presentes nessas discussões, nas propostas e nas discussões sobre governança da Internet no Brasil. Então a minha proposta é que além do modelo multissetorial em cada setor haja pelo menos um integrante de cada região do país, então no governamental, no terceiro setor, no acadêmico, em todos os setores que tenha pelo menos um integrante de cada região isso eu acho que vai ser mais justo, mais colaborativo e mais participativo.

30

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Marcos Dantas

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) RJ

TEMPO: 03:41:25

Sou membro do CGI.br, representando o setor de ciência e tecnologia e no meu campo de pesquisa eu estudo exatamente economia política da comunicação e da Internet e gostei muito quando falaram de cadeia de valor, produção de valor, porque a cadeia de valor desse sistema é como estudioso e pesquisador que eu falo, ela começa naquele cara que está teclando o smartphone, está ativando os algoritmos, jogando dados lá para dentro e produzindo a partir daí o valor que vai ser monetizado, é esse trabalho não pago de milhões e milhões de pessoas na sociedade e no país, que gera todo o valor da cadeia. Se eu fosse operar por uma lógica de cadeia de valor eu teria que reconhecer humildemente que o terceiro setor que é o grande setor que representa esta população deveria ter 99% dos assentos do CGI.br, só que essa cadeia também não funciona se você não tiver quem produz, quem desenha quem escreve, os algoritmos, quem desenha os equipamentos bonitinhos e quem envolve a emoção do consumidor, ou seja, o engenheiro, o psicólogo, o antropólogo, o sociólogo, quem produz o conhecimento que é exatamente o que faz aquele setor da universidade que gera esse conhecimento que vai ser empregado na produção da cadeia de valor e também faz parte disso quem articula a sociedade que é o Estado, mas a particularmente o governo eleito que gera as leis, que faz as mediações dos conflitos sociais e por fim, temos os operadores de todos esses sistemas que são as empresas privadas e que vão a partir daí organizar esse trabalho, gerar valor, produzir e eventualmente distribuir, talvez de uma maneira mais justa a riqueza, então não se justifica que um Comitê como esse seja absolutamente díspar numa cadeia de valor que é distribuída pelo conjunto da sociedade pela própria estrutura da internet, daí que se há algo perfeitamente legítimo e muito bem constituído no cgi é a sua multissetorialidade e o que está se reivindicando que essa multissetorialidade seja ainda mais paritária do que é até o momento e várias propostas que foram colocadas de uma representação igualitária dos diferentes setores, para expressar melhor o conjunto da cadeia de valor que a internet proporcionou hoje que é a sociedade, sobretudo o trabalho da sociedade produzindo este valor que entretanto a gente vê aí... [microfone cortado]

31

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Veridiana Alimonti

ORGANIZAÇÃO: Coletivo Intervezes / SP

TEMPO: 03:44:51

Primeiro eu gostaria de reforçar a importância da diversidade de gênero, regional e étnico-racial como uma diretriz para composição não só do pleno, mas dessa estrutura que a gente tá pensando, algo que seja considerado também nessa reestruturação. Também relaciona a isso eu gostaria de fazer um comentário que não foi, enfim discutido necessariamente na coalizão, mas que está presente nessa última proposta que o Parajo apresentou de que cada setor definiria os próprios critérios relacionados a eleição, seja para a camada setorial, seja para o pleno. Podem haver peculiaridades em cada setor especificamente, mas parece importante que nesse processo de transição se de fato essa

for a estrutura adotada, me parece importante que nesse processo de transição em que o próprio CGI.br atual, então reforçando a importância do respeito ao mandato atual e que está gestão do CGI.br detalhe todas esses pontos que a gente tá conversando aqui, porque um Decreto não entraria nesses detalhes, haja diretrizes e haja definições que devam ser cumpridas por todos os setores nessa avaliação de como se dá a escolha de todos os representantes etc. Que isso não seja definido por cada setor completamente, porque podem haver definições que na verdade levem a manutenção de determinados poderes a outros, que possam criar mecanismo de entrave a efetiva participação. Então, me parece importante que se as peculiaridades de cada setor devem ser consideradas nesses processos, deve por outro lado também haverem regras gerais a serem adotadas por todos os setores nesses processos, e, por fim, reforçar mais uma vez que não faz nenhum sentido que a academia comunidade técnica tenham apenas um papel de aconselhamento e não voto e isso vai inclusive, isso é contrário ao que o Marco Civil da Internet estabelece de que a Governança da internet deve ser multiparticipativa, inclusive isso está no artigo 24, então deve ser multiparticipativa, multissetorial e incluindo a academia, era isso. Obrigada.

32

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Maurília Gomes

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) AM

TEMPO: 03:47:18

Estou me inscrevendo aqui primeiro para reforçar a importância do multissetorialismo nesses organismos de discussão de governança da Internet, eu acho que o modelo brasileiro quem participa dos fóruns internacionais já vê isso acontecendo, o quanto tem sido elogiado esse modelo brasileiro de governança, então eu acho que realmente é inegociável o multissetorialismo e eu fico muito feliz, e eu acho que demonstra uma sensibilidade muito grande do setor empresarial quando o Parajo traz essa proposta para a gente discutir aqui e a gente percebe que todos os outros setores que já dialogam com essa demanda, com esse tema da governança da Internet se sentem contemplados. Eu acho que retirar o poder de voto e reduzir a participação da comunidade técnica seria um prejuízo monstruoso para esse modelo e aí eu quero aqui dar uma reforçada também no que se tem de infraestrutura dessa organização porque é graças a essa produção de dados que o NIC.br faz hoje, através do CETIC.br e dos outros órgãos que você tem que se consegue ter algum tipo de trabalho de dados, de informações técnicas para subsidiar muitas pesquisas técnicas que têm sido feitas na área acadêmica, eu enquanto pesquisadora tenho utilizado os dados do CETIC.br nos meus trabalhos e nas minhas pesquisas há muito tempo, então eu acho fundamental também manter essa infraestrutura. Eu acho que essa paridade tem sim que pensar na questão de gênero e na questão regional agora não sei se isso precisa ficar determinado que cada uma dessas camadas precisa ter um membro de cada região porque eu não sei se teríamos condição de ter essa presença efetiva em todas essas camadas, mas eu acho que precisa ser pensada como já vem sendo pensada em outras estruturas do próprio CGI.br e para finalizar dizer que eu acho que ter essa figura do filiado é fundamental, porque esse ano a

gente conseguiu, eu também faço parte do Terceiro Setor e esse ano a gente conseguiu que uma instituição de Manaus fizesse parte desse colégio eleitoral, eu acho que tem que ter esse retorno e eu acho que tem que ser uma mão dupla sabe, das demandas da comunidade vindo para o CGI.br e as do CGI que necessitem de uma consulta pública indo para essas pessoas que fazem parte não só do colegiado, mas de toda essa cadeia e essa comunidade que hoje discute governança da Internet no Brasil, é isso.

33

SETOR: Terceiro setor

NOME: Tanara Lauschner

ORGANIZAÇÃO: União Brasileira de Mulheres / AMJ

TEMPO: 03:50:05

Eu sou Tanara Lauschner, professora da Universidade Federal do Amazonas e falando pela União Brasileira de Mulheres. Eu queria na verdade ressaltar, primeiro a importância da academia no CGI e lembrar a importância da academia no início da Internet, no Brasil e que a academia nunca guardou a Internet só pra academia. Então, esse processo se iniciou na academia e a partir daí todos os outros setores passaram a fazer uso, a participar de toda a estrutura da Internet. E aí, também falar de cadeia de valor, claro que eu não vou dar a aula que o professor Marcos Dantas deu aqui, mas eu acho importante a gente não esquecer os usuários nessa cadeia de valor, os usuários tanto comerciais, quanto os não comerciais, os CNPJs e os CPFs todos envolvidos na cadeia de valor da Internet. Então, ressaltando aqui a aula que o professor Marcos Dantas deu e por fim, concluir o que eu não consegui antes, em relação a nós reservarmos cadeiras no CGI. E aí começa a gerar o problema que já foi colocado aqui também. Então por que, que a gente não define para cada setor uma cadeira para cada região? Então, por que, que a gente não define uma cadeira, por exemplo, para o movimento negro, uma cadeira para o movimento de mulheres, a gente começar a carimbar as cadeiras dessa forma. O problema é que a gente nunca vai conseguir cobrir todos os setores, sempre vai ter alguém que não vai se sentir representado, naquela nomenclatura que foi utilizada. Outra questão é que você acaba dizendo que existem áreas ou setores mais importantes do que outros. Não que os advogados não sejam importantes, mas porque que a computação também não é importante? Por que os engenheiros eletrônicos, ou os engenheiros de telecomunicações, ou os cientistas sociais, ou os jornalistas, enfim, se a gente vai começar a dizer que tem que ter uma cadeira para uma determinada área, eu estou dando graduações de importância para essas áreas. Por fim, a gente também não consegue prever, o quê, que vai ser importante para Internet, daqui a cinco anos por exemplo, eu não digo nem dez. Então, se a gente hoje diz a gente acha que estes setores ou que estas áreas são importantes para Internet, mas daqui a cinco anos podem não ser mais, ou pode surgir um outro e esse ter menos participação, enfim, então eu acho extremamente perigoso nós irmos por este caminho.

Eixo 3 – Eleições e Mandatos

Relatores do Eixo 3: Bruno Pinheiro e Aurélio Heckert

Revisado por: Monica Maia Ribeiro e Ricardo Matheus

Imagem e áudio da Segunda parte da audiência pública podem ser acessados em
<https://www.youtube.com/watch?v=yJki_r5TRvA>

1

SETOR: TS
NOME: Flávia Lefèvre
ORGANIZAÇÃO: PROTESTE
TEMPO: 00:07:08

A nossa proposta é que o processo eleitoral não se dê, é... que haja uma reformulação do processo eleitoral desde o momento de formação dos colégios eleitorais. A gente acha que, da forma como está hoje, a formação do colégio eleitoral de uma forma muito pontual e específica e perto da eleição, não propicia um envolvimento real das entidades que participam desse processo, depois com as atividades que o CGI desenvolve. Então, com base na nossa proposta anterior, que é a proposta da Proteste, que está na Coalizão Direitos na Rede também, que os colégios eleitorais sejam formados por aquela base, que a gente colocou de participação, relativa aos vários grupos setoriais, que a inscrição, como a inscrição para participação nesses grupos é aberta, que ao contrário do que acontece hoje, abre-se inscrição para entidades para concorrer pelo processo eleitoral e fecha rapidamente, isso ficaria aberto permanentemente e fecharia num período de dois a três meses antes da eleição e o colégio eleitoral estaria formado com envolvimento de entidades que de fato participam nas atividades e discussões relativas à governança da internet. E na proposta da Proteste, a gente levanta a possibilidade de se pensar, para justamente estimular a participação de entidades, que eventualmente, haja peso distinto para votos de entidades que estejam a mais tempo participando e contribuindo com o processo de governança da internet.

2

SETOR: Empresarial
NOME: Eduardo Parajo
ORGANIZAÇÃO: ABRANET
TEMPO: 00:09:20

Bom, aproveitando o tema e esclarecendo o que a gente imaginou dentro da proposta sobre a questão dos mandatos e eleições. Trazer hoje para a discussão aqui dentro da audiência pública um formato definitivo que valha para todos e atenda a todos realmente ficou muito complicado. Então, o que a gente está colocando na nossa proposta é que essa discussão vai ser feita com os interessados a partir do começo do ano, dentro desse grupo de trabalho formado pelo CGI e pela participação dos, das pessoas interessadas em cada setor. Por que a gente pensou dessa forma? Porque pode ser, como eu disse aqui no tema anterior, que algum setor queira fazer um processo eleitoral diferenciado em termos de qualificação, ou não, pesou de voto, ou não, e isso vai de cada setor para cada setor. Por isso que a gente imagina que essa discussão tem que ser aprofundada. Não daria nesse momento aqui para vir com uma regra ou uma etiqueta de cadeiras para determinado setor ou que isso se aplicasse a todos. Eu estou encerrando e queria

aproveitar, porque, realmente houve bastante manifestação aqui das pessoas no sentido do apoio à proposta. E agora eu tenho mais dois apoios substanciais, também, a Abrint e a Rede Telesul também estão apoiando a proposta que Abranet fez. Eu acho que isso vai consolidando os apoios que a gente está buscando dentro da Consulta Pública de hoje. Obrigado.

3

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Sérgio Amadeu

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do ABC (UFABC)

TEMPO: 00:11:05

O que eu vou defender aqui é uma continuidade da proposta que trouxe anterior, que se casa, ou se complementa com a proposta que o Parajo apresentou. Eu acredito que o CGI precisa ter uma camada de base respeitando a multissetorialidade, e essa camada de base ela tem que associar, ou filiar, entidades e pessoas, dependendo, por exemplo, na comunidade científica e tecnológica, tem sentido você inscrever pessoas que queiram permanecer acompanhando os debates, as discussões, os temas relativos à governança da internet. Então, eu acho que a base do processo eleitoral, das instâncias, é... a camada intermediária que o Parajo defendeu, e a própria camada dos conselheiros, eu acho que a base dessa eleição é exatamente esse conjunto de filiados em cada um dos quatro setores. Essa tem que ser a base. E eu acho que, se for isso, você cria uma interação e um vínculo permanente entre essas entidades, associações e pessoas interessadas, e o processo de governança das suas camadas superiores. Então, o que eu acho fundamental é que a gente construa essas associações, essas filiações e isso seja a base das eleições a cada três anos. E sobre as eleições, eu concordo com vários que já disseram, na seção passada, apesar de o tema ser referente a essa, eu acho que a gente tem que permitir uma única reeleição no conselho, para poder fazer esse fluxo que é muito importante para a manutenção desse, melhor, o fortalecimento do nosso processo multistakeholder. Então, eu acredito que essa base, ela pode ser feito, ela pode eleger a cada três anos, mas nós devemos garantir que a entidade que já esteja associada, filiada, ela possa participar da eleição desde que ela esteja há um ano associada. E não ser esse processo absurdo, demorado, e você monta um colégio eleitoral, e quando você vai consolidar o colégio eleitoral a direção já mudou, porque é um tempo absurdo, que não corrobora com a participação, com a interação, nem com a democratização do processo.

4

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Luã Fergus

ORGANIZAÇÃO: Observatório da Juventude - CTS/FGV

TEMPO: 00:14:13

Eu vou apresentar os resultados das discussões que a gente teve com os participantes do programa Youth Fórum BR. É, quanto aos mandatos, a gente pensa que as conselheiras e conselheiros poderão ser reeleitos apenas para um único período subsequente. E quanto às eleições, a gente tem um ponto em relação ao processo eleitoral. A gente quer

divulgação pública e acessível das declarações assinadas pelos representantes legais das entidades participantes no processo eleitoral, que informam os motivos pelos quais as entidades têm interesse em participar do CGI.br. A gente quer que essas justificativas sejam públicas. A gente também na criação e fomento de mecanismos de participação popular, como portais, enquetes e consultas públicas, com o objetivo de estimular e possibilitar a maior participação dos cidadãos nas atividades do CGI.br. A gente entrou em contato, alguns membros do nosso grupo entrou em contato com o LabHack da Câmara dos Deputados, eles se mostraram super dispostos a ajudar. E a gente também deseja a formação de um fórum permanente de discussão formado pelas entidades participantes do processo eleitoral com o intuito de acompanhar o engajamento das entidades nos debates do Comitê Gestor da Internet, visto que são centenas de entidades que participam do processo eleitoral, mas elas não participam nos períodos fora das eleições. Acho que é isso, só.

5

SETOR: Empresarial

NOME: Alexander Castro

ORGANIZAÇÃO: Sinditelebrasil

TEMPO: 00:15:45

Dentro da proposta que a gente apresentou hoje pela manhã, em relação não só sobre competências, mas também sobre a composição do CGI, a gente entende que as regras para estabelecer as entidades que vão poder participar do Colégio Eleitoral, em função de como cada cadeira passa a ser ocupada agora dentro de cada agente que participa da cadeia de valor da internet, devem ser bem discutidas, e a gente não tem uma proposta fechada para apresentar, temos apenas nosso apoio ao sistema da manutenção do Colégio Eleitoral, que as regras esteja bastante claras e transparentes, que sejam aplicáveis a cada um dos segmentos. E a gente entende também, e defende, a manutenção dos mandatos de três anos, porém só permitindo também uma reeleição. Por fim, a gente comenta que, nessa revisão nos critérios de cadastro das entidades no Colégio Eleitoral, a gente entende que, propõe inclusive, que no Colégio Eleitoral sejam aceitas apenas entidades que tenham, no mínimo, 3 anos de atividade prévias à eleição, e que tenham suas atividades restritas apenas aos níveis municipais e estaduais, conforme mencionou a Febratel hoje pela manhã, com exceção para as universidades e a comunidade acadêmica, técnica e científica.

6

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Maurilia Gomes

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

TEMPO: 00:17:30

Eu queria, na verdade, que o professor Sérgio Amadeu explicasse um pouquinho melhor a proposta, porque eu não compreendi direito. Mas antes disso eu queria dizer que me preocupa a gente criar pesos diferentes para entidades dentro de uma eleição. Eu não sei se essa é a solução pra gente resolver a questão das eleições. E mais do que isso se a

gente quer um processo que amplia a participação da comunidade, a gente criar elites dentro dos próprios setores, a gente vai começar a diminuir a participação. E aí a minha pergunta pro professor Sérgio Amadeu, é que não entendi ao certo se essa eleição direta é para a camada intermediária ou se ela é para os conselheiros que vão compor as 21 cadeiras. Eu gostaria de uma explicação melhor na próxima fala.

7

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Renata Mielli

ORGANIZAÇÃO: Barão de Itararé

TEMPO: 00:18:36

Um dos motivos pelos quais a sociedade civil apoia a ideia da criação de camadas, é porque a nossa compreensão é de que nessa camada básica das comunidades, você pode criar mecanismos efetivos de envolvimento das entidades que até então se inscreviam apenas para votar nos conselheiros. E agora você pode criar um movimento mais dinâmico para que essas entidades que muitas vezes, no caso do Terceiro Setor, não acompanham o cotidiano dos temas da internet, mas passem a acompanhar com uma articulação de uma camada superior, que é essa câmara setorial, que faria a coordenação dessa comunidade. O CGI poderia pensar futuramente na construção de cursos voltados à formação dessas entidades, para que elas passem a se apropriar mais dos temas em discussão na sociedade sobre governança da internet, as questões da internet como um todo. Então acho que nós apoiamos e essa comunidade básica é, no nosso entendimento, o Colégio Eleitoral que vai posteriormente eleger, a cada três anos, os conselheiros do CGI. Então nós não teríamos mais aquele processo de constituição de um colégio eleitoral para apenas eleger aquele conselho. Essa comunidade de base, dinâmica, permanente, e que sempre pode ser alimentada com novas organizações, que possam compreender a importância da internet, seria o espaço onde os conselheiros seriam eleitos, e os representantes dessa camada setorial intermediária seriam indicados rotativamente. Acho que é fundamental dizer que nós também defendemos que cada entidade que componha essa comunidade possa votar no número de representantes de cada setor. Ou seja, se são cinco vagas para o terceiro setor, cada entidade pode voltar a votar em cinco candidatos, porque no nosso entendimento, a restrição de uma entidade e um voto restringe o diálogo e a participação e a possibilidade de você poder votar em candidatos que apresentem plataformas complementares, envolvendo no debate que não é apenas corporativo, então vou votar no candidato que representa o meu segmento especificamente. E também concordamos com a ideia de que seja um mandato possível de ser reeleito a cada uma única eleição para que a gente possa ter essa rotatividade que nosso ponto de vista é fundamental.

8

SETOR: Empresarial

NOME: Mário Brandão

ORGANIZAÇÃO: ABRACID

TEMPO: 00:21:02

Eu vou reiterar algo que já foi dito aqui umas três ou quatro vezes, mas de uma forma um pouco diferente porque o que eu entendo é que o CGI se propõe a ser uma entidade democrática e por democracia não basta apenas dizer que há voto. Eu entendo que um dos princípios democráticos, que deveria estar dentro dos fundamentos do CGI, é a alternância de poder. Um dos princípios da democracia, da democracia forte, da democracia que efetivamente é representativa, envolve a alternância de poder como um princípio básico. Então eu acho que uma única eleição, uma única reeleição e várias outras coisas que foram posicionadas se englobam dentro deste processo. Eu acredito que você entender a alternância de poder como algo saudável que efetivamente revigora, que efetivamente traz oxigênio para a entidade permite a pluralidade de visões, é algo extremamente bem-vindo para que a gente possa efetivamente dizer que o CGI é uma entidade democrática. E com relação a outra questão da formação do que seria o segundo nível, que alteraria o pleno, pelo que eu entendi até agora, a única coisa que eu acho que realmente poderia existir é menos bagunça na formação do colégio, porque há uma trans... como posso dizer... associações que não necessariamente representam aquele setor ou aquele segmento fazendo representatividade onde a gente efetivamente não consegue compreender, dentro daquele setor. Então acho que a gente deveria ter um pouco mais de esmero. Pra gente entender que na verdade a gente tá tentando montar um mini senado aqui no CGI. Para que as pessoas ali daquele segundo nível representem o que é a pluralidade e o ecossistema da internet brasileira. E se esse ecossistema não estiver representando de uma maneira mais vertical o CGI vai continuar não representando o que é a internet no Brasil e sim, infelizmente, quem está mandando e quer continuar mandando na internet.

9

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Thiago Novaes

ORGANIZAÇÃO: ABRADIG

TEMPO: 00:23:48

Também queria fazer coro à solicitação para que o professor Sérgio Amadeu detalhasse um pouco mais a proposta de eleição individual e queria somar aqui então nessa reflexão da possibilidade dessa eleição, um pouco do papel que a internet tem historicamente da contribuição de pessoas, que vem dando por exemplo, à circulação de dados, de audiovisual na internet. Quem fez o software que responde hoje por quase um terço da circulação de audiovisual na internet não foi uma empresa, não foi uma corporação, foi um hacker de nome Bram Cohen, que tem duas filhinhas, mora nos EUA, e deu uma contribuição sem precedentes, para que hoje a gente tivesse acesso a um conteúdo audiovisual que muitas vezes teria dificuldade de circular não fosse a iniciativa desta única pessoa.

Então nesse sentido me parece que a internet traz como linguagem a possibilidade da contribuição potencial, individual das pessoas. E também a questão da representatividade, com a internet, o papel do intermediário foi questionado, vem sendo questionado, a noção de democracia direta, ela surge com muita força, mas de alguma maneira os mecanismos de representação inclusive desse modelo tão bem-sucedido que

é o CGI, com exemplo no mundo, às vezes parece, né, reproduzir, ainda, uma ideia de democracia representativa com corporações etc. Então, solicito que o professor pudesse desenvolver um pouco mais a ideia da candidatura individual, alertando pra esse aspecto pontual da internet como apropriação de linguagem, que pode ser feita, as pessoas indivíduos, podem sim, e têm prestado uma grande contribuição à internet. E nesse sentido o fortalecimento da internet e da representatividade da comunidade técnica, de hackers, enfim de pessoas que não necessariamente coadunam com esse modelo político representativo mas que também precisam estar representados, os seus interesses, numa gestão coletiva e democrática da internet.

10

SETOR: Governamental

NOME: Luiz Fernando Castro

ORGANIZAÇÃO: MCTIC

TEMPO: 00:26:02

Sobre a questão da representatividade que vem sendo discutida aqui, posso dizer que o governo vê com muitos bons olhos. Durante muito tempo havia uma percepção, até mesmo do governo, como não da sociedade, da importância do CGI. Hoje a preocupação do governo é que o CGI seja representativo e mais do que isso, posso até falar em nome do ministro da Ciência e Tecnologia, ele fala assim, que não seja um organismo representativo de um único segmento, ou num dizer vulgar assim, ocupado por facções. Então eu vejo com muitos bons olhos a proposta da Renata, quando ela fala que a gente tem que ter na base do Colégio Eleitoral, uma representatividade. E um dos pontos que chama atenção no processo eleitoral hoje é que determinados segmentos hipertrofiaram ou estão hipertrofiados no colégio eleitoral. Então eu acho que tinha que ter também uma barreira de percentual de contribuição de um determinado setor para aquele colégio eleitoral. Por exemplo, eu falei da OAB de manhã, a OAB tem mais de cinco mil sessões. Imagine que a OAB pudesse qualificar 5 mil subseções para votar. Ela dominaria um segmento de uma maneira, a meu ver, ilegítima. Então eu vejo com bons olhos um teto para que um único segmento não seja capaz de arregimentar todo o colégio eleitoral, e muitas vezes com procurações ou com representações, desculpa o português, com voto de cabresto. Então eu acho que temos que ampliar este diálogo. Obrigado.

11

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Veridiana Alimonti

ORGANIZAÇÃO: Intervozes

TEMPO: 00:27:08

Essa preocupação que foi colocada nessa fala, realmente é uma preocupação que a gente discute também no terceiro setor, de garantir a representatividade, a diversidade em cada colégio eleitoral. Nesse modelo de um período, na verdade de dinâmica mais contínua de afiliação, associação das entidades ao colégio eleitoral, essa já é uma medida que possa talvez mitigar um pouco isso, no sentido de que haverá uma participação mais contínua, até porque se nós estamos discutindo essas questões da

camadas, é muito importante que, no processo de discussão, de como operacionalizar isso, se de fato esse for o modelo desenvolvido ao final, que se pense o fluxo de discussões e decisões a partir de todas essas camadas, para que ela não seja apenas uma estrutura desenhada num decreto ou num regimento que não tem representação real, que não tem funcionamento real. Então essa é uma questão a ser pensada. Dentro da coalizão nós chegamos, e mesmo depois dentro do Intervozes, a gente discute se, por exemplo, deveria haver, também tendo essa preocupação colocada pelo Luiz na fala dele, se deveria haver, por exemplo, pesos diferentes com relação à área geográfica de atuação da entidade. Mas não no sentido da proposta do SindiTeleBrasil, que pelo que eu entendi, só poderiam votar ou fazer parte da base entidades nacionais. Nesse sentido nós não concordamos. Também não concordamos com a alteração que está sendo proposta pelo SindiTeleBrasil, porque atualmente pelo decreto, as entidades que fazem parte do Colégio Eleitoral, do terceiro setor pelo menos, elas precisam ter dois anos de existência e pelo que eu entendi o SindiTeleBrasil quer aumentar para três. Acho que isso é desnecessário, dois anos de existência já é bastante suficiente, não é necessário aumentar esse período. E é importante que se comprove a atuação da entidade, mas ela não precisa ser uma entidade totalmente relacionada com a internet, até porque a internet está cada vez mais imiscuída no nosso dia a dia em diferentes áreas, então, enfim, é importante que tenham uma relação na discussão, mas não seja uma entidade unicamente destinada a isso. E por fim, é fundamental que a eleição do pleno do CGI seja direta pela base. Isso é algo muito importante pro terceiro setor, para Coalização Direitos na Rede, independentemente de peculiaridades que possam ser discutidas em cada processo eleitoral do terceiro setor. Algumas regras gerais e princípios devem ser estabelecidos. E entre eles que tanto os conselhos setoriais escolhidos pela base, quanto o próprio pleno do CGI é escolhido por eleição direta desde a base. É isso, obrigada.

12

SETOR: Empresarial

NOME: Eduardo Parajo

ORGANIZAÇÃO: Abranet

TEMPO: 00:29:38

Eu só queria reforçar que eu não sou contra de forma nenhuma a uma reeleição só. Sou favorável. Mas essa discussão que estamos tendo aqui hoje, ela vem bem a calhar. Porque vou dar um exemplo simples. Hoje eu sou um conselheiro, amanhã eu não sou um conselheiro. Eu perdi completamente o elo com o Comitê. Não consigo mais participar do processo. Até consigo, através da entidade, ou da pessoa que entrou lá. Mas a discussão que a gente vê, por exemplo, acontecendo hoje aqui, a gente acaba perdendo, a gente fica mais distante, e acaba simplesmente nos reunindo no modelo de uma eleição, na hora da eleição para compor o Colégio Eleitoral. Então, só esclarecendo alguns pontos a mais da proposta, não está escrito, mas por isso que nós deixamos pra discutir, e volto a insistir que cada setor pode ter um modelo diferente, exemplo: um setor pode escolher eleger tanto o conselho setorial quanto o pleno direto a partir da base. Mas outro setor pode achar que é melhor o modelo de representatividade. Isso não vai ter conflito nenhum. Então, por exemplo, vamos dizer que o setor empresarial entenda que é

melhor se reunir em entidades e essas entidades elegem um conselho e o conselho elege as cadeiras que estão em cima no pleno do CGI. Então tudo isso é em aberto e cada setor vai ver. Eu não sei, por exemplo, como vai ser a academia. Todas as universidades votam? Um exemplo. Não sei. Acho que a gente tem que avançar na discussão e entender melhor, porque assim, vai existir diferenças na forma do estatuto de cada conselho setorial. E essa forma, por exemplo, ela vai ser dada, muito mais pela comunidade, os inputs para ver como isso vai se concretizar. Já falei por exemplo, pode ser de forma indireta para a academia, pode ser de forma direta pela base no caso do terceiro setor, e acho que dessa forma a gente vai conseguir construir, durante o próximo ano, um modelo que se adeque a cada setor. Eu acho que isso é importante. A gente está falando dum outro setor, que, por exemplo, é o setor público. Com certeza existem muitos outros entes do setor público que querem estar participando dessa discussão. Os estados, os municípios, como já foi colocado hoje aqui, o Ministério Público Federal, e aí por diante. Polícia. Pode ser que todos esses entes queiram entrar no setor público. Então vai ter uma dinâmica diferente que a gente vai ter que olhar pra cada um. E o grupo de trabalho que a gente tá propondo, que aí é coordenado pelo CG, é que ele organize e dê parâmetros mínimos. Não interfira, mas ajude a construção colaborativa.

13

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Sérgio Amadeu

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do ABC (UFABC)

TEMPO: 00:32:24

Queria responder a questão que Marília levantou. Assim como a Veridiana do terceiro setor acaba de se pronunciar. Eu acredito que a gente deva fazer a eleição do conselho a partir da eleição direta, isso que a gente chamou de primeira camada ou das entidades e associações filiadas. Eu acho que, até para corroborar com o Parajo, se nós temos entidades filiadas ao processo de governança você tem outra dinâmica, você não montou um mero colégio eleitoral, você montou um processo permanente de diálogo. Então é um pouco diferente. Tanto a coordenação ou o conselho, que eu considero essa camada intermediária, quando essa eleição é feita diretamente pela base, como foi falado aqui. Não sei se respondi a Marília mas a proposta é essa. E sobre o Thiago, ele traz uma questão fundamental. Nós sabemos que os órgãos técnicos da internet são operados por pesquisadores, por hackers, por técnicos, pessoas físicas, que participam com o seu esforço, com toda a sua capacidade. Nós temos que abrir espaço nestes setores para a associação e filiação direta. Isso é fundamental. Nós inclusive sabemos, como se produz uma RFC, não é por entidades, é organizada por técnicos, por pesquisadores. E insisto, se você pegar as redes peer to peer-to-peer, os protocolos bittorrent, quem é que construiu isso? Essas pessoas estão aí e elas deveriam participar de um processo de discussão sobre os rumos da governança. Então nesse sentido eu acho que a gente tem sim que filiar também pesquisadores, makers, hackers, técnicos diretamente no nosso processo. Nós estaremos dando um salto importante criando esta camada de base da internet. Então acho que a proposta do Thiago é excelente.

14

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Tanara Lauschner

ORGANIZAÇÃO: União Brasileira de Mulheres / AM

TEMPO: 00:35:00

Eu acho que uma coisa que está clara aqui é que a gente não consegue em um mês em que houve a consulta pública do ministério, depois mais dois meses com a consulta pública do CGI, aprimorar e trazer uma proposta em detalhes. A gente precisa de mais tempo e neste sentido eu acho muito interessante que a gente coloque as frases que o Parajo e outras pessoas já falaram aqui, para que a gente faça esses detalhamentos. Mas é importante que a gente defina conceitos, ou princípios, que vão nortear o trabalho durante esse próximo ano. Então nesse sentido, eu acho que o que já foi colocado aqui sobre camadas, funcionamento do CGI.br em camadas, eu apoio esta ideia, para que a gente possa ter mais representatividade e mais diversidade. O que foi colocado aqui pelo governo deve ser levado em consideração. Acho que a gente não pode ter o sequestro de determinado setor que sequestre a representatividade do CGI.br. Também apoio a questão de se ter eleições diretas, acho que esse conceito também tem que ficar bem claro. E em relação a alternância de poder também. Não só a alternância de poder no board, mas se a gente tá falando em camadas, estamos falando de alternância de poder em todas as camadas, como o direito a uma reeleição. Menos a base. A ideia é que todos participem na base por todo o período. Outra questão é que temos que construir uma estrutura, mas temos que tomar muito cuidado, para essa estrutura não desidrate o board, para que as decisões que são levadas, ou que são pautadas no board não fiquem em segundo plano, ou bloqueadas por algo que já foi decidido mais em baixo, ou que já foi pautado em vários setores e que já sejam levadas como decisão no board. Isso é algo que temos que tomar com cuidado. Em relação ao colégio eleitoral, é complicado dar pesos para instituições ou entidades e... [Microfone cortado pelo fim dos 3 minutos de exposição]

15

SETOR: Empresarial

NOME: Henrique Faulhaber

ORGANIZAÇÃO: Representante do Setor TI

TEMPO: 00:38:07

Vou tentar falar aqui em nome das entidades que compõem o colégio, embora elas não tenham se manifestado ainda na plataforma. Como estou em contato com eles, estou tentando capturar o que há de consenso, vou falar no sentido da minha representação em relação ao meu setor, representado pela FENAINFO, que é a federação de sindicatos de TI, a Brasscom a Assespro e a ABES. Eu vou falar o que consegui capturar do que será a manifestação formal das entidades até o final do período. A proposta da Abranet e outras entidades está sendo considerado boa, porque ela resolve algumas questões importantes e difíceis que a gente tem em relação ao aperfeiçoamento do CGI.br. Primeiro em relação à representação dos diversos atores relevantes, se a gente quiser fechar aqui agora quais são, do setor privado, se é conteúdo, se é aplicação, se é infraestrutura, se é provedor, se

é TI, é muito difícil. A questão do conselho setorial, é importante para que as bases determinem quais são os representantes que devem subir para a primeira camada que hoje seria CGI.br e vai passar a ser a camada que vai ser eleita pelos setores empresariais. Esta ideia é bem recebida pelas entidades das quais eu participo. Agora existem alguns cuidados. É natural que a gente não consiga descer aos detalhes agora porque a gente está num terreno em que tem muitas variáveis, mas tem, pelo menos, duas ou três observações que eu gostaria de fazer, que são preocupações da nossa sociedade em relação a esse modelo. O primeiro que já foi citado várias vezes, por várias pessoas, que uma preocupação que também é nossa, é questão do respeito à pluralidade em cada conselho setorial. Então a gente tem que garantir que, por exemplo no setor empresarial, a gente não tenha um desequilíbrio que determinada categoria tenha representação maior do que o conjunto de atores ali representados. A gente acha que no setor empresarial isto é bem defendido, no sentido de fazer com que associação sejam privilegiadas e não as empresas, porque as associações já tem um mecanismo pelo qual as empresas falam. Não que as empresas não possam se filiar, as empresas até devem se filiar ao conselho setorial, mas a questão é que a gente tem que dar um peso, no caso do empresarial, maior às associações do que as empresas. Eu acho que isso aí garante uma...

[Microfone cortado por fim dos 3 minutos de exposição]

16

Setor: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Fabrício Solagna

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

TEMPO: 00:41:08

Nos dados analisados das últimas duas eleições, pelo menos, ficou claro que há uma grande quantidade, mais de uma centena de entidades que não conseguem validar o cadastro, para participação no colégio eleitoral. Esta dificuldade se dá pelo grande número de documentos para validação, o que não necessariamente reflete que há uma melhora da qualidade do colégio. Isso se mostra como uma barreira de entrada, principalmente para novas entidades que decidem tomar parte do processo eleitoral. Portanto eu creio, diferentemente de que nós tenhamos que aumentar os critérios para que as entidades façam parte do colégio, que a gente, na verdade, tem que diminuir e escolher meios mais eficientes de validar se a entidade é uma entidade que possa fazer parte desse colégio eleitoral. Ao mesmo tempo, outra dificuldade apontada pelos próprios participantes, é que o processo eleitoral é muito longo, de quase um ano, de 11 meses, de 12 meses e que portanto revela que mesmo entidades validadas muitas vezes não convertem votos no colégio eleitoral. Na última eleição, por exemplo, foram mais de duas dezenas de entidades que não converteram votos. Portanto, além de critérios mais bem definidos e mais eficientes, acredito que é fundamental a gente reduzir o tempo de eleição, independente e eu concordo com muitas posições de se fazer camadas, mas independente de camadas, a diminuição do tempo para eleição e uma facilitação para que as entidades possam fazer parte dos colégios eleitorais.

17

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Flávia Lefèvre

ORGANIZAÇÃO: PROTESTE

TEMPO: 00:43:20

Com relação à formação dos colégios eleitorais, eu queria reafirmar aqui que a proteste é contra uma limitação de inscrição de entidades ou participação, porque aí a gente não fala mais em inscrição, a gente falava em entidades que participam da base, de caráter nacional, estadual, municipal, até por uma dificuldade legal, porque a gente não tem uma legislação nesse sentido, de definir exatamente quem são essas entidades e qual a área de atuação delas. A gente também acha que não deve haver uma restrição para que a entidade tenha uma atividade relacionada diretamente a questões de internet. Se a gente quer legitimar e ampliar a participação, deve estar aberto. E propomos ainda a ampliação dos critérios para admitir entidades relacionadas ao setor acadêmico, de modo a viabilizar, por exemplo, a participação de universidades, entidades de acadêmicos, de think tanks, entre outros. Reafirmamos aqui a questão do limite para reeleição e queria dizer o seguinte em relação ao voto, de ser direto ou não, ou de haver uma regra geral ou não para a eleição do pleno: Nós entendemos que podem existir regras específicas de cada grupo para indicar os seus representantes nos grupos setoriais, mas para a eleição direta do pleno a gente entende que é necessária a manutenção de uma regra geral, para que todos os grupos se submetam a essa mesma regra para colocar representantes no pleno. Obrigada.

18

SETOR: Empresarial

NOME: Henrique Faulhaber

ORGANIZAÇÃO: Representante do Setor TI

TEMPO: 00:45:20

[Continuando fala anterior]

Eu vou retomar aqui de onde eu parei. Tudo o que eu falei antes sobre o papel pelo qual eu estou representando aqui os setores continua valendo. Pegando a fala da Flávia, continuando, a gente acredita que é necessário regras gerais, sim, porque para garantir a pluralidade, garantir a questão de que é consenso do meu grupo também, da necessidade de renovação, de que tenha no máximo uma reeleição e algumas outras questões, as regras gerais para ir para a primeira camada, que seria hoje o CGI.br que viria dos comitês setoriais, é necessário uma regra geral, essa regra geral deverá garantir, na nossa opinião, essa questão da pluralidade, ou seja, que um determinado grupo não tenha o controle da câmara setorial e também, como eu falei, a questão da duração dos mandatos. Agora voltando um pouco atrás, em relação aos méritos da proposta da Abranet, eu acho que é importante frisar que esse mandato está valendo. Então é uma função muito nobre a que foi delegada para os atuais conselheiros, a de conduzir, ou ajudar a conduzir, esse processo no próximo ano. Porque esse prazo que foi colocado para nós de fechar até dezembro vamos tentar fechar até 3 de dezembro um posicionamento do CGI.br. Vai ser extremamente difícil levar isso adiante porque as

variáveis são muito grandes, então essa proposta colocada na mesa é boa porque ela dá um prazo maior para que os grupos setoriais (privado, terceiro setor, comunidade científica) realmente se organizem dentro das suas especificidades para garantir essa pluralidade e que a gente possa ter uma base de representação maior. Na medida em que a gente ouvir mais a base, que estivermos mais ligados ao que vem de baixo, essa estrutura bottom-up, certamente o comitê gestor vai crescer a sua importância, pelo fato de ter um conjunto de pessoas, de entidades, maior participando, discutindo, as decisões importantes que a gente tem que tomar agora e daqui pra frente. Então eu acredito que o segundo grande mérito da proposta da Abranet e das entidades aqui colocadas seja esse de estabelecer um processo de discussão que a gente possa trabalhar no ano que vem. Naturalmente eu não estou discorrendo sobre todos os temas da proposta da Abranet porque algumas coisas não são de consenso, então eu procurei focar exatamente naquilo que eu pude absorver do que seja uma posição média das quatro entidades das quais eu represento.

19

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Thiago Tavares

ORGANIZAÇÃO: SaferNet

TEMPO: 00:48:33

Eu desde o início deste processo, tenho defendido que é obrigação do comitê fornecer o máximo de informações públicas para que a sociedade possa participar desse debate da forma mais qualificada possível e possa tomar decisões bem informada. Nessa direção eu queria apenas compartilhar alguns números que provam que a participação de entidades no colégio tem crescido ano a ano. Por exemplo em 2004 foram 115 entidades habilitadas a votar em todos os colégios eleitorais 142 entidades em 2007 403 e, 2010, 517 em 2013 e 620 em 2016. Destas 620, 259 tem sede em São Paulo, 89 no estado da Paraíba e o restante está espalhado em diversas unidades da federação. Todas as unidades da federação estão representadas no colégio eleitoral do CGI.br. Quando a gente olha para o terceiro setor, especificamente, que é o setor que eu represento, há um grupo crescente de entidades. Saíram de 40 em 2004 para 64 em 2007, 88 em 2010, 208 em 2013 e 237 em 2016. De modo que é importante esses números para que a gente possa, ao analisá-los em conjunto, perceber algumas coisas. Primeiro: o CGI tem sim representatividades nacional, embora haja um certo desequilíbrio entre a participação de algumas regiões do país, sobretudo a região norte, mas também não só a região norte, outras regiões também estão com uma participação que não é coerente com a representatividade e número de usuários dessas regiões. Mas isso é um dos possíveis critérios, eu não estou fazendo essa proposta, também não estou fazendo diagnóstico, essa não é minha proposta. Isso é apenas uma das constatações que nos leva a pensar que é necessário que durante esse mandato dos conselheiros eleitos, que vai até maio de 2020, nós possamos fazer uma transição e um estudo fundamentado, não em achismo, mas em evidências, em dados reais, concretos e este processo precisa ser transparente. E eu, nesses 5 segundos que me restam, apenas faço a sugestão para que esse processo de divulgação e produção de dados abertos seja liderado pelo próprio comitê.

20

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Sérgio Amadeu

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do ABC (UFABC)

TEMPO: 00:51:35

Eu queria só fazer uma consideração que não é bem uma proposta, mas é a problematização de uma proposta e eu acho relevante que todo ouçam, porque nos estamos discutindo aqui esse novo modelo, a melhoria desse modelo. Eu queria dizer que eu acho que, por exemplo, no setor acadêmico nós temos que filiar associações de pesquisadores, associações científicas e técnicas e não instituições diretamente. Vou explicar por quê. Porque a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade da Paraíba, as diversas universidades, elas são estruturas gigantescas, elas são estruturas que tem dentro delas diversos pesquisadores que são associados. E vários participam de entidades com a Anpocs ou a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que aqui já estão aqui representados. E acho uma outra coisa: um dos maiores usuários de internet, a muito tempo, é o setor de saúde. Nós vamos também então associar hospitais? Associar essas grandes estruturas? Eu acho não faria sentido, mas faz sentido a ABRASCO se associar aqui, a associação brasileira de medicina, associação brasileira de saúde coletiva. Eu queria problematizar porque eu já tinha dúvidas, por exemplo, a rede nacional de pesquisa (RNP) é uma OS, extremamente relevante, importante, para a organização das redes digitais no nosso país, para as estradas informacionais, mas acho, por exemplo, que eu tenho dúvidas se ela não é setor governamental, porque ela é também é uma operadora, uma executora, ela não é só um laboratório. Então eu problematizo estas questões, sem nenhuma questão que possa tirar a possibilidade da gente avançando entender melhor o processo, mas é preciso entender melhor o processo. Então era essa a ponderação que eu queria trazer para todas e todos. Obrigado.

21

SETOR: Tereceiro Setor

NOME: Laura Tresca

ORGANIZAÇÃO: Artigo 19

TEMPO: 00:54:04

Este modelo de camadas que está se desenhando aqui é bastante interessante, mas eu acho que a gente tem que pensar que as portas abertas é uma condição necessária para a maior participação, mas ela não é condição suficiente. Então não basta simplesmente ter uma porta de entrada, em que qualquer um possa participar, mas você precisa ter maneiras de incentivar essa participação. Eu cito, por exemplo, o Lafaete Pankararu que muitos conhecem aqui. Porque ele não está neste fórum? As portas estão abertas. É porque ele não tem interesse no tema? Certamente ele tem interesse no tema, mas a participação dele não foi viabilizada. Então eu estou entendendo que a gente está tentando aperfeiçoar esse modelo para ampliar o seu caráter democrático, para ampliar a participação e com isso a gente tem que pensar como vamos incluir então pessoas e

organizações que, de repente, nem tem conexão à internet. Então não basta simplesmente deixar as portas abertas nesse modelo. Ela tem que vir acompanhada com plano de incentivo à participação.

22

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Flávia Lefèvre

ORGANIZAÇÃO: Proteste

TEMPO: 00:55:40

Só uma pequena questão. Hoje, a eleição dos representantes da sociedade civil depende da atuação do poder público, do Ministério de Ciência e Tecnologia, de editar portaria, eles participam da comissão eleitoral, depois que se encerra o processo eleitoral com o reconhecimento e homologado o processo eleitoral, devidamente homologado pela comissão eleitoral, nós candidatos ficamos na dependência de uma atuação do poder público, do MCTIC, de publicar uma portaria, para passarmos a atuar como representantes. Nós entendemos que se nós estamos tratando das eleições dos representantes da sociedade civil, se existe uma comissão constituída dentro do Comitê Gestor da Internet para conduzir essa eleição, terminada a eleição, apreciados todos os recursos e encerrada a eleição, não é necessário mais nada para que os conselheiros eleitos passem a atuar. Não dá pra gente ficar na dependência, como aconteceu em anos atrás, nesse ano também, da gente ficar esperando uma ação do poder público, que não faz parte da eleição, para começar a atuar. E lembrando que os representantes do governo no CGI não fazem parte do processo eleitoral porque eles são indicados. Então, também, essa é uma das razões desse aspecto que eu estou colocando. Obrigada.

23

SETOR: Empresarial

NOME: Eduardo Parajo

ORGANIZAÇÃO: Abranet

TEMPO: 00:57:30

Eu acho, Flávia, que você tocou num ponto fundamental. E acho que a dinâmica que a gente está propondo neste novo modelo, e acho que está bem adequado ao tema aqui de eleições e mandatos, cai como uma luva porque a gente vai mudar a dinâmica. Na verdade hoje a forma como a gente vem sendo tocado desde 2003, né, da forma como vem sendo executada, tá seguindo a lógica que está escrita desde 2003. A partir de agora acredito que a gente vai ter que rever todos esses processos e os mecanismos de funcionamento, né, respeitando o que está posto até esse momento. E aí buscar junto a todos os setores o consenso que a gente tem que colocar no sentido de como vai ser daqui pra frente? Como que a coisa vai se dar daqui pra frente? Dentro da proposta, justamente é isso. Quando a discussão, iniciarmos a discussão a partir do começo do ano, evidentemente que isso vai ter que ter um reflexo imediato na forma como está redigido hoje o documento. E a gente acredita também que dentro dessa discussão, a gente vai ter que ampliar, evidentemente, uma modificação no decreto atual, que dê ao Comitê Gestor agora, pelo menos a base inicial do que a gente está dizendo, talvez sem

entrar em tantos detalhes para que a gente possa começar a fazer esta travessia. Na verdade é essa ponte que a gente está construindo, ampliando a participação dentro dos outros conselhos setoriais. Então, de fato é o início de um processo. Isso foi muito bom, é, talvez num primeiro momento todos nós achamos que o governo puxou a corda antes né, e tocou o negócio em frente. Mas eu disse isso até pros conselheiros do CG. Eu não vejo e não via, mesmo antes do governo puxar a corda, de falar, não, vamos fazer alguma mudança, nenhuma contrariedade de nenhum setor, de nenhuma participante do conselho, em mudar e ter uma participação maior, em mudar e querer melhorar o nosso processo. Então acho que a gente tem agora uma chance enorme, primeiro, com esse espaço que foi aberto, primeiro o espaço que foi aberto pelo MCTIC no *participa.br* e agora o espaço que o Comitê estendeu no sentido de chamar a participação, buscar este parâmetro mínimo, que a gente possa modificar a participação e como vai ser a condução daqui para frente, da construção da governança da internet no Brasil. Nós somos tidos como modelo e eu acho que a gente está dando um passo além. A gente está inovando de novo no sentido de buscar uma nova metodologia, uma nova maneira de relação da sociedade com o Comitê, com o governo, com o setor público em geral, entre os setores, que eu acho que a gente vai ter que construir melhor. Então, acho que o ponto que você colocou é importante, é relevante, e a gente está tocando justamente nessa nova sistemática que a gente vai adotar daqui pra frente.

24

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Thiago Tavares

ORGANIZAÇÃO: SaferNet

TEMPO: 01:00:33

Para complementar a minha fala anterior, antes eu quero cumprimentar e concordar com a Flávia. De fato a eleição e posse dos conselheiros não governamentais independe de ato formal do poder executivo e isso é importante deixar também consignado, mas eu quero retomar de fato a proposta inicial, porque eu acho que ficou claro aqui para todo mundo que nós não vamos conseguir nem aqui, nem no próprio CGI.br estabelecer um consenso em relação a etiquetas que devem constar em cada uma das cadeiras. Falou-se aqui sobre saúde, o papel dos hackers, o papel das *startups*, o setor das telecomunicações está muito presente em peso aqui, mas eu não estou vendo ninguém, por exemplo, das OTTs, das plataformas, da área de conteúdo, da área de automóveis, sim, porque com a Internet das coisas (IOT) a Anfavea também pode querer, legitimamente, buscar um assento no CGI. Tem carros autômatos. O pessoal dos brinquedos. Fabricantes de brinquedos com a internet dos brinquedos. Eu falei disso na minha *in session* sobre cibersegurança, e por aí vai. A tendência é que todo mundo julgue que merece ter assento no CGI. Então, uma forma de que o governo tem de resolver isso, eu imagino que não há outra, a não ser permitir que os próprios setores possam, nas suas constituencies, discutir suas *by-laws*, ou seja, discutir os seus regulamentos, os seus regimentos, as suas formas de participação e representação. E eu volto e enfatizo a fala do Eduardo Parajo e do Henrique Faulhaber quando eles disseram que esse conselho, que foi eleito, que está no mandato e que vai até 2020, tem essa missão privilegiada e

essa grande responsabilidade, de organizar e sistematizar essa transição. Para que essas constituencies de fato elas sejam constituídas, elas passem a funcionar, o Comitê vai ter o papel fundamental. O comitê tem sede em São Paulo, mas ele representa e deve representar o país inteiro. Não dá só para fazer reuniões em São Paulo e achar que, só com as entidades de São Paulo, nós teremos uma radiografia do país. Nós teremos que fazer reuniões regionais, consultas regionais em cada região e também permitir que as pessoas que não estão aqui hoje, tenham condição de participar também presencialmente. E isso precisa ser feito de uma forma estruturada, de uma forma transparente, de forma aberta, participativa e democrática. Não se dá um cavalo de pau num transatlântico. As mudanças elas precisam acontecer, mas elas têm que ser feitas com responsabilidade e planejamento. Obrigado.

25

SETOR: Empresarial

NOME: Henrique Faulhaber

ORGANIZAÇÃO: Representante do Setor TI

TEMPO: 01:03:37

Eu vou fazer algumas observações sobre alguns pontos trocados aqui. A primeira sobre o processo, eu acho que se a gente for nesse processo da proposta da ABRANET e outras entidades, no ano que vem às reuniões do CGI terão um caráter diferente. Talvez a gente tenha que ter, além das reuniões mensais, a cada 3 meses uma reunião como essa em que você faça o Fórum Setoriais, Fóruns como esse aqui, ou seja, a gente não vai ser só Fóruns da Internet por ano, a gente vai ter durante o ano pelo menos 3 para cada setor se reunir e discutir esses temas. Agora indo para questões complicadas, a composição de cadeira que cada setor vai ter não está definida. Existe uma proposta que é paritária, mas naturalmente é uma vontade. Isso não é um fato em si. Então uma vez definida quantas cadeiras cada setor vai ter, seria a do bloco anterior, temos que discutir numa lei geral, numa regra geral como é que você garante a pluralidade de cada setor. Então eu vou falar do meu setor que é mais patente essa questão, por exemplo, a gente ficou arriscado esse ano que não tem nenhum representante da ciência da computação, que é uma área acadêmica. Me parece que isso é um absurdo. Porque o CGI é um organismo técnico-político e o pessoal da ciência da computação e de redes tem que estar representado. Eu não quero carimbar que tenha um determinado setor no pleno porque eu acho que não dá para funcionar o CGI sem pelo menos um conselheiro da área tecnológica. Então, uma vez determinadas as quantidades de cadeira por setor vai ter que determinar como é que você garante uma pluralidade que faça sentido. É lógico que tem uma rotação, sem detrimento das áreas de exatas e humanas, da ciência da computação, vocês, me desculpem, deveria ter de alguma forma garantido sua vaga no CGI.

26

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Carlos A. Afonso

ORGANIZAÇÃO: Instituto NUPEF

TEMPO: 01:05:56

Só a título de informação sobre essa discussão que tivemos sobre a estrutura interna, eu queria dizer que a própria comissão eleitoral este ano para eleger membros não governamentais, porque os governamentais são indicados pelo próprio governo, essa comissão eleitoral teve maioria de governo e não deveria ter nenhum membro de governo porque se trata de eleger os membros não governamentais. Inclusive, isso não é um assunto para cá, somente a título de informação, o conselho fiscal do NIC hoje é constituído por maioria de governo, sendo que o NIC é uma sociedade civil sem fins lucrativos de direito privado cujos fundos são inteiramente de natureza privada. Não tem nada a ver com recursos públicos. O NIC não recebe um único centavo de recurso público. Então, tem maioria de governo no conselho fiscal do NIC. Esses são detalhes que vão precisar ser considerados no futuro.

27

SETOR: Governamental

NOME: Luiz Fernando Castro

ORGANIZAÇÃO: MCTIC

TEMPO: 01:07:12

Eu me senti convidado a fazer uma contra-fala porque quero deixar registrado para todo mundo que vai fazer comentário, que eu sou adepto ao modelo atual. Mas não sejamos ingênuos de que existem segmentos no congresso nacional, existem pessoas no próprio governo que entenderiam que o modelo colombiano de assunção do nome de domínio como função pública pode ser interessante. Então repito, não é a visão no MCTIC, muito menos a minha. Mas eu acho que este movimento de hostilizar a presença do governo, este movimento de desmoralizar e achar que a presença dele governo é ruim corre-se o risco de levar a uma posição extrema. E quando as posições são extremadas nunca sabemos o que pode acontecer. Então eu peço muita ponderação, muita moderação nas atitudes e nas formas com hostil que se quer tratar a figura do governo lembrando o modelo colombiano, que a meu ver, repito, não é o mais saudável, e reforço a qualidade e o respeito que o governo tem pelo trabalho do NIC.

28

SETOR: Terceiro Ssetor

NOME: Veridiana Alimonti

ORGANIZAÇÃO: Intervozes

TEMPO: 01:08:36

Eu acho que posso falar em nome de outras entidades da Coalizão Direitos na Rede, acho muito importante que, o governo de fato não esteja pensando em tornar o modelo brasileiro em modelo colombiano, porque realmente seria desconstruir um marco histórico de governança democrática, participativa da internet, multissetorial, que é um exemplo global que inspira uma série de outros modelos e que resultou em outros exemplos inspiradores e marcos inspiradores, como marco civil da internet. Então, nós estamos aqui conversando em como tornar esse modelo ainda mais democrático e participativo a partir de um processo que apesar de ter sido iniciado pelo governo de maneira não tão participativa, está conseguindo se desenrolar de uma maneira que envolva um diálogo

mais amplo entre os setores. Consideramos que o governo não deve olhar pra isso de maneira hostil, mas sim, considerar que isso faz parte da discussão democrática e se o resultado da discussão democrática for voltar atrás, retroceder em uma experiência que historicamente, globalmente é aplaudida e relevante, então, tudo isso que estamos fazendo aqui não terá feito o menor sentido. Isso é em relação a colocação de Luiz Fernando. Mas na verdade eu havia me inscrito para falar de outra questão muito importante que é relevância de todo o modelo que está sendo pensando aqui ser efetivamente participativo no sentido do que a Laura falou anteriormente, da Artigo 19, de que não adianta pensarmos estruturas em que a participação é permitida se não há financiamento, se não há custeio para essa participação. Estamos aqui falando em camadas, estamos falando que a base vai conversar com a camada setorial e que a camada setorial vai conversar com o pleno e que vai haver uma dinâmica muito mais democrática, mas tudo isso precisa constar no orçamento do CGI.br porque não adianta prever câmaras de consultoria temática, se elas não conseguem se reunir porque não tem dinheiro. Não adianta diminuir as bolsas do fórum da internet, se as pessoas de outras regiões do país não conseguem fazer essa discussão. Então, para além de uma estrutura, um desenho participativo e democrático é preciso que o orçamento do NIC também esteja condizente com esses novos tempos de maior assentos e maior participação nas instâncias.

29

SETOR: Empresarial

NOME: Eduardo Parajo

ORGANIZAÇÃO: ABRANET

TEMPO: 01:12:19

Eu vejo que dentro da proposta que a gente colocou e acho que isso pode se tornar uma prática no processo, eu acredito que nós vamos ter no mínimo 3 reuniões por ano. Acredito que uma dessas reuniões sejam o Fórum da Internet e mais outras duas reuniões que vai ser a reunião dos conselhos com a comunidade. Não vejo outra maneira de ampliar a participação desse processo construtivo de eleição, mandato, se todos não tiverem realmente juntos nesse processo. Isso para mim está muito claro e essa discussão eu acho que a gente tem que colocar de forma bastante objetiva nessa preparação justamente de buscar como a gente vai elaborar, principalmente, as definições dos conselhos, seja do conselho setorial e seja do conselho atual do CGI com os seus membros. Realmente a dinâmica que nós vamos ter que adotar daqui pra frente para eleição e para mandato, vai ser outra completamente diferente do que acontece hoje. Reforço, o objetivo é que a gente tenha 3 reuniões por ano. Não tá na nossa proposta, mas eu acho que a gente vai ter que avançar nesse modelo se a gente quiser buscar a participação ampla e de todos nesse processo de forma contributiva.

30

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Sérgio Amadeu

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do ABC (UFABC)

TEMPO: 01:14:07

Gostaria de continuar problematizando para o Henrique que a divisão dentro do setor acadêmico deve seguir a importância que as áreas acadêmicas dão a internet. A internet é hoje um arranjo comunicacional, protocolar, não é só computador, não é só infraestrutura, não é só de vários roteadores, não é só parte lógica. Então, a internet é um arranjo, um conjunto de vários protocolos. Tanto é que na rede de pesquisa, que no dia zero nos reunimos aqui, tínhamos várias pessoas de diversas áreas. Então o nome é interdisciplinaridade. Nós não devemos fechar as coisas em caixinhas. Devemos fechá-las aonde a internet avance. A internet vai avançar interdisciplinarmente, essa é a questão que eu queria ponderar e deixar registrado no nosso debate.

31

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Flávia Lefèvre

ORGANIZAÇÃO: PROTESTE

TEMPO: 01:15:20

Queria destacar aqui a preocupação da proteste em fazer suas contribuições para este processo, diz respeito especialmente ao reconhecimento da importância que a gente conseguiu com o marco civil da internet quando ele atribui ao tratar dos poderes públicos como diretriz primeira na lei, a governança multissetorial. Como desdobramento, e do reconhecimento da importância desse direito, dessa disposição legal, a gente tem que pensar na paridade de participação e na coerência da participação dos diversos segmentos, entre eles, o governo. Aqui, quando se faz referência ao governo, se faz referência com objetivo exclusivo de contribuir para o aprimoramento do modelo. O próprio governo, ao instalar a consulta pública, deixou claro que o objetivo era aprimorar o modelo e é essa a nossa contribuição. Por isso, falamos da paridade da representação do pleno, em se respeitar o processo eleitoral para os membros representantes da sociedade civil, pelo menos uma participação principal da sociedade civil e não, de forma nenhuma, de hostilizar ou questionar, ao contrário. Para a Proteste, pelo menos, é fundamental que o setor público esteja representado, especialmente, o MCTIC, ANATEL, MJ e MRE.

32

SETOR: Empresarial

NOME: Thiago Ayub

ORGANIZAÇÃO: UPX TECHNOLOGIES

TEMPO: 01:17:20

Não encontramos aqui nas falas dos setores representados quaisquer hostilidades ao governo. As manifestações têm falado majoritariamente em paridade. O governo já é maioria no CGI, no conselho fiscal e no custo final pago pelo usuário no acesso à internet não ao setor empresarial. O que enxergo na maioria das propostas feitas pelos setores aqui presentes é paridade, inclusive no processo eleitoral. Obrigado.

33

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Thiago Tavares
ORGANIZAÇÃO: SaferNet
TEMPO: 01:18:00

Gostaria apenas de registrar a minha oposição a uma proposta que foi apresentada pelos colegas que foi apresentada pelos colegas do terceiro setor, da coalizão dos Direitos na Rede, que permitia que uma entidade tivesse quatro, cinco ou seis votos. Esta foi uma evolução e amadurecimento da escolha dos representantes do CGI. Tivemos recentemente no ano passado a conclusão do quinto processo eleitoral. Nos anteriores a regra era que cada entidade tinha direito a quatro votos, de modo que o resultado final ele refletia a vontade do primeiro colocado. Porque o primeiro colocado, ele poderia orientar o seu colégio a votar no seu candidato. Eu me lembro daquele livro “Quincas Borba” de Machado de Assis, quando ele dizia “ao vencedor, as batatas”. Então, ao primeiro colocado sempre era dado o direito de uma influência muito grande na escolha dos demais conselheiros do setor. Com essa nova regra houve uma mudança desse contexto. Se voltarmos a regra anterior, estaremos indo contrariamente às boas práticas de governança corporativa. Se a gente olha o próprio setor empresarial, na bolsa de valores, existem os acionistas majoritários, mas existem também os minoritários e estes têm o direito a uma assembleia, tem direito ao voto, tem direito de representação no conselho. As minorias têm direito. No sistema político tradicional, as minorias também têm um conjunto de direitos que devem ser assegurados e respeitados. De modo que atribuir apenas ao primeiro colocado, seja uma coalizão de entidades, me parece que é um retrocesso, por ser um processo de amadurecimento que nós temos conseguido conquistar neste ano. Então eu gostaria de fazer uma defesa enfática da manutenção da regra atual que é uma entidade, um voto, como é a regra do sufrágio universal dos sistemas políticos tradicionais e também de outros setores.

34
SETOR: Governamental
NOME: Luiz Fernando Castro
ORGANIZAÇÃO: MCTIC
TEMPO: 01:20:50

Uma questão puramente matemática, um colega leu um manifesto falando da maioria do governo, 21 membros, sendo 9 do governo, 11 da sociedade civil e 1 de notório saber. Eu não consigo vislumbrar essa coisa de, matematicamente, uma maioria de governo no critério matemático, a menos que exista alguém disfarçado de governo no outro setor. Eu desafio alguém que possa afirmar que em algum momento alguma questão foi conduzida de maneira impositiva pelo governo. Até mesmo esta consulta que está hoje acontecendo houve realmente alguma oposição, descontentamento, ou discordância quanto a forma que foi lançada, mas o próprio governo não exitou em fazer a consulta pública. Então quando eu uso a palavra hostil, eu acho que é um pouco de exagero. Lógico que eu conheço os coletivos, os participantes que estão vinculados a este tema fazem parte dos 95% que talvez não apoiem o governo atual. Mas eu acho que não estamos falando de governo A, B ou C, nós estamos falando de Estado brasileiro. Eu acho assim, vamos

devagar, vamos construir algo que seja bom para o país e não para o grupo que pode deixar o governo daqui a uns meses. Obrigado.

35

SETOR: Empresarial

NOME: Henrique Faulhaber

ORGANIZAÇÃO: Representante do Setor TI

TEMPO: 01:22:32

Primeiro, concordo com o que disse Tiago de que houve uma evolução de quando foi determinado um voto por entidade, de como já era no setor privado e passou a valer para o terceiro setor e setor acadêmico. Segundo quando defendia a questão de que associações deveriam ser privilegiadas no sentido de congregar um grupo de empresas ou pessoas, eu não quis dizer que deveria ser associações nacionais. Eu acho que tem que ser as associações regionais. Como fazer isso? Que peso vai se dá ao voto dessas associações regionais é uma questão em aberto. Mas eu acho que a questão das regiões é importante. Então eu queria dizer que estou defendendo as associações, mas não somente as associações nacionais. E remetendo a uma fala da Veridiana e continuando o que falei sobre a questão que falei sobre se organizar ao ano que vem para promover reuniões dessas câmaras setoriais, eu acho que sim. O orçamento do CGI, do NIC deve refletir essas necessidades de, pelo menos, oferecer espaço para essas reuniões acontecerem, sejam setoriais, sejam com todos os setores como está aqui. Então procede o fato de ter algum procedimento orçamentário para poder dá suporte a esse processo, se é que ele vai ser aprovado dessa forma.

Eixo 4 – Transparência e Eixo 5 – Outros Temas

Reladoras do Eixo 4: Raquel Sobral e Renata Amoedo

Relatora e relator do Eixo 5: Liane Heckert e Allan Santos

Revisado por: Monica Maia Ribeiro e Ricardo Matheus

Imagem e áudio da Segunda parte da audiência pública podem ser acessados em
<https://www.youtube.com/watch?v=yJki_r5TRvA> (a partir de 01:55:00)

SETOR: Empresarial

NOME: Alexander Castro

ORGANIZAÇÃO: SindiTeleBrasil, DF

TEMPO: 01:55:16

Bom gente, vamos iniciar então o quarto e último bloco da audiência pública sobre diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da estrutura de governança da Internet no Brasil.

Gostaria de, pediria a todos que tomassem seus assentos. Vamos discutir agora nesse eixo, o tema da transparência e também outros temas em geral que podem ser colocados pelos diversos segmentos. Sobre o tema transparência, cabe lembrar o teor do princípio número dois do decálogo do CGI.br, segundo o qual a governança da Internet deve ser exercida de forma transparente, multilateral e democrática, com a participação dos vários setores da sociedade, preservando e estimulando o seu caráter de criação coletiva.

E os princípios relativos aos processos de governança na Internet nos termos da declaração NETmundial de 2014, segundo a qual as decisões tomadas devem ser de fácil compreensão, os processos devem ser claramente documentados e seguir os procedimentos acordados, e os procedimentos devem ser desenvolvidos e acordados através de processos multissetoriais. Com relação aos outros temas, as contribuições, como eu mencionei, são livres e podem tratar de quaisquer assuntos da pauta de governança da Internet no Brasil e no mundo. A ordem de precedência entre esses assuntos.

Então qualquer manifestação pode ser em relação à transparência ou qualquer outro tema. Quando autorizado pela coordenação da mesa, os participantes interessados podem trazer contribuições para a discussão sobre esses dois temas deverão se posicionar em fila junto aos microfones destinados ao setor ao qual se vinculam, conforme informado no momento da inscrição e expresso nos seus crachás.

Como vocês podem ver, cada microfone está devidamente identificado entre o setor governamental, empresarial, terceiro setor e comunidade científica e tecnológica. Assim como nos demais eixos, cada intervenção deve ter no máximo três minutos de duração, o cronômetro vai também funcionar nesse eixo para ajudar no controle do tempo, ao final dos três minutos o microfone será desligado.

Antes de iniciarem suas intervenções, os participantes devem indicar seu nome, a organização e o estado de origem. As intervenções ocorrerão por ordem de chegada na fila e em ordens alternadas de setores, começando pelo setor governamental, se tiver algum representante para fazer a manifestação. Lembramos que toda a audiência será gravada e os vídeos serão posteriormente disponibilizados online.

As intervenções estão sendo registradas por uma equipe de relatores que elaborará um documento com os posicionamentos e propostas apresentadas para cada eixo da consulta. Esse material, além de todas as contribuições recebidas durante a consulta pública do CGI.br, serão encaminhadas ao pleno comitê. Então, senhores, a partir de agora, as pessoas interessadas em contribuir no bloco de transparência e outros temas

podem se dirigir aos microfones. Alguém do setor governamental? Então vamos começar com o terceiro setor, por favor, se identifique e pode começar a sua manifestação.

1

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Laura Tresca

Organização: Artigo 19

TEMPO: 02:00:56

Meu nome é Laura, sou da Artigo 19, uma organização de direitos humanos que trabalha com direito humano específico, que é liberdade de expressão e acesso à informação. E, justamente por essa nossa característica, nossa recomendação é que o CGI, a despeito da controvérsia se ele estaria sujeito a lei de acesso à informação, que ele adote institucionalmente os princípios e as práticas previstas na lei de acesso à informação. Eu acho que isso se justifica, por conta do caráter público e de relevância que o CGI tem para toda a sociedade brasileira e para toda a Internet no país.

Queria aproveitar o meu tempo e ressaltar principalmente o artigo sete e o artigo oito da lei de acesso à informação, em que estabelece que o acesso à informação, os cidadãos têm o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos; informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; informação pertinente à administração do patrimônio, utilização de recursos, licitação, contratos administrativos; e informação relativa: à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores. Como acabou meu tempo, eu vou deixar o artigo oitavo apenas como uma recomendação de referência.

2

SETOR: Setor Empresarial

NOME: Thiago Ayub

ORGANIZAÇÃO: UPX TECHNOLOGIES

TEMPO: 02:03:55

Quando discutimos o processo eleitoral na última sessão, por diversas vezes levantaram o afastamento das entidades votantes nas pautas do CGI, seja pelo longo processo eleitoral, seja pelo desconhecimento dos assuntos no CGI.br. Ter reuniões do CGI.br ao vivo, no nosso entendimento, seria um grande avanço para engajamento dessas entidades como da sociedade, seja diretamente seja através da imprensa.

Essa ação de transparência iniciativa atrairia novas organizações, novos debates, até novos quadros para governança na Internet, como esta juventude que nos acompanha. Obrigado.

3

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Gabriela Augusto

ORGANIZAÇÃO: Estudante de Direito da PUC / YouthBR

TEMPO: 02:04:38

Sou membro do Youth, queria pontuar um fato, que causa descontentamento em mim e parte dos meus colegas no grupo, e é um tema recorrente, que é a falta de *streaming* nas reuniões do CGI.br. Hoje as atas demoram vários dias para serem postadas e o conteúdo delas é sucinto demais. É estranho que o Comitê Gestor da Internet não tenha um *streaming* em vídeos.

Existem fortes argumentos contra implementação dessa transmissão em vídeo, como por exemplo, o fato de que informações mais sensíveis deixariam de ser postadas nessas reuniões. Mas eu queria deixar um questionamento aqui: será que essas informações, isso representaria uma vantagem tão grande pra deixar de lado essa ferramenta de mobilização social?

4

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Percival Henriques Neto

ORGANIZAÇÃO: CGI.Br

TEMPO: 02:05:56

Eu creio que esse talvez seja o principal tema a ser discutido aqui porque se nós, desde pela manhã nós colocamos um processo evolutivo, não há evolução sem conhecimento, mas não há conhecimento sem método apropriado, específico, e nesse meio do caminho entre você definir o método e fazer do conhecimento uma alavanca para desenvolvimento futuro. Você tem algumas armadilhas.

Sou totalmente a favor do *streaming*, mas eu tenho um receio, que não aconteça o que ocorreu como na Rússia, quando questionaram a legitimidade das eleições, o governo decidiu colocar uma câmera em cada urna. Do que adianta você ter a possibilidade, se você não tem um método efetivo para realizar aquela possibilidade?

Então, minha questão é a seguinte: é preciso implementar todas as ferramentas disponíveis, inclusive o CGI.br começar a praticar aquilo que prega, defender dados abertos, não é só você dizer que publicou no site, e por exemplo, o resultado do fórum vem em pdf, que é algo não tão simples de manipular, é algo contra o que se prega. Então o problema do streaming, a hora do streaming, mas tem que fazer lição de casa, essa discussão tem que ir além, inclusive a medida que tiver essas ferramentas, deve-se capacitar a população a lerem isso, máquinas podem ler dados abertos, precisa incentivar o setor acadêmico, startups e a academia, para desenvolverem aplicativos para empoderar a sociedade a partir da informação. Essa discussão não pode ficar mascarada por trás da cobertura de fumaça do streaming. Isso em favor da transparência.

5.

NOME: Ildeu Borges

SETOR: Empresarial

ORGANIZAÇÃO: FEBRATEL

TEMPO: 02:08:58

O CGI, deve também ampliar esse compromisso diante da sociedade, promovendo consultas e audiências públicas antes da definição de resoluções e estudos, a exemplo do que já é adotado pelas agências reguladoras.

As medidas de transparência e a ampliação da participação social no CGI.br devem ocorrer paralelamente à importância assumida por este Comitê, conforme vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, devendo levar em consideração os meios pelos quais é verificado o atendimento, pelos entes públicos, dos preceitos da Lei de Acesso à Informação.

Qualquer manifestação, oral ou escrita, de qualquer um dos membros do CGI.br, em qualquer hipótese, deve ocorrer somente após deliberação de seus membros, obedecendo as regras de governança descritas no estatuto e para as quais o Sinditelebrasil, representado pelo Alex, já fez contribuições ao longo deste documento.

Nenhum membro do CGI deve poder se manifestar em eventos públicos e privados em nome do CGI sem que ele tenha sido formalmente indicado pelo coordenador do Comitê para tanto ou cuja posição a ser defendida não tenha sido objeto de discussão e aprovação no âmbito do Conselho.

O instrumento legal que formalizará a reestruturação do Comitê Gestor da Internet deve estabelecer as condições de contorno para gastos com pessoal, de passagens, de representatividade do Comitê em eventos nacionais e internacionais, que devem ser objeto de aprovação de plano anual orçamentário.

As medidas de transparência devem ser estendidas ao NIC.br, pois, pois apesar dessa entidade se configurar como privada, é ligada ao CGI.br (tendo inclusive sobreposição entre membros) e financiadora das atividades do Comitê Gestor da Internet. Em relação ao NIC.br, essa medida se afigura mais importante devido à exclusividade concedida pelo CGI.br para exploração dos domínios .br.

Assim, defendemos que o instrumento legal que formalizará a reestruturação do CGI também defina as condições de contorno a serem observadas na aprovação dos planos anuais orçamentários do CGI, assim como as demais condições sugeridas nesta contribuição, neste eixo. Obrigado

6.

NOME: Sérgio Amadeu

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do ABC

TEMPO: 02:11:23

Quero concordar com o Thiago, Lupi e a Laura, e colocar 4 pontos que considero fundamentais para transparência:

1. A transparência deve ser ativa, ela exige uma postura de accountability. Exige uma postura propositiva de transparência.
2. Todos os dados do CGI e dos seus órgãos correlatos, devem ser dados abertos e legíveis para máquinas.
3. As reuniões do cgi.br devem estar online, não tem cabimento o Comitê Gestor da Internet não ter a reunião dos seus conselheiros abertas em streaming na rede, não tem o menor cabimento pq o cgi não trabalha com documentos sigilosos, o CGI trabalha com modelo de governança da Internet que é mais que o público estatal, é um commons. É algo que interessa a todos e todas, logo, o streaming não está contraposto nem a todos os documentos do CGI sejam públicos e publicizados, uma coisa não é contraposta a outra, como alguns querem fazer crer. Dá pro documento ser acessível a máquina, dá, dá pra ter transparência ativa, dá pra ter documentos publicizados e públicos, e dá pra ter streaming nas reuniões. uma coisa não é contraposta a outros como alguns querem fazer crer, podemos fazer tudo isso.
4. O streaming não é necessário só pela transparência, é necessário também para o engajamento da sociedade, os pesquisadores, estudantes, jornalistas, podem ter interesse em acompanhar os temas cruciais da governança da Internet, isso é fundamental e gera participação que todos nós queremos, logo não faz o menor sentido que até hoje não tenhamos streaming na reunião do CGI.

7.

NOME: Bia Barbosa

SETOR: Terceiro Setor

ORGANIZAÇÃO: INTERVOZES

TEMPO: 02:11:41

Boa tarde a todos e todas, meu nome é Bia, eu sou do Coletivo Intervozes e da Coalizão Direitos na Rede. Eu acho que a gente já tem que lançar uma campanha aqui, reforçando o que o Percival colocou que é o #streamingealém, né? Porque eu acho que a gente tem que começar essa campanha também para não ficar só no streaming, reforçando isso. Sobre a questão da participação, eu acho importante pontuar nessa audiência o quão difícil foi este fórum acontecer.

Quem acompanhou um pouco os bastidores e quem tem conseguido acompanhar um pouco as discussões do Comitê Gestor da Internet sabe que esse fórum esteve ameaçado. Acho fundamental a gente afirmar enquanto mecanismo central de participação da sociedade, dos diferentes setores do Comitê Gestor da Internet a realização anual do Fórum da Internet do Brasil. Sei que muito do esforço para este fórum acontecer, para além do comprometimento dos conselheiros, foi da equipe do CGI.

Acho que precisamos de uma salva de palmas para os trabalhadores e trabalhadoras do CGI que fizeram este fórum acontecer e em nome da coalizão direitos na rede eu faço um agradecimento público a vocês. Indo para além do streaming e pensando nos mecanismos de participação, acho fundamental que este decreto que seja resultado desta consulta também seja submetido a consulta pública. Inclusive fizemos alguns debates ao longo deste evento. O quanto foi bem-sucedido o Marco Civil da Internet, podemos seguir

como exemplo. Passou por uma consulta genérica e depois seu texto foi submetido a consulta pública, depois a regulamentação também.

Nós da coalizão de direitos na rede achamos fundamental que o texto que eventualmente altere o decreto de 2003 também seja submetido a consulta pública.

E por último é fundamental, é preciso garantir que nesse processo de transição, se houver mudanças no decreto, na estrutura do Comitê Gestor da Internet que os conselheiros atuais, que o mandato atual sejam responsáveis por esta transição. É fundamental garantir o mandato dos conselheiros que acabaram de ser empossados. Cabe a esta gestão do CGI, conduzir qualquer transição do ponto de vista do formato e eventuais mudanças, definir inclusive um cronograma que seja dado transparência e possibilidade de incidência de participação sobre isso também.

8

SETOR: Empresarial

NOME: Mario Brandão

ORGANIZAÇÃO: Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital - ABCID

TEMPO: 02:16:40

Boa tarde, eu de novo, Mario Brandão da ABCID – Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital, Lan House e Cyber Cafés.

Vou pedir licença para fugir um pouquinho do tema, embora o tema seja recorrente, só para poder comunicar que o Banco Central baixou um comunicado que chegou a mim hoje, 31379, de 16/11/2017 estabelecendo que alerta sobre uso recorrente e perigos do uso de moedas criptográficas, e o item seis diz que é ilegal a transferência de recursos internacionais através de moedas virtuais, seja ela bitcoin ou qualquer outra.

Meu ponto é: gente, não tem como não fazer uma transferência internacional ao simplesmente comprar um bitcoin, qualquer ato que se relacione a bitcoin significa transferência internacional de recurso. É não entender o assunto.

Acho que se o CGI.br quer realmente entender o seu papel, não é restrito apenas a Internet, é a Internet das Coisas, é *Blockchain*, como foi extremamente discutido aqui e a miopia governamental que consegue legislar um negócio desse e dizer que se eu eventualmente eu estiver comprando um bitcoin na prática eu estou ilegal e se estiver vendendo ou minerando um bitcoin, desculpa, na prática eu estou ilegal, então o Banco Central acaba de emitir uma nota dizendo que o que faço na minha Lan House é ilegal.

Eu já passei por isso umas vinte vezes. Gente, a capacidade que existe, e deveria ser uma coisa, desculpe aí, pegando o gancho das coisas, deveria ser processo de legislação, deveria ser um processo de regulação transparente, sempre que se fosse legislar sobre alguma coisa do tipo, seja Internet das Coisas, seja *Blockchain*, seja qualquer tipo de coisa que seja inovação tecnológica, o CGI deveria ir, como disse a colega, além, e tomar a dianteira desse processo e discutir socialmente, isso não pode ser uma coisa resolvida em gabinetes, entre quatro paredes, por duas ou três pessoas que não tem a menor ideia do que se está tratando, é um absurdo que a gente viva num país em que infelizmente todos estão sujeitos a decisões que não são feitas de maneira democrática, transparente e participativa e acho que o único ator, que vejo no horizonte, capaz de tomar para si a responsabilidade de, pelo menos, os três vetores – que vejo de

mais importante para o posicionamento tecnológico do Brasil, que é: a Internet das coisas blockchain, toda a cadeia derivada de cripto moedas, etc. e a Internet de uma maneira geral – é o CGI e se o CGI não tomar a frente desse processo, desculpa, a gente tá ferrado. Obrigado.

9.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Mark Datysgeld

ORGANIZAÇÃO: UNESP/PUC-SP

TEMPO: 02:19:37

Boa tarde, Mark Datysgeld, mestre em Governança na Internet pela UNESP. Meu comentário é, na verdade, sobre procedimento. Se nós vamos a partir daqui pensar numa nova maneira de abordar essas temáticas de como vai ser tratado os fóruns, os novos espaços de debate, então eu queria levantar uma questão que é a seguinte: quando imprimiram aqui no fórum as nossas etiquetas, que são o nosso identificador dentro dessa comunidade aqui, ela veio acompanhada de um código de barra que, até onde eu me recordo, não foi previamente avisado e não foi consentido que ia ser assim, mas do ponto de vista do organizador de eventos, eu compreendo a praticidade de você ter uma contagem de pessoas e entender o fluxo do evento, eu acho isso na verdade muito positivo, pode ser usado para melhorar o fórum e reuniões futuras que nós vamos participar.

No entanto, salvo engano muito grande não encontrei tanto no site do fórum como em nenhum outro procedimento que seja ata do CGI que seja similar, os termos de uso que serão aplicados nesses dados que estarão sendo coletados de todas as pessoas que estão atendendo ao fórum e, na verdade, eu gostaria de solicitar à assessoria e aos integrantes do Comitê do CGI e a todos que estão envolvidos nesse processo, não denunciar uma prática negativa, porque pode ser usado positivamente para a comunidade, mas esclarecer em que termos serão usados esses dados, porque existem várias dimensões que você pode usar esses dados, né?

Você pode desde de usar eles para fazer um controle de entrada e saída, para saber que palestras que foram bem-sucedidas e quais não, até, de repente, algum conselheiro tem um desafio pessoal e quer seguir e sacar quais são os movimentos deles dentro desse espaço. Isso daí está dado, se a gente não tem um termo de uso em cima, que a gente assinou e consentiu.

Então, olhando para frente, eu gostaria de um: sugerir que isso seja implementado de uma maneira clara e transparente e acessível e que se existe, não está no site, pelo menos não até onde eu consigo compreender; e dois, daqui para frente, que nós, a partir das nossas próximas reuniões, tenhamos isso estabelecidos. Então esse é o meu comentário, obrigado pela atenção.

10.

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Guilherme Alves

ORGANIZAÇÃO: Centro Nacional da Juventude

TEMPO: 02:22:00

Boa tarde, meu nome é Guilherme Alves, sou jornalista aqui do RJ, faço parte do observatório da Juventude e falo como integrante do grupo de jovens participantes do programa Youth que estão aqui no fórum. Muito em conta do que a gente apresentou no tópico de composição do Cgi.br, a questão dos dados, nós sustentamos a necessidade da criação de indicadores relacionados às reuniões, que abordam tópicos como as listas de presenças, as deliberações e votações realizadas, a atuação específica de cada setor, dentre outros.

A análise desses dados é de grande importância para entender como os setores participam do Comitê Gestor da Internet, e conseqüentemente, para a realização de mudanças mais embasadas. Obrigado.

11.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Cindyneia Cantanhede

ORGANIZAÇÃO: UFMA

TEMPO: 02:22:52

Boa tarde, meu nome é Cindyneia Cantanhede, eu sou de São Luís do Maranhão e também represento Youth ForumbR. Ratifico a importância do CGI.br, estruturar os programas de fellowship, as bolsas de participação como políticas perenes da organização, a exemplo da Internet Society e da ICANN, incluindo suporte para a participação dos jovens em diversos fóruns de governança da Internet no Brasil e no mundo.

Reafirmando a relevância de que esses programas sejam estabelecidos visando a continuidade, aprontando a clareza na estruturação e critérios de seleção dentro desses projetos.

Ressaltamos também a necessidade de apoiar os projetos que surgiram a partir da iniciativa desses jovens, como grupos de pesquisa e atividades voluntárias que estão ocorrendo em diversas localidades do país, visando fomento e disseminação dos debates, e engajamento na governança da Internet como ferramenta de retornar nossas comunidades, as vivências e aprendizados que adquirimos a partir da participação nos programas.

Reiterando que parte fundamental na construção de um espaço democrático da governança da Internet, é também o reconhecimento e apoio para a juventude que tem se mobilizado para contribuir com esta construção e que está sendo representada por nós aqui presentes.

12.

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Flávia Lefèvre

ORGANIZAÇÃO: PROTESTE

TEMPO:02:24:14

Flávia Lefèvre, Proteste – Associação de Consumidores, Coalizão de Direitos na Rede de São Paulo. No tópico relativo à transparência, nós gostaríamos de propor em consonância

com a nossa proposta de composição e daquela base de grupos setoriais, que o Nic.br tivesse representantes em cada um desses grupos e que as pautas dos diversos departamentos do Nic.br, considerando que o Nic.br é o braço executivo do Comitê Gestor da Internet, tivesse de alguma forma integrado com as discussões de temas e políticas em curso dentro do CGI, e que, ao final de cada ano, houvesse a publicação pelos diversos departamentos do Nic, das suas pautas mínimas de atividades, o objetivo aqui, quero deixar bem claro, não é engessar o Nic, muito pelo contrário, o Nic tem mostrado um alto grau de eficiência, mas o que a gente quer é ampliar a transparência e possibilidade de participação de diversos setores na definição de pautas a serem tratadas pelo Nic.br.

Então haveria, ao final de cada ano, uma publicação de uma pauta mínima definida no contexto da participação de múltiplos atores, que ficaria por algum tempo aberta para sugestões e etc., fecharia-se essa pauta e, no final do ano seguinte haveria também a publicação de um relatório com a prestação de contas daqueles projetos que ficassem apresentados como atividades a serem realizadas no ano anterior. É Isso, obrigada.

13.

SETOR: Empresarial

NOME: Alexander Castro

ORGANIZAÇÃO: SINDITELEBRASIL

TEMPO: 02:26:17

Consideramos fundamental que no estatuto do CGI e do NIC.br estejam formalizados os mesmos compromissos legais de transparência dos órgãos do Poder Executivo do Governo brasileiro. Para total transparência do processo e garantir que as escolhas e decisões ocorram em linha com as atribuições do CGI e políticas do Governo, as atividades de contratação e compra de equipamentos do NIC.br, devem passar por processo de RFP ou outro procedimento próprio de conhecimento público, publicado na página da instituição, com prazo e escopo determinado, estando as iniciativas sujeitas à auditoria externa e à lei de transparência. Tal medida permitirá total transparência do processo e o ingresso de todos os interessados, contribuindo para as melhores escolhas. As medidas de transparência sobre o NIC.br devem incidir ainda sobre exercícios como registro de nomes de domínio, projetos técnicos e de infraestrutura para a Internet, medidas e políticas de segurança, realização de estudos, entre outros. Quanto aos critérios de alocação, destinação e liberação das verbas em projetos infraestrutura, pessoal e pesquisa, recomenda-se que sejam sempre submetidos ao escrutínio e decisão exclusiva do Conselho do CGI. Decisões estratégicas como, por exemplo, a localização dos PTT.br, deve considerar apenas critérios técnicos, custo e acessibilidade, expressos em políticas aprovadas pelo CGI e conhecidas por todos os interessados, não ficando apenas sob decisão do NIC e a ele restrito. Também as decisões que impactam em custo para terceiros, como por exemplo, a migração do IPV4 para IPV6 devem ser precedidas de discussões prévias com os agentes envolvidos e as recomendações a serem expedidas só podem ser objeto de decisão consensual ou por maioria absoluta dos interessados. Nesse sentido, vale complementar que aos representantes do NIC.br não deve ser atribuída qualquer autonomia para a tomada de decisões que impacte outros

autores da Internet, sem a aprovação do Conselho do CGI. Medida mais simples, mas não menos importante ou necessária, é a divulgação mais ágil das pautas e atas das reuniões do Conselho, das pautas e atas das reuniões do NIC, assim como divulgação dos relatórios de participação em eventos internacionais, divulgação de patrocínios de eventos, bem como os recursos utilizados. Muito Obrigado.

14.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Thiago Novaes

ORGANIZAÇÃO: UFF - Universidade Federal Fluminense / ABRADIG - Associação Brasileira de Rádio Digital

TEMPO: 02:29:30

Boa tarde, Thiago Novaes, pesquisador de pós-doutorado da Universidade Fluminense, bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa, secretário-geral da Associação Brasileira do Rádio Digital.

Gostaria de qualificar um pouco a noção de transparência ativa, no sentido que ela pode ser muito bem utilizada, no Brasil especialmente, que é um país que detém possivelmente o melhor sistema de TV digital do mundo, e que não transmite apenas imagem em alta definição para a casa das pessoas, mas pode transmitir também dados.

Nesse sentido, o Brasil é conhecido no mundo por ser um país onde há mais televisores nos domicílios das pessoas do que geladeiras e, se o CGI.br gostaria de considerar a possibilidade de aceder a mais pessoas e enviar os orçamentos, a agenda eleitoral, todas as informações que hoje são disponibilizadas para atendimento da Lei de Acesso à informação, tão vastamente conhecidas no Brasil, que ele considerasse sim negociar talvez com radiodifusores a possibilidade de enviar esses dados para a caixinha receptora que estará disponível nas casas das pessoas cada vez mais, especialmente daquelas que hoje compõem aí as classes C, D e E, que estão recebendo via bolsa família e cadastro único, o Ginga Perfil C (set-top boxes), onde elas poderão navegar, nos seus domicílios, a todas essas informações. Não se trata aí de nenhum malabarismo, de nenhuma invenção totalmente fora do razoável, mas a gente poderia estar atendendo, poderia estar fazendo chegar as informações do CGI, do Conselho Gestor da Internet do Brasil, à casa de todos os brasileiros, no horizonte aí daquele Brasil que, por enquanto, não se sabe ainda qual vai ser a agenda digital, que já se postergou para 2023, mas pelo menos as 12 milhões de caixinhas que estão chegando no litoral brasileiro, nas grandes densidades populacionais, essa caixinha poderia também funcionar com esse mecanismo de transparência ativa, e que isso talvez fosse até um bom exemplo, para que prefeituras, governos estaduais, municipais, também investissem nessa tecnologia para promoção de transparência, enviassem programas sociais, dados, tal como é o programa 4D, que funciona ali em Lucas do Rio Verde (MT), ali, enfim, emissoras públicas têm investido nisso.

Fica aí uma sugestão técnica, política, enfim, se aprimoramento de mecanismos de transparência ativa do CGI.

15.

NOME: Rafael Zanatta

SETOR: Terceiro setor

ORGANIZAÇÃO: Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

TEMPO: 02:32:16

Primeiro ponto, já que o debate é sobre transparência, é importante lembrar que essa consulta pública começou de modo não transparente, que foi motivo de ampla repercussão internacional negativa e felizmente houve um contorno, de modo que a discussão agora se dá no âmbito do CGI, que era de onde se deveria ter começado a discussão de modo endógeno. É importante esclarecer isso.

Com relação ao debate de streaming, para o Idec, nos parece inconcebível não adotar o streaming nas deliberações do CGI, diante de uma cultura institucional no qual o próprio conselho diretor da Anatel e o pleno do Supremo Tribunal já adotam transmissões por streaming, de modo a efetivar uma política de participação democrática, que inclusive está no Marco Civil da Internet como um dos objetivos do uso da governança da Internet. O Idec tem três propostas que estão relacionadas com o que já foi colocado aqui:

1. Primeiro, concordamos com a proposta da Artigo 19 de que o CGI.br pode de modo espontâneo internalizar procedimentos da lei de acesso à informação, por mais que não esteja obrigado juridicamente a seguir a LAI, por não ser membro da administração pública, mas pode de modo espontâneo institucionalizar e proceduralizar a efetividade do acesso a informações, por meio de uma secretaria de transparência a ser criada no âmbito do CGI.
2. Segundo ponto, é importante que o CGI.br coloque na discussão, no âmbito de sua reforma, a possibilidade de uma ouvidoria que preste contas de modo independente, que faça uma autocrítica aos processos e falhas que eventualmente podem decorrer na sua nova formatação, essa ouvidoria pode ser extremamente importante no momento de experimentação e de testes de novos modelos institucionais no âmbito do CGI.
3. Terceiro ponto, a proceduralização de indicadores, indicadores de desempenho e de modos de votação de seus conselheiros. O novo formato que nós esperamos que seja paritário, que tenha cinco cadeiras para cada setor, de modo a efetivar o que já foi feito no esforço por parte do Youth, parabênizo o Youth por ter produzido dados, porque a produção desses dados deveria acontecer ser produzido pelo próprio Comitê Gestor da Internet, caso existisse esse tipo de proceduralização. Qualquer reforma do cgi, para efetivação de transparência, deve ser para melhor, nós não admitimos nenhum tipo de retrocesso no Comitê Gestor da Internet e há sim muito que ser melhorado, é importante que se faça a autocrítica e que se pense de modo prospectivo em reformas que vão aprofundar a experiência multissetorial e democrática desse órgão que é amplamente elogiado mundo afora. Obrigado.

16.

NOME: Eduardo Parajo

SETOR: Setor Empresarial

ORGANIZAÇÃO: CGI.br

TEMPO: 02:35:03

Falarei como representante do Cgi.br. Gostaria de deixar claros alguns aspectos levantados aqui: o Cgi.br não é órgão de governo, e sim uma construção multissetorial, com a participação de todos. A entidade Nic.br, que gere os recursos para o comitê, passa sim por auditorias anuais, feitas com empresas renomadas. Todas as atividades que o Nic.br realiza hoje, são direcionamentos do comitê gestor da Internet para realização de determinados projetos. Isso pode ocorrer nas áreas de pesquisa e indicadores, temos o Cetic.br, para demandas de segurança web temos o cert.br, temos também o ceptro.br, então temos uma série de diretrizes vindas do Cgi.br para realização desses projetos.

Cursos, como por exemplo, de Ipv6 foram dados, cursos de segurança na web, existem diversas atividades e tudo isso está disponibilizado nos relatórios anuais. Todas as atas do comitê gestor da Internet passaram a ser públicas. Então o acesso a números, informações, apoio, e coisas do tipo estão presentes nas atas e suas determinadas resoluções. Evidentemente, temos muito a melhorar, e as críticas construtivas são bem-vindas e não vemos dificuldades com essa situação, então vamos trabalhar para isso. Acho que todos nós, conselheiros do Cgi.br, temos interesse que a transparência seja efetiva, e que todos sintam que exista transparência, para que ela não exista apenas no papel.

Então, me coloquei para falar a respeito disso, pois sou um dos representantes do setor empresarial, e acho que devemos deixar claro que existe sim responsabilidade de todos para tornar a transparência algo plena.

17.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Kimberly Anastácio

ORGANIZAÇÃO: UnB

TEMPO: 02:37:50

Kimberly Anastácio, LAPIN – Universidade de Brasília e etc. Apenas um apontamento bastante limitado e simples em relação à situação da transparência, na hipótese em que o modelo adotado é o modelo proposto pelo Parajo e o resto do pessoal que está aqui em consenso. Destacar somente a necessidade de que haja alguma transparência mínima, abertura mínima dos processos que vão ocorrer dentro dos conselhos de base e dos conselhos intermediários.

Por exemplo, estarmos abertos à possibilidade do terceiro setor acompanhar as escolhas de representantes do conselho de base, do conselho intermediário, para o conselho pleno e vice-versa, a gente conseguir os outros setores também acompanharem, em alguma medida, os processos que estão acontecendo dentro dos conselhos de base intermediários das outras entidades, mais ou menos no que já acontece hoje nas eleições do CGI, que não tudo é aberto, por exemplo quem vota em quem, mas a gente tem como acompanhar, em alguma medida, como se dá o processo de escolha.

Estou colocando aqui o exemplo da escolha de representantes para os conselhos, mas isso eu acho que se encaixa com outros processos também que precisam ser minimamente transparentes entre os diferentes setores, caso a proposta adotada seja essa de conselhos de base, conselhos intermediários e camadas para o CGI. Obrigada.

18.

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Thiago Tavares

ORGANIZAÇÃO: SaferNet

TEMPO: 02:39:17

Prezados, encaminho, em nome das entidades que eu represento no CGI.br, sugestões, para aperfeiçoamento da transparência e compliance do CGI.br, lidas durante audiência pública durante o forumbr:

1. Publicação de editais públicos e regulares para selecionar entidades sem fins lucrativos interessadas em receber doações de bens móveis e equipamentos de informática, redes e TICs que não estejam em uso ou que, a critério do NIC.br, devam ser descartados;
2. Divulgação regular, em sessão própria no site do CGI.br, de todos os relatórios de viagem dos conselheiros, consultores e convidados externos que venham a participar de reuniões e eventos internacionais com passagem e/ou diárias custeadas pelo CGI.br;
3. Divulgação de todas as atas completas das reuniões e reclassificação de todas as resoluções reservadas anteriores a 2014, que deverão ser publicadas na íntegra no site do CGI.br;
4. Publicação das atas das reuniões plenárias do CGI.br em até 15 dias da data de sua realização;
5. Publicação das pautas das reuniões ordinárias do CGI.br com pelo menos 5 dias de antecedência à data da reunião;
6. Publicação, em sessão própria no site do CGI.br, da prestação de contas dos projetos externos e eventos que venham a receber apoio do CGI.br ou do NIC.br;
7. Definição e divulgação regular de indicadores de gestão, tais como assiduidade e participação dos conselheiros em Grupos de Trabalho (GTs), comissões temáticas (internas e externas), reuniões plenárias, eventos, cursos e demais atividades realizadas ou apoiadas pelo CGI.br;
8. Elaboração de política adequada para identificar e endereçar situações que possam ensejar conflitos de interesse de conselheiros e funcionários nas diversas instâncias de participação e nos processos decisórios que envolvem o CGI.br;
9. Criação de um Ombudsman para receber e endereçar sugestões, reclamações, denúncias, etc e zelar pela aplicação das políticas de transparência, ética e compliance;
10. Ressalte-se que a implementação das sugestões acima podem ser feitas através de Resolução do próprio CGI.br, não dependendo portanto de norma ou ação governamental específica.

19.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: José Luiz Ribeiro Filho

ORGANIZAÇÃO: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

TEMPO: 02:42:09

Queria chamar atenção aqui para a questão da transparência no planejamento das pautas estratégicas do CGI para cada período de gestão, o próximo exercício. Estou há 3 meses no CGI e não sei quais são as pautas para os 3 anos, muito menos as metas que precisamos perseguir e atingir.

Nós vivemos em uma cultura do improvisado e do famoso jeitinho brasileiro, que lidamos com as coisas conforme aparecem, precisamos desmistificar essa questão. É preciso trabalhar com culturas de planejamento prévio, conhecer a pauta do CGI para cada período e atualizá-las anualmente para que todos saibam o que vamos discutir e onde queremos chegar. Outro aspecto, relativo à operacionalização das funções do CGI, nós entendemos que as funções operacionais devem ser executadas por um ecossistema de organizações de suporte ao CGI e à Internet do Brasil. Cabe exclusivamente ao NIC a operação do registro br e a distribuição de blocos e endereços IP e AS, por delegação do LACNIC, a operacionalização do CERT.br e a secretariar o CGI. As demais funções atuais e futuras devem ser objeto de revisão, considerando necessidade de aumento o volume de demandas operacionais relacionadas à operacionalização das atribuições da Internet no Brasil que não necessariamente terá mais capacidade do NIC absorver. Sem demérito ou críticas para as atuais funções desempenhadas pelo NIC, entendemos que há a necessidade de um modelo distribuído, com a participação de outras entidades com a comprovada competência dos diversos temas ligados a operações sobre a governança e sustentação da Internet no Brasil.

20.

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Percival Henriques Neto

ORGANIZAÇÃO: CGI.br

TEMPO: 02:44:44

Tem uma questão que me vem a cabeça, eu me declaro comunista, sou e tenho convicção, e me vi à maior parte do tempo defendendo propostas liberais, e as empresas que trabalham no mercado, defendem coisas estatizantes, isso é algo que, sinais dos tempos.

Voltando a questão, acho que do ponto de vista de prática e governança corporativa o nic.br e o cgi.br são muito eficazes nesse sentido, porque inclusive concorrem e competem dentro de um mercado, que basicamente que é o mercado de nomes de registro no Brasil. As empresas de nomes e domínios são cada vez maiores e têm se juntado e ainda não conseguiram vencer o cgi.br.

Agora, não basta a governança corporativa ser eficaz, porque você precisa ter a população como aliada. Essas colocações todas, algumas são bastante pertinentes, outras um tanto quanto desinformadas, refletem à necessidade de se buscar além da governança corporativa, e para que ninguém diga que as questões de transparência são para corrigir erros de gestão, eu dou meu testemunho aqui, que nesses seis anos, nunca vi nenhum desvio ou erro que desabone à gestão do nic.br.

É preciso para que se tenha à tal da melhoria contínua, à participação de todos, também é preciso que se prepare as pessoas para que possa consumir e sugerir melhorias.

21.

SETOR: Empresarial

NOME: Eduardo Parajo

ORGANIZAÇÃO: CGI.br

TEMPO: 02:47:49

Complementando aqui o que Percival disse, Eduardo Parajo novamente, reforço as palavras do Percival, não na parte do comunista, mas o restante [risos]. Sacanagem. Mas o seguinte, com relação à transparência, eu acho que tem um outro tema que é importante também, que a gente colocou lá na nossa proposta, que é a questão do *accountability*, quer dizer, você realmente ter mecanismos que você possa não só ver a questão da transparência, mas como foi feito o processo para essas questões. E aí eu vou tocar num ponto que o Alex colocou, com relação aos processos de compra de equipamentos, investimentos de PDB [*Program Database*], tem todo um procedimento hoje dentro do Nic de propostas, de RFP (Request for Proposal), de lançamento das informações pro mercado para que os concorrentes, seja eles na esfera de hardware, possam estar participando de todos os processos.

Como o Percival colocou bem, nesse período que a gente está lá participando da gestão, a gente tem acompanhado muito de perto, dentro do conselho. Mas vou encerrar o assunto Nic, porque eu acho que é importante a gente voltar para o assunto CGI, que é o principal tema da nossa discussão aqui.

Existe realmente uma relação que vai ter que ser depois tocada, que é a relação do CGI Nic, mas eu acho que é importante a gente focar, principalmente agora nesse momento aqui, exatamente nas questões relativas à transparência do Comitê Gestor, a questão de *accountability*, que eu acho também que é importante também do Comitê Gestor, para que a gente possa ter *inputs* e construir uma proposta de ampliar esse processo, para que todos tenham acesso a essas informações, e que não tenham a impressão de que isso não está disponível.

O Comitê tem publicado as suas atas, acho que a sugestão que foi do Thiago, de que essas atas estejam publicadas em prazo menor, eu acho que é prudente, e eu acho que a gente tem condições de implementar isso rapidamente agora mesmo, não precisa de tanto esforço, mas eu acho que seria muito bom eu, como conselheiro aqui, aproveitar esse momento e escutar mais esses detalhes com relação ao que existe de dúvida com relação à transparência do modelo que está hoje posto, e está funcionando, para que a gente tome providências de imediato, no sentido de evoluir esse processo. Obrigado.

22.

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Laura Tresca

ORGANIZAÇÃO: Artigo 19

TEMPO: 02:50:17

Além das sugestões já colocadas pelo Alexander, Thiago e Rafael, queria sugerir que seja criado um canal online de apresentação de pedidos de informações, que inclusive, possam ser feitos de forma anônima e sem dizer o objetivo do pedido. Uma vez que à

cultura de transparência deve ser predominante, e não à de sigilo e controle de informações. E assim, esperamos que sejam estabelecidos procedimentos para respostas desses pedidos, e adoção de outras práticas de transparência ativa, como foi falado, adoção de padrões abertos, não somente publicação de relatórios financeiros, mas que também sejam disponibilizados em formatos abertos.

Creio que isso tem muita relevância em especial nesse contexto que discutimos um novo desenho para o Cgi.br, se estamos falando em ampliar a participação, o acesso à informação é um dos requisitos básicos para que a participação seja efetiva e consistente.

23.

SETOR: Empresarial

NOME: Alexander Castro

ORGANIZAÇÃO: SINDITELEBRASIL

TEMPO: 02:51:52

Alex do SindiTelebrasil. Eu vou agora falar de improviso aqui e até fiz questão de falar antes de você, Flávia, para dar oportunidade também de comentar o que eu vou falar. Mas eu acho o seguinte, setor de telecomunicações teve presente aqui neste evento hoje, né, na crença de nós termos um debate democrático, onde ideias seriam colocadas de forma aberta e transparente. Várias ideias foram colocadas aqui e diferentemente do que – eu ouvi um comentário hoje pela manhã, dizendo que o setor de telecomunicação que a internet não é telecomunicações, eu nunca disse que Internet é telecomunicação e vice-versa. A gente sempre defende que, na cadeia de valor da internet, todos agentes que atuam hoje nessa cadeia, eles devem ter equilíbrios, estarem equilibrados no sentido de que todos, no equilíbrio da cadeia, todos possam numa solução ganha a ganha, praticar o desenvolvimento da internet brasileira no nosso país. E agora, os atuais membros do conselho do CGI tem um grande desafio, porque dentro das manifestações e ideias colocadas, algumas aqui são absolutamente inconciliáveis. Nessa sessão, por exemplo, alguns são bastante alinhadas e fácil de serem compiladas e colocadas nas diretrizes. Entretanto, outros, a exemplo da parte da manhã, não são.

Então, o que a gente espera é que, nossa proposta que a gente apresentou, depois de diversos eixos, seja considerada e que eventualmente nesse trabalho que vocês vão ter até o começo do mês de dezembro, se eu não me engano, que o CGI justifique as razões pelas quais estará propondo algum tipo, apesar de todas as recomendações que foram colocadas, todas propostas, que se faça um documento justificando as razões e decisões para o encaminhamento dessas diretrizes ao MCTIC... porque não considerou uma determinada alternativa e considerou uma outra, quais os impactos (o Parajo apresentou uma proposta que eu não conheço, não sei qual o impacto dela no que diz respeito ao equilíbrio dos agentes de representatividade na cadeia de... [microfone cortado]

24.

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Flávia Lefèvre

ORGANIZAÇÃO: Proteste/Coalizão Direitos na Rede

TEMPO: 02:55:03

Quero aqui justificar a minha posição em relação a relatório de atividades do Nic.br, tenho o maior respeito pelo que o Nic.br construiu nesses 20 anos, e acho que o trabalho que se fez na construção de uma Internet segura, com princípios e governança, se deve ao trabalho impecável do nic. Com o objetivo de integrar as pautas do e com relação, Alex, na minha experiência, a grande lição que tirei, em muitas vezes em assuntos que não haveria consensos, chegamos e nesse processo a despeito de parecer termos posições divergentes.

Gostaria de reiterar o que a Bia disse anteriormente em sua fala, além de externar minha extrema homenagem ao pessoal da secretaria, da assessoria, da relatoria, que tornaram viável esse fórum como um todo e essa seção. Gostaria também de homenagear o Professor Hartmut Richard Glaser que não está hoje, mas que apoiou toda essa iniciativa.

25.

NOME: Hegle Zalewska

SETOR: Empresarial

ORGANIZAÇÃO: Kaunert & Zalewska Sociedade de Advogadas

TEMPO: 02:58:06

A minha sugestão é em relação aos próximos fóruns. Fui proponente de alguns *workshops* e primeiro gostaria de sugerir que nas próximas edições, a banca organizadora seja publicada, porque nesse ano, nem eu e nem outros proponentes tivemos esse tipo de informação e não ficamos sabendo quem selecionou os *workshops*, tivemos acesso às notas e pontos relevantes da análise das propostas.

Também notei que, naturalmente, pela multisetorialidade, no momento do cadastro haviam apenas quatro categorias de proposta, mas alguém da sociedade civil que não se adequa a nenhuma delas, uma dona de casa, por exemplo, ela não poderia submeter sua proposta, porque não haveria uma categoria própria a ela, e isso é algo que deve ser levado em consideração para todas as propostas de *workshop*.

26.

NOME: Ana C. Mielke

SETOR: Terceiro Setor

ORGANIZAÇÃO: INTERVOZES

TEMPO: 02:59:38

Boa tarde, sou a Ana Cláudia do Coletivo Intervozes, venho aqui na frente para falar de uma nota pública que nós da Coalizão Direitos na Rede produzimos, referente as últimas notícias que saíram na imprensa e que colocaram uma possível criação de um grupo de trabalho do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) com o exército, visando monitorar das chamadas fake news (notícias falsas) da campanha das eleições em 2018, e como tivemos no fórum 2017 à presença do General Jaime de Queiroz, e que confirmou de fato à existência desse movimento.

Então gostaria de fazer a leitura desta nota que produzimos mais cedo. Pretendemos fazer a leitura na sequência, já que creio não ter tempo para fazer a leitura em uma só fala. Posso esperar, e na próxima vez faço a leitura.

27.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Bruna Santos

ORGANIZAÇÃO: Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas e Internet (LAPIN) da UnB

TEMPO: 03:01:40

Meu nome é Bruna, sou do LAPIN, gostaria de bater na tecla da importância da institucionalização da LAI (Lei de Acesso à Informação), porque ainda que se considere o que o Cgi.br multistakeholder, temos nele um representante governamental, e transparência faz parte do papel do Estado e é inerente a todos os agentes públicos.

Voltando à temática do *streaming*, se decidirem por não disponibilizar, que se divulgue à transcrição das discussões das reuniões em formato aberto e manipulável para que a sociedade consiga acompanhar, uma vez que informação é ferramenta de controle social.

28.

NOME: Thiago Tavares

SETOR: Terceiro Setor

ORGANIZAÇÃO: SaferNet

TEMPO: 03:02:37

Apenas para esclarecer um ponto, em relação à comissão de avaliação dos *workshops* do fórum. Se você for no site do fórum, e clicar em comissão, existe a lista dos vinte e quatro membros da comissão julgadora dos *workshops*. *Evidente que já identificamos algumas oportunidades de melhorias* e estamos atentos a elas, e essas questões que já foram detectadas serão objetos de debate e aperfeiçoadas.

Por fim, gostaria de dizer mais à da importância desse momento, tivemos hoje à oportunidade de ver na prática multissetorialismo em prática e funcionando, e Alex, eu gostaria de lhe fazer um apelo, porque o multissetorialismo vem como uma forma de refletir à construção de propostas onde cada um deve ceder um pouco para chegar a denominadores comuns.

Sabemos que as teles têm interesses legítimos, não seremos ingênuos em achar que todos não temos interesses. Todos aqui presentes têm interesses específicos, representamos um colegiado de instituições, corporações, entidades, sindicatos, etc, e todos tem interesses em pauta.

A questão é, se quisermos apenas chegar em soluções que maximize apenas nossos interesses, não chegaremos a consensos. Em muitas contribuições feitas na plataforma online, tanto do Cgi.br, quanto do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), que não estão presentes aqui, como as *OTT (Over the Top)*, o pessoal de conteúdo, da indústria de propriedade intelectual, que divergem muito entre si, mas no final das contas as vozes que se manifestaram aqui ainda não representam a totalidade, de todas que já se mostraram presentes.

Esses interesses não irão se dissipar magicamente, mas queria sair com o compromisso de que em breve sairemos com consenso na próxima reunião. Gostaria de lembrar à presença do professor Glaser, que não pode estar presente, mas que sempre deve ser lembrado.

29.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Sérgio Amadeu

ORGANIZAÇÃO: Universidade Federal do ABC

TEMPO: 03:05:51

Quero rapidamente parabenizar os organizadores, assessoria, que mantém o Cgi.br vivo e funcionando, o professor Hartmut Glaser, parabenizar o Alex Castro, por estar representando um setor essencial da economia, que respeitamos, mas divergimos, e suas considerações devem ser sim ouvidas e analisadas e creio que a postura que vocês tiveram é essencial nas discussões, parabenizo os Sinditelebrasil e seus associados por isso.

Para finalizar, gostaria de trazer uma questão e agregar um problema: nós estamos vivendo no Brasil uma fase de Estado de exceção, e isso é muito grave. Quando o Poder Judiciário, que deveriam julgar o contencioso de forma isenta, e acaba tomando parte dessa narrativa, como o caso do TSE tomando parte, junto da ABIN, Polícia e o Exército, mostra à gravidade da coisa, pois esses órgãos não são neutros, e sim operados por pessoas que têm opiniões, e o que devemos fazer diante disso?

Devemos garantir que as eleições ocorram em clima de disputa democrática, e não devemos aceitar que Polícia, Exército e Agência de Inteligência definam o que é verdade ou mentira na Internet. Se aceitarmos isso, estaremos conduzindo uma democracia para um cenário, onde o Estado vai dizer o que pode ou não ser dito em uma disputa democrática. Isso é um apelo para que as disputas ocorrem dentro de critérios corretos.

30.

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Ana C. Mielke

ORGANIZAÇÃO: INTERVOZES

TEMPO: 03:08:59

Agora farei à leitura da nota de repúdio, complementando a fala do Sérgio, acho importante fazer à leitura da nota neste evento, porque existe uma agenda colocada para o Cgi.br e é isso que estamos colocando, para pensar além da crítica, propondo que o Cgi.br seja o ator à ser convidado a participar desta agenda. O Exército monitorando a Internet nas eleições é um risco à liberdade de expressão. Diversos veículos de mídia recentemente noticiaram uma parceria entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Exército para o monitoramento de conteúdos online durante as eleições de 2018 tendo como foco o combate às chamadas “notícias falsas” (*fake news*). O assunto foi objeto de uma reunião entre o presidente do TSE, Gilmar Mendes, e os ministros da Defesa, Raul Jungmann, do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, e da Justiça, Torquato Jardim, realizada no dia 25 de outubro.

A Coalizão Direitos na Rede – articulação que reúne dezenas de entidades da sociedade civil, organizações de defesa do consumidor, pesquisadores e ativistas – vem por meio desta nota manifestar sua preocupação com essa movimentação e apontar a necessidade de recolocar a discussão sobre o tema em outro patamar.

Em que pese as notícias falsas serem um fenômeno nocivo para a democracia e para o direito de acesso à informação, e que precisa ser combatido, inclusive no contexto de possíveis influências em processos eleitorais, atribuir ao Exército e às forças de segurança a tarefa de monitorar conteúdos na Internet é uma medida inadequada e que traz sérios riscos à liberdade da expressão dos usuários.

As Forças Armadas não podem monopolizar o controle da veracidade dos fatos porque 1) não possuem essa competência constitucional; 2) não têm as condições técnicas para isso; 3) não detêm o conhecimento para distinguir *fake news*; e 4) não são neutras na política. Para piorar, essas instituições deixaram violentas e profundas marcas na história recente do país ao promoverem o cerceamento da liberdade de expressão e de manifestação dos brasileiros/as durante a ditadura civil-militar.

O monitoramento sem uma base legal neste sentido já é uma violação da privacidade, direito garantido constitucionalmente e em leis específicas, e da proteção dos dados pessoais, princípio assegurado no Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014). Mais grave, a análise da ação de milhões de brasileiros, com a possibilidade de acessos a dados eleitorais, coloca a população brasileira como objeto de vigilância pelas FFAA e pelo sistema nacional de inteligência, algo incompatível com o regime democrático.

A preocupação com “notícias falsas” – termo que, aliás, carece de melhor definição e cuja indefinição pode, em eventuais fiscalizações, abrir espaço para toda sorte de abusos – no contexto eleitoral deve se transformar em objeto de discussão junto à sociedade e as estratégias e recomendações produzidas a partir desta reflexão devem ser adotadas pelo ecossistema institucional e regulatório próprio da Internet no país, que tem no Comitê Gestor da Internet no Brasil seu principal órgão. Ademais, o Comitê Gestor da Internet é composto por múltiplos setores, que poderão contribuir com diferentes perspectivas para a construção de tais estratégias e recomendações.

31.

SETOR: Terceiro Setor

NOME: Jonas Valente

ORGANIZAÇÃO: UnB – INTERVOZES

TEMPO: 03:12:11

Vou finalizar os últimos parágrafos da nota.

Mesmo uma eventual preocupação com riscos à soberania nacional por possíveis influências estrangeiras no processo eleitoral não pode ser tratada com a designação de um papel de monitoramento às Forças Armadas nessa esfera. A ideologia da “ameaça do inimigo externo” não justifica a violação de liberdades e garantias dos cidadãos. A prevenção e o tratamento desse problema devem se dar no âmbito do ecossistema institucional e regulatório próprio do setor, conforme mencionado anteriormente.

Neste sentido, a Coalizão Direitos na Rede alerta a sociedade e as instituições envolvidas na discussão para esse problema, coloca a inadequação da solução noticiada e propõe aos órgãos relacionados ao processo eleitoral e ao campo da Internet a abertura do debate com a população brasileira e com todos os segmentos, dos usuários à classe política. A mitigação dos problemas decorrentes da circulação de notícias falsas deve ser buscada pelo conjunto da sociedade, e não relegada às forças armadas por um pequeno

grupo de senhores com significativo poder na república. Problemas e disfunções fazem parte do regime democrático, mas não podem justificar medidas que violem liberdades e garantias dos cidadãos ou descaracterizem a Internet livre.

Já foi dito aqui pelo Sérgio Amadeu e outros, esse tema ganhou visibilidade no mundo inteiro e a cada vez mais temos uma preocupação, pois quando termos práticas que ameacem à democracia, devemos levar a sério. O próprio fenômeno é polêmico. Há quem diga que esse termo é inadequado, e que devemos tratar manipulação, desinformação e outros com mais atenção.

Para além disso, devemos pensar as medidas, direitos a liberdade de expressão, e ao mesmo tempo combate a discursos de ódio, calúnia e difamação, por isso, o mínimo é que nenhuma força de segurança ou agência de inteligência entre nessa discussão, e que o Cgi.br como órgão central possa puxar esse debate para que possamos pensar nessas soluções, uma vez que nenhuma instituição, em nenhum país do mundo conseguiu conduzir soluções acabadas, e que deve ser feito da forma mais democrática possível.

32.

NOME: Eduardo Parajo

SETOR: Setor Empresarial

ORGANIZAÇÃO: CGI.br

TEMPO: 03:15:04

A Abranet não apoia nenhuma forma de cerceamento de liberdade de expressão. Nós temos lutado bastante contra “N” projetos de lei que, aparentemente, se mostram algo interessante e legal, mas que podem voltar ao que foi mencionado na fala anterior. No final das contas podem cair em censura,

Sobre esse tema específico, falando de transparência, podem ter certeza que levaremos o assunto ao comitê para vermos de que forma podemos colaborar e buscar um entendimento coletivo.

Para finalizar, queria agradecer a todos presentes, porque o debate foi muito produtivo e importante, já que acabamos por receber muitas contribuições que irão ajudar a chegar em propostas interessantes.

Vale uma salva de palmas ao Professor Hartmut Glaser, parabenizar a assessoria, a coordenação das mesas, lembrem-se, toda eleição é uma confusão, devemos ficar atentos porque isso pode gerar muitos problemas.

33.

NOME: Priscylla Silva

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

ORGANIZAÇÃO: IFAL - Instituto Federal de Alagoas

TEMPO: 03:16:20

Gostaria de fazer uma colocação sobre dados abertos, foi abordada a questão do envolvimento do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do Exército, e creio que isso (*fake news* – notícias falsas) será pauta de novas reuniões do Cgi.br.

Então, se pegarmos as atas das reuniões do Cgi.br, vemos que elas estão em um formato não identificável por máquinas, em PDF. Se alguém quiser fazer análise histórica, a

importância de dados abertos que podem ser processados por máquinas é relevante para análises posteriores, até mesmo por parte do Cgi.br.

Muito além do *streaming*, se quisermos ter uma rede forte de pesquisa, em governança da Internet no Brasil, é essencial que os dados do CGI.br estejam em formato reutilizáveis, e para isso, volto à dizer, é imprescindível que o quanto antes esses dados sejam disponibilizados em formato aberto.

34.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Fabricio Solangna

ORGANIZAÇÃO: UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TEMPO: 03:18:12

Tem relação a transparência nas reuniões, tenho certeza que todos que estão aqui concordam que deve ser feita uma melhor tipificação das necessidades que a gente defende. Na verdade, o que chamamos de atas, hoje das reuniões do Cgi.br, elas precisam ser entendidas como transcrições, as atas são os assuntos tratados e seus encaminhamentos.

Além do *streaming*, nós precisamos da transcrição literal das reuniões que permitam analisarmos os textos, via máquinas e também é preciso a disponibilização de vídeos e áudios, para que possamos recuperar esses dados para que posteriormente realizar análises. Porque isso vai fazer ser possível fazer análise, para que não façamos migrações tão somente de atas. Assim devemos ter transcrições e vídeo e áudio dessas mesmas reuniões.

35.

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

NOME: Thiago Novaes

ORGANIZAÇÃO: ABRADIG

TEMPO: 03:20:11

Boa tarde, Thiago Novaes, Pesquisador da UFF (Universidade Federal Fluminense). Vou falar bem rápido a respeito de uma questão que pensei que seria uma questão que iria surgir mas não surgiu. É sobre a acessibilidade do fórum da Internet. Além dos vídeos serem disponibilizarem, sejam disponibilizados com LIBRAS. Me surpreende que num fórum desse tamanho não tenhamos as libras ocorrendo.

Outra coisa é que a gente tenha um cuidado de oferecer comidas também para vegetarianos, para pessoas que não comem carne, enfim, pequenos detalhes. Que o suco não venha todo ele com açúcar.

Enfim, pequenos detalhes que fazem que a gente tenha respeito pela diversidade pelas pessoas, pelos comportamentos. Senti falta das LIBRAS, da transcrição e desse cuidado de oferecer comidas para quem não come carne ou não gosta de açúcar.

36.

NOME: Marcos Dantas

SETOR: Comunidade Científica e Tecnológica

ORGANIZAÇÃO: UFRJ

TEMPO: 03:21:14

Parece que eu vou encerrar. Marcos Dantas, membro do CGI. Gostaria de agradecer a assessoria, agradecer o professor Glaser e cumprimentar a todos que estiveram presentes e só quero deixar uma minhoca na cabeça de todos.

Não podemos falar da Internet, sem falar das plataformas comerciais, sem falar das redes sociais, *Netflix*, *Instagram*, *Whatsapp* com todas as polêmicas. Essas potências econômicas e políticas nos ignoraram solenemente.

Carlinhos informa o resumo do VII evento.

- 409 participantes com a seguinte distribuição:
 - 165 da CT
 - 74 do setor empresarial
 - 68 setor governamental
 - 101 terceiro setor

Por região, 37 da região NE, 8 N, 48, Centro Oeste, 20 da região Sul, 2 estrangeiros, 5 n informado e 289 da região sudeste. 175 do RJ. 175 mulheres, 181 homens, 50 pessoas não informaram o gênero. 3 indicações que são as seguintes: 1 feminina trans, 1 não-binário, 1 Queer.

E por fim, por idade, nós tivemos de 70 até 25 anos.